

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PATRICIA ELEONORA TROTTE CALOIERO

**DIAGNÓSTICO DOS EGRESSOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM  
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DA  
PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2014**

RIO DE JANEIRO  
**2015**

**PATRICIA ELEONORA TROTTE CALOIERO**

**DIAGNÓSTICO DOS EGRESSOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM  
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DA  
PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2014**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação.

Orientadores:

Dr. Eduardo Winter

Dr. Araken Alves de Lima

Dra. Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes

RIO DE JANEIRO  
2015

C165d Caloiero, Patricia Eleonora Trotte.

Diagnóstico dos egressos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil no período de 2008 a 2014. / Patricia Eleonora Trotte Caloiero, Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) — Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2015.

164f; fig.;quadros.

Orientadores: Dr. Eduardo Winter, Dr. Araken Alves de Lima e Dra. Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes

1. Propriedade Intelectual - Educação. 2. Propriedade Intelectual – Mestrado Profissional. 3. Sistema Nacional de Inovação - Brasil. I. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil).

CDU:347.77:37 (81)

**PATRICIA ELEONORA TROTTE CALOIERO**

**DIAGNÓSTICO DOS EGRESSOS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM  
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DA  
PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2014**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação.

Aprovada em:

  
Prof(a).Orientador(a) – Eduardo Winter

  
Prof(a).Orientador(a) – Araken Alves de Lima

  
Prof(a).Orientador(a) – Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes

  
1º Examinador – Adelaide Maria de Souza Antunes

  
2º Examinador – Mauro Catharino Vieira da Luz

  
3º Examinador – Edi de Oliveira Braga Júnior



## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe, Jaci Ferreira Trotte, que me ensinou a ser forte diante das adversidades e que Deus buscou para estar ao meu lado durante esta minha jornada de formação... meu maior exemplo de mulher, a quem amo incondicionalmente.

Dedico também as minhas filhas, Carolina e Giovanna, que representam o melhor de mim neste mundo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por não me deixar desistir e por abrir portas sempre quando penso que não há mais saída, sendo ELE, meu fiel e zeloso guardador.

A meu marido e filhas, pela compreensão e paciência.

Ao meu segundo pai, Manuel Casimiro Lopes, por ter me ensinado o valor do conhecimento.

Aos meus orientadores, Dr. Eduardo Winter, Dr. Araken Lima e Dra. Lucia Fernandes, que na pluralidade de seus conhecimentos, me conduziram nesta pesquisa que, de certa forma, é fruto do esforço pessoal e intelectual de cada um deles que coordenaram as atividades do programa de Mestrado Profissional do INPI.

À Dra. Lucia Fernandes, pelo apoio, confiança e amizade que levarei para a vida inteira.

Ao Dr. Araken Lima, pela contribuição enriquecedora dada ao trabalho e pela grande amizade que cultivamos.

Ao Dr. Eduardo Winter, que deu início a esta orientação, se ausentou e retornou em tempo de consolidar este trabalho. Mais que orientador, amigo de todas as horas.

Aos professores que compuseram a minha banca de qualificação e defesa, que contribuíram para a validação deste trabalho.

À Dra. Adelaide Maria de Souza Antunes, que participou das minhas banca de qualificação e de defesa e que me serviu de apoio e incentivo em todos os momentos.

Ao Dr. Mauro Luz, pelos esclarecimentos metodológicos acerca do escopo a ser estudado e pela valorosa participação em minha banca de defesa de dissertação.

As colegas de trabalho, Juliane Gomes e Mara Silva pela força e apoio em me fazer acreditar ser possível.

Aos professores do mestrado do INPI que contribuíram para o meu crescimento profissional e acadêmico.

Aos meus colegas da turma de 2012, dentre eles, Alexandre Pinhel, Deuzanira Lima, Everaldo de França, Ingrid Jensen e tantos outros que tanto abrilhantaram nossos estudos, trabalhos e INPI FEST's no decorrer do curso.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e que são importantes na minha vida.

## RESUMO

CALOIERO, Patricia Eleonora Trotte Caloiero. Diagnóstico dos egressos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil no período de 2008 a 2014. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) - Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação tem como objetivo realizar um diagnóstico da atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no processo de capacitação em Propriedade Intelectual (PI) no Brasil, sob a ótica dos egressos do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação promovido por esta instituição, no período de 2008 a 2014.

O Brasil, nas duas últimas décadas, frente ao reconhecimento do papel crucial que a produção de conhecimento representa para o desenvolvimento tecnológico e de sua estrita relação com a inovação para o aumento de sua competitividade, vem reestruturando suas políticas a fim de proporcionar um ambiente institucional que permita uma melhor interação entre Governo, Academia e o Setor Produtivo no país.

Nesse contexto, a criação de um programa *stricto sensu* para formação de recursos humanos especializados em matéria de propriedade intelectual foi uma das ações implementadas pelo INPI para atuar conjuntamente com a política de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no país.

Sob a ótica de egressos formados entre as sete turmas formadas no período em estudo foi possível perceber a importância da disseminação do conhecimento em matéria de PI e a crescente atuação de profissionais qualificados nos mais diversos setores da sociedade, demandantes, inclusive, dos principais atores do modelo da Hélice Tripla para o Sistema Nacional de Inovação.

**Palavras-chave:** Propriedade intelectual; Educação. Sistema Nacional de Inovação; Mestrado Profissional.

## ABSTRACT

CALOIERO, Patricia Eleonora Trotte Caloiero. Diagnosis of graduates of the Professional Master in Intellectual Property and Innovation from the National Institute of Industrial Property of Brazil from 2008 to 2014. Rio de Janeiro, 2014. Dissertation (Professional master in Intellectual Property and Innovation) - Academy of Intellectual Property, Innovation and Development, National Institute of Industrial Property, Rio de Janeiro, 2015.

This dissertation aims to carry out a diagnosis of the performance of the National Institute of Industrial property (INPI) in the process of training in intellectual property (IP) in Brazil, from the perspective of the professional master's program graduates in Intellectual property and Innovation promoted by this institution, during the period from 2008 to 2014.

The Brazil, in the last two decades, front of the recognition of the crucial role that the knowledge poses to the technological development and strict relationship with your innovation to increase your competitiveness, has been restructuring its policies in order to provide an institutional environment that allows for a better interaction between Government, Academia and the productive sector in the country.

In this context, the creation of a *stricto sensu* program for training of specialized human resources in the field of intellectual property was one of the actions implemented by the BPTO to act jointly with the policy to encourage the development technology and innovation in the country.

From the perspective of graduates formed between the seven groups formed in the period under study was possible to realize the importance of the dissemination of knowledge in the field of IP and the increasing expertise of qualified professionals in the most diverse sectors of society, plaintiffs, including, the main actors of the Triple Helix model for the National System of innovation.

**Keywords:** Intellectual Property, Education, Innovation National System, Professional Master Degree.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de hélice tríplice de relações entre universidade-empresa-governo .....	29
Figura 2 - Ativos protegíveis de propriedade intelectual subdivididos por categorias .....	36
Figura 3 – Exemplos de Marcas .....	39
Figura 4 – Direitos de Propriedade Intelectual protegíveis .....	39
Figura 5 – Instituições parceiras em projetos de pesquisa .....	51
Gráfico 1 - Processo Seletivo MPPII para as turmas de 2007 a 2014 .....	62
Gráfico 2– N° de alunos ingressos e egressos do MPPII, por turma .....	64
Gráfico 3 – Percentual de egressos do MPPII por sexo .....	73
Gráfico 4 – Percentual de egressos do MPPII por região do Brasil .....	74
Quadro 1 - Linhas de ação do INPI para disseminação da cultura em PI .....	42
Quadro 2 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 1 do MPPII.....	55
Quadro 3 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 02 do MPPII.....	56
Quadro 4 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 03 do MPPII.....	56
Quadro 5 – Linhas de Pesquisa do MPPII a partir de 2010.....	57
Quadro 6 - Distribuição de Alunos Inscritos em disciplinas do MPPII por ano - Período de 2007 a 2014 .....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Processo Seletivo MPPII para as turmas de 2007 a 2014.....	63
Tabela 2 – Distribuição dos discentes do MPPII por sexo.....	64
Tabela 3 – Distribuição dos ingressos no MPPII por região geográfica .....	65
Tabela 4 – Distribuição dos ingressos no MPPII por graduação .....	66
Tabela 5 – Distribuição dos ingressos por área de atuação profissional .....	68
Tabela 6 – Quantitativo de servidores do INPI por turma.....	70
Tabela 7 – Nº de respondentes por egressos de cada turma .....	72
Tabela 8 – Faixa etária dos egressos do programa de 2008 a 2014.....	75
Tabela 9 - % de egressos do MPPII por duas faixas etárias. ....	76
Tabela 10 – Disciplinas que na graduação abordassem PI.....	76
Tabela 11 – Estabelecimento de contato ou conhecimento sobre PI.....	77
Tabela 12 – Participação em eventos e/ou cursos relacionados à PI.....	77
Tabela 13 – Motivação para realizar um Mestrado em PI e Inovação .....	78
Tabela 14 – Grau de interesse pela disseminação do conhecimento em PI.....	78
Tabela 15 – Quantitativo de orientador(es) durante o curso.....	79
Tabela 16 – Linha de Pesquisa que possui vínculo com a dissertação .....	80
Tabela 17 – Distribuição da temática abordada na dissertação .....	81
Tabela 18 – Resultados obtidos com a conclusão da dissertação .....	82
Tabela 19 – Recebimento de incentivos à pesquisa durante o curso .....	83
Tabela 20 – Atuação enquanto discente do programa .....	83
Tabela 21 – Grau de interesse em cursar um programa de Doutorado.....	84
Tabela 22 – Outras titulações antes do ingresso no MPPII .....	84
Tabela 23 – Fator de influência para a escolha do MPPII do INPI .....	85
Tabela 24 – Possibilidade de recomendação do programa para terceiros .....	87

Tabela 25 – Classificação sobre as atividades de orientação durante o curso .....	87
Tabela 26 – Classificação da carga horária total necessária para a integralização do curso ... .....	88
Tabela 27 – Classificação do Corpo Docente vinculado ao MPPII.....	89
Tabela 28 – Classificação entre linhas de pesquisa e disciplinas do MPPII.....	89
Tabela 29 – Classificação do material bibliográfico utilizado durante o curso.....	89
Tabela 30 – Classificação dos recursos didáticos disponibilizados durante o curso .....	90
Tabela 31 – Classificação do Corpo Docente vinculado ao MPPII.....	90
Tabela 32 – Classificação do acesso às informações do MPPII por meio virtual .....	91
Tabela 33 – Classificação do espaço físico para atividades de estudo e pesquisa.....	91
Tabela 34 – Classificação do apoio técnico-administrativo do MPPII.....	91
Tabela 35 – Fatores de destaque na formação de RH em nível Stricto Sensu.....	92
Tabela 36 – Atividade profissional relacionada com a graduação e a pós-graduação.....	93
Tabela 37 – Distribuição por melhoria salarial após a conclusão do curso .....	93
Tabela 38 – Faixa de renda mensal dos egressos do programa .....	94
Tabela 39 – Distribuição por exercício de atividade profissional relacionada com a área de PI .....	94
Tabela 40 – Há relevância do conhecimento em PI para o exercício da atividade profissional .....	95
Tabela 41 – Não há relevância do conhecimento em PI para o exercício da atividade profissional .....	95
Tabela 42 – Quantitativo de pessoas com conhecimento sobre PI em seu ambiente de trabalho .....	95
Tabela 43 – Distribuição temática conforme o uso na atividade profissional .....	96
Tabela 44 – Distribuição de egressos por vínculo empregatício .....	97

Tabela 45 – Função realizada pelos egressos que atuam com PI e inovação no ambiente de trabalho .....	98
Tabela 46 – Distribuição pela personalidade jurídica da instituição .....	98



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APCN</b>	Apresentação de Propostas para Cursos Novos
<b>C&amp;T</b>	Ciência e Tecnologia
<b>DI</b>	Desenho Industrial
<b>DO</b>	Denominação de Origem
<b>EAD</b>	Ensino à Distância
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>HT</b>	Hélice Tripla
<b>ICT</b>	Institutos de Ciência e Tecnologia
<b>IE</b>	Instituto de Economia
<b>IG</b>	Indicação Geográfica
<b>IP</b>	Indicação de Procedência
<b>LP</b>	Linha de Pesquisa
<b>MBA</b>	Master Business Administration
<b>MP(s)</b>	Mestrado Profissional (is)
<b>ONG</b>	Organização não-governamental
<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>P&amp;D&amp;I</b>	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
<b>PACTI</b>	Plano de Ação em Ciência,. Tecnologia e Inovação
<b>PDP</b>	Política de Desenvolvimento Produtivo
<b>PI</b>	Propriedade Intelectual
<b>PITCE</b>	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
<b>PPG</b>	Programas de Pós-Graduação
<b>SNI</b>	Sistema Nacional de Inovação
<b>TM</b>	<i>Trademark</i>
<b>U-I-G</b>	Universidade-Indústria-Governo
<b>UM</b>	Modelo de Utilidade

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABDI</b>	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
<b>ACAD</b>	Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
<b>ANPEI</b>	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
<b>APTA</b>	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
<b>ARIPO</b>	Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CCJE</b>	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
<b>CGTI</b>	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
<b>CNDI</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
<b>CNFCP</b>	Centro Nacional de Floclore e Cultura Popular
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COPEPI</b>	Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
<b>COPPG</b>	Coordenação de Programas de Pós-Graduação
<b>DART</b>	Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica
<b>DGPI</b>	Divisão Geral de Propriedade Industrial
<b>DICOD</b>	Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento
<b>DNPI</b>	Departamento Nacional da Propriedade Industrial
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>ENAPID</b>	Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
<b>EPO</b>	Escritório Europeu de Patentes
<b>FGV</b>	<i>Fundação Getúlio Vargas</i>
<b>FINEP</b>	Financiadora Nacional de Estudos e Projetos
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo Cruz
<b>FNDCT</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>IEDI</b>	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
<b>IEL-BA</b>	Instituto Euvaldo Lodi da Bahia
<b>IPTI</b>	International Intellectual Property Training Institute
<b>INMETRO</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
<b>INPI</b>	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
<b>IPHAN</b>	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
<b>OMPI</b>	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SOFTEX</b>	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro
<b>UEMG</b>	Universidade do Estado de Minas Gerais
<b>UERJ</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>USPTO</b>	United States Patent and Trademark Office

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
INTRODUÇÃO.....	17
OBJETIVOS .....	21
Objetivo Geral .....	21
Objetivos Específicos .....	22
METODOLOGIA.....	22
LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	24
CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	24
CAPÍTULO 1 - O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL .....	25
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: O CASO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO .....	45
2.1 A CAPES: Órgão regulador dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu ..	45
2.2 Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação ....	48
2.2.1 Corpo Docente .....	53
2.2.2 Linhas de Pesquisa.....	54
2.2.3 Público-Alvo .....	60
2.2.4 Processo Seletivo .....	60
2.2.5 Funcionamento do Programa .....	62
2.2.6 Avaliação do Programa pela CAPES .....	70
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EGRESSOS .....	72
3.1 Aplicação e análise do questionário enviado ao egresso do programa .....	72
3.2 Parte I – Informações sobre o Egresso .....	75
3.3 Parte II – Informações Acadêmicas .....	79
3.4 Parte III - Avaliação do Programa de Mestrado.....	85
3.5 Parte IV – Perfil Profissional após o curso .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	109
ANEXO I - Avaliação Trienal 2010 referente ao período de 2007 a 2009.....	113
ANEXO II – Avaliação Trienal 2013 referente ao período 2010 a 2012 .....	131
ANEXO III – Dissertações defendidas entre dez/2008 a dez/2014.....	143
APÊNDICE I - Questionário de Avaliação de Egressos.....	150

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo realizar um diagnóstico da atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no processo de capacitação em Propriedade Intelectual (PI) no Brasil, sob a ótica dos egressos do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação promovido por esta instituição, no período de 2008 a 2014. Seus objetivos específicos buscam sistematizar dados e informações dos alunos, identificar as características curriculares e o público demandante do programa, com base nos dados dos processos seletivos e na avaliação de egressos.

Para tanto, uma pesquisa documental foi realizada nos Relatórios de Gestão do instituto, dados relativos à avaliação do programa foram coletados junto à Coordenação do programa e aqueles concernentes aos processos seletivos, alunos regulares e egressos foram obtidos na Secretaria do Programa.

Esta pesquisa se justifica pela inexistência de informações consolidadas que possam retratar a trajetória e evolução de um Programa de pós-graduação implantado em uma autarquia e visa possibilitar a continuidade da atividade desenvolvida na percepção de seus resultados, êxitos, problemas, aperfeiçoamentos e perspectivas que vão além da dimensão institucional, já que o programa recebe a avaliação de um órgão externo. Pode servir, também, como ferramenta gerencial para o corpo de gestores do programa e da alta Administração do instituto.

É no cenário de eminente crescimento da importância do conhecimento como um bem intelectual, intangível e passível de valorização, que a propriedade intelectual e a proteção de seus direitos reafirma seu potencial como instrumento de incentivo para o desenvolvimento de uma nação.

Nesse contexto de valorização do conhecimento e de incentivo à inovação que o surgimento dos Mestrados Profissionais se destaca diante da necessidade de promover uma formação que atenda às necessidades do mercado e do setor produtivo, vindo a contribuir, inclusive, para uma melhor sinergia entre os atores que interagem dentro do Sistema Nacional de Inovação (SNI), que resumidamente defini-se como uma rede de instituições públicas e privadas cujas atividades e interações objetivam iniciar, importar, modificar e difundir novas tecnologias. A inovação quando observada como um processo de interação de múltiplos e diferentes atores nos transmite essa noção de sistema.

E qual a relação existente entre propriedade intelectual, inovação, conhecimento e educação? Transcender barreiras através da interdisciplinaridade entre áreas de conhecimento. Reconhecer que não há saber absoluto, nem ignorância absoluta. Deve haver abertura para descobrir que há sempre novas realidades e/ou elementos a descobrir, novos conhecimentos, caminhos e perspectivas múltiplas de ação, considerando diferentes contextos e sujeitos. Freire já dizia através de sua ideologia libertadora que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 27).

O ponto de reflexão deste trabalho diz respeito a ação “Educação em Propriedade Intelectual e Inovação” realizada pelo INPI, sob a ótica dos egressos do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação e sua inserção no ambiente do Sistema Nacional de Inovação.

O incentivo recebido pelo INPI após a constituição de novos marcos regulatórios de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no país, mais especificamente, em 2004, logo após a implantação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), permitiu que o órgão passasse por um programa de reestruturação, com vistas a facilitar o acesso dos cidadãos e empresas aos serviços prestados, além do desenvolvimento

de uma cultura de propriedade intelectual que favorecesse o crescimento e a inserção internacional das empresas brasileiras na economia global.

A reestruturação atendeu à necessidade de modernizar tanto os processos administrativos quanto as áreas fins, em especial as relacionadas às marcas e patentes devido ao seu crescente backlog. Os novos rumos da administração podem ser representados também pela criação, em 2004, da Ouvidoria e da Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART), que vieram fortalecer os elos do Instituto com a sociedade, facilitando o acesso às informações tecnológicas disponíveis no INPI e disseminando a cultura da propriedade intelectual.

No que se refere à cooperação institucional, o INPI procurou consolidar seus laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação – associações empresariais, federações, universidades, agências de desenvolvimento. Com a Confederação Nacional da Indústria, o INPI busca a efetiva participação das empresas brasileiras nos programas de capacitação relacionados à propriedade intelectual. Voltada à micro e pequenas empresas, a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem se mostrado o melhor caminho para o incentivo às produções locais.

Os reflexos dessa nova visão do INPI, mais moderna e atuante, são perceptíveis com a mudança nas posturas dos agentes econômicos do país. Este movimento é acompanhado, também, por uma participação ativa do Instituto nos debates e negociações em foros internacionais, buscando ampliar o conceito de propriedade intelectual de forma a promover condições de desenvolvimento para todos os países.

Tais iniciativas em prol da disseminação da cultura em PI culminaram na aprovação de um programa de mestrado profissional, em setembro de 2006, que será analisado a partir de sua concepção e constituição, dados qualitativos e quantitativos acerca de sua evolução, corpo docente e técnico, público demandante, ingressos e egressos entre outros fatores, no

intuito de consolidar informações de cunho relevante acerca de uma das ações que integram o Planejamento Estratégico do INPI como política pública de incentivo à inovação e ao desenvolvimento do país.

O programa foi reconhecido em setembro de 2006 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e se propõe a formar recursos humanos de excelência, que possam compreender, analisar e discutir o Sistema de Propriedade Intelectual, sua colaboração para o amadurecimento do SNI e suas diversas implicações relacionadas ao desenvolvimento, quer seja ele, político, econômico, tecnológico, jurídico, social e até mesmo técnico, que dentro de seu universo temático, vem atraindo, cada vez mais, profissionais de diversas áreas de formação. Tal reconhecimento pela CAPES foi de extrema relevância para agregar valor ao Instituto detentor de uma área de conhecimento em expansão, que se propõe a reunir e integrar um saber necessário a três esferas distintas e que necessitam dialogar para o desenvolvimento tecnológico no país: governo – universidade – empresa.

Este trabalho está estruturado em 03 capítulos: o capítulo 1 se dispõe a introduzir conceitualmente o Sistema Nacional de Inovação e os atores que interagem dentro deste sistema no Brasil. Aborda conceitualmente a temática da Propriedade Intelectual, sua importância, a função dos ativos intangíveis e de como sua disseminação e conhecimento pode ser útil para incentivar o amadurecimento das relações no Sistema Nacional de Inovação. Este capítulo também busca contextualizar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, os incentivos governamentais realizados para incentivar à Política Científica e Tecnológica no país nas duas últimas décadas, o papel do instituto e sua relação com os demais atores do SNI.

O capítulo 2 refere-se ao INPI enquanto formador de recursos humanos para inovação: um estudo de caso do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado no instituto após



sua reestruturação e da criação da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Ainda neste capítulo, traça-se a trajetória de 08 anos do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, situando sua origem em 2007, ano de início da 1ª turma, o resultado obtido após duas avaliações trienais da CAPES, órgão avaliador dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil, e suas principais considerações. É apresentado um panorama do público-alvo demandado para o programa de pós-graduação: candidato, ingresso e egresso com vistas a identificar sua origem profissional dentre os atores do SNI.

O capítulo 3 refere-se ao diagnóstico do egresso, público efetivo alcançado e que exterioriza para a sociedade o conhecimento adquirido no programa. Neste capítulo é reservada uma análise mais detalhada acerca de suas motivações, interesses, avaliação do programa e sobretudo, sua inserção no mercado de trabalho, utilização do saber adquirido entre outros quesitos que objetivam responder ao objeto de pesquisa em si. Por fim, apresenta-se um item relacionado às Considerações Finais, Referências Bibliográficas e os Anexos de forma que esta dissertação possa ser utilizada como ferramenta de gestão e/ou implementação de processos para este e outros programas de pós-graduação.

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação consiste em diagnosticar a contribuição realizada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) enquanto formador de recursos humanos capacitados a interagir com os demais atores do Sistema Nacional de Inovação (SNI) com vistas ao seu amadurecimento, tendo como objeto da análise o público egresso do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação formados entre os anos de 2008 e 2014.

## Objetivos Específicos

Como objetivos específicos a serem alcançados, é possível elencá-los conforme disposto abaixo:

- Sistematizar e analisar os dados e informações coletadas do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação sob os pontos de vista acadêmico e gerencial;
- Produzir informações de natureza quantitativa e qualitativa do programa, suas características curriculares e sua evolução após os dois primeiros triênios de avaliação da CAPES, ou seja, o triênio 2007 a 2009 e o triênio 2010 a 2012;
- Identificar o público demandante do programa de pós-graduação com base nos dados dos processos seletivos realizados entre os anos de 2006 a 2013;
- Elaborar questionário para Acompanhamento de egressos do programa;
- Servir de aporte gerencial para à Coordenação de Programas de Pós-Graduação.

## METODOLOGIA

Esta dissertação tem como base de dados o Estudo de Caso do programa de mestrado profissional do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Segundo Yin (2010), o Estudo de Caso é indicado como estratégia de pesquisa para examinar acontecimentos contemporâneos e quando não se podem manipular comportamentos relevantes, tendo como diferencial a capacidade de lidar com a ampla variedade de evidências: entrevistas, arquivos, documentos, observação, registros históricos, dentre outras.

Este trabalho compreende a realização de pesquisa bibliográfica, descritiva, de natureza tanto quantitativa como qualitativa e seus dados são originários de fontes primárias e secundárias. Para compor esse processo de análise foi elaborado um questionário,

encaminhado eletronicamente a todos que se tornaram egressos do programa por terem realizado suas defesas de dissertação até dezembro de 2014.

Além do documento de criação do curso – Apresentação de Propostas para Cursos Novos (APCN) encaminhada a CAPES e seu respectivo relatório de aprovação, serviram de referência para este estudo as duas avaliações trienais do programa realizadas nos períodos de 2007 a 2009 e de 2010 a 2012.

Os dados acadêmicos e curriculares de Candidatos aos Processos Seletivos, Corpo Discente, Corpo docente, Egressos, Linhas de Pesquisa, Disciplinas, entre outros, foram obtidos na Secretaria Acadêmica do programa, mediante autorização da Coordenação do Programa de Pós-Graduação (COPPG) para fins específicos de pesquisa.

Para consolidação e análise de dados do público demandante consideraram-se os candidatos dos processos seletivos realizados entre os anos de 2006 e 2014, alunos regulares, ouvintes e especiais que participaram das turmas que ocorreram entre os anos de 2007 a 2014, considerando que só há 01 (uma) turma por ano. Já os egressos foram analisados a partir de dezembro de 2008, mês de realização da 1ª defesa de dissertação, até dezembro de 2014.

O questionário aplicado ao grupo de egressos do programa foi elaborado com o intuito de obter o máximo de informações possíveis de cada egresso do programa, haja vista a inexistência de metodologia ou modelo formal anteriormente instituído no programa e devido a sua importância para fins de avaliação do programa pela CAPES.

O questionário foi elaborado com a utilização da ferramenta de internet ‘*Google Forms*’, sendo composto de perguntas fechadas e abertas. Em virtude do quantitativo de perguntas a ele associadas, optou-se pela utilização de perguntas fechadas, sucintas e que permitisse ao respondente um tempo mínimo a ser destinado a cada questão, sempre permitindo uma opinião adversa as anteriormente elencadas.

O *link* de acesso foi encaminhado por e-mail e o questionário encontra-se subdividido em 04 (quatro) itens, os quais destacam-se abaixo:

- I – Informações sobre o Egresso;
- II – Informações Acadêmicas;
- III – Avaliação do Programa de Mestrado;
- IV – Perfil Profissional após o curso.

## LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Entende-se que as limitações deste estudo de caso, com a realização de entrevista mediante questionário encaminhado e preenchido eletronicamente, considerou-se as que Gil (1999, p. 118) destaca como principais limitações de uma coleta de dados desse tipo: falta de motivação dos entrevistados para responder às questões, inadequada compreensão sobre o significado das questões, respostas falsas (consciente ou inconscientemente), e influência do entrevistador (de opiniões e outros aspectos pessoais).

Os resultados obtidos são apresentados no capítulo 3.

## CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

No preâmbulo do questionário encaminhado aos egressos constam informações acerca de seus objetivos, estruturação, forma de utilização, bem como sobre o anonimato das opiniões emitidas nas questões.

Além disso, 100% dos respondentes autorizaram que as opiniões emitidas na pesquisa fossem utilizadas como base para levantamentos estatísticos e divulgadas na dissertação.

## CAPÍTULO 1 - O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

### 1.1 SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL

Desde a antiguidade, informação dita privilegiada sempre recebeu algum tipo de proteção, haja vista que era relacionada, sobretudo, a questões religiosas ou estatais. Chegamos ao mundo atual e globalizado após grandes transformações que revolucionaram as relações culturais entre os povos, o desenvolvimento científico, o ambiente político e econômico das relações comerciais, e sobretudo, a evolução dos meios de comunicação.

Há pelo menos três décadas, uma audaz mudança vem revolucionando as relações políticas e socioeconômicas globais, direcionando a economia tipicamente industrial voltada para a produção, naquela cujo conhecimento, tecnologia e informação passou a gerar mais valor para o seu desenvolvimento. A importância das instalações industriais foi paulatinamente substituída pela tecnologia e a informação agregada a elas. (Barbosa, 2009, pg. 9).

O Brasil, nas duas últimas décadas, frente ao reconhecimento do papel crucial que a produção de conhecimento representa para o desenvolvimento tecnológico e de sua estrita relação com a inovação para o aumento de sua competitividade, vem reestruturando suas políticas a fim de proporcionar um ambiente institucional que permita uma melhor interação entre Governo, Academia e o Setor Produtivo no país.

Segundo o Manual de Oslo – OCDE (2007)<sup>1</sup>, define-se Inovação, em seu sentido mais abrangente, como

“...a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.”

---

<sup>1</sup> OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Em seu sentido mais estrito, entende-se que, inovação tecnológica compreende a introdução de produtos tecnologicamente novos e melhorias significativas que tenham sido implementadas em produtos e processos especificamente e que tenha sido implementada e introduzida no mercado – inovação de produto – ou utilizada no processo de produção – inovação de processo.

Quanto a essência do processo de inovação, Jungmann (2010) diz que ela se encontra no desenvolvimento e transformação de uma “ideia” em produtos, processos ou serviços inovadores e de serem comercializados com sucesso.

Em termos de Brasil, Pacheco (2007) ressalta que os campos da Ciência e Tecnologia (C&T) e da educação superior representam, necessariamente, o futuro do País num mundo em transformação em que o conhecimento e o *know-how* tecnológico se transformaram no principal fator de agregação de valor aos produtos. Entretanto, o valor da informação enquanto conhecimento deve estar associado à sua circulação, motivo pelo qual, independentemente da proteção, as informações devem poder ser acessadas rapidamente, diminuindo-se os custos sociais associados à duplicação de pesquisas. (Barbosa, 2009, pg.5).

Segundo Teixeira (apud PIRES, 2012), a partir da década de 90, o governo tem envidado esforços com o intuito de debater com a comunidade científica sobre novos marcos legais para a C&T no aparato constitucional brasileiro. Ademais, ampliar as relações institucionais propõe também uma preocupação maior relacionada com os direitos de propriedade intelectual e com os mecanismos necessários a sua proteção.

Como exemplo de políticas públicas de alta importância estratégica para mobilizar investimentos estruturantes e imprescindíveis a longo prazo, podemos citar a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (BRASIL, 2003)<sup>2</sup>, do PACTI<sup>3</sup> e da PDP<sup>4</sup> (BRASIL, 2008).

---

<sup>2</sup>PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Decerto, como apontam Sbragia e Stal (2004), as políticas públicas não precisam privilegiar exclusivamente a inovação, mas é importante um aperfeiçoamento da estrutura técnica de educação que possibilite a formação de mão-de-obra qualificada e a capacitação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)<sup>5</sup>.

A globalização dos mercados para todos os setores empresariais indicam a relevância da inovação para a sobrevivência e competitividade das firmas nacionais que dependem de incentivos governamentais e uma melhor interlocução entre os que atuam nesse processo.

Pires (2012) afirma que a intensidade da interação entre a produção científica e a produção técnica em um dado território é determinante da maturidade do Sistema Nacional / Local de Inovação em face da fragilidade dessas relações, o Sistema Nacional de Inovação Brasileiro ainda é visto como imaturo para alavancar o desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas.

A partir da década de 80, economistas como Freeman (1987) e Richard Nelson (1987;1988) difundiram o termo “Sistema de Inovação” para tentar explicar a dinâmica relação entre setores que buscam interagir em prol do seu crescimento e competitividade através das inovações tecnológicas. Segundo Freeman, 1995 (apud Suzigan 2008), Sistema Nacional de Inovação é um conceito síntese da elaboração evolucionista (ou neo-schumpeteriana): ele expressa o complexo arranjo institucional que impulsionando o progresso tecnológico determina a riqueza das nações.

O ato de inovar é um grande desafio para empreendedores que buscam esse caminho para trilhar e que, o modelo de negócio escolhido é peça-chave para seu êxito. Para tanto, mecanismos técnicos podem ser utilizados como recursos estratégicos para inovação de uma

---

<sup>3</sup> PACTI - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

<sup>4</sup> PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

<sup>5</sup> Barbieri (2003) define P&D como todo trabalho criativo empreendido em bases sistemáticas com objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos, incluindo os conhecimentos sobre o ser humano, a cultura e a sociedade, bem como no uso desses conhecimentos para projetar novas aplicações.

empresa, a exemplo das incubadoras de empresas<sup>6</sup>, os parques tecnológicos<sup>7</sup>, os núcleos de inovação tecnológica<sup>8</sup> e a área de propriedade intelectual.

Albuquerque (2009) afirma que o Brasil ainda encontra-se em estágio de maturação, embora existam empresas envolvidas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) interagindo com o ambiente acadêmico mas devido a sua pequena dimensão, torna difícil a propagação de resultados positivos dessa relação, necessitando assim, de políticas de estímulo ao investimento em P&D industrial a partir do conceito de Sistemas Nacionais de Inovação como forma de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Conforme visto por Albuquerque (2009), o amadurecimento do Sistema de Inovação brasileiro precisa expandir suas instituições, ampliar a massa crítica em ciência e tecnologia e a destinação de recursos à ciência. Entretanto, tais investimentos precisam estar conectados a investimentos na educação básica e na expansão das universidades de forma a promover mudanças de cunho quantitativo e qualitativo, importantes para a articulação entre a construção de um sistema de inovação e a construção de um sistema de bem-estar social.

Coriat e Weinstein (2002) (apud PIRES, 2012) destacam o papel central das instituições (leis, regras, contratos, costumes, valores, tabus etc.) na dinâmica da inovação por sua regulação entre os atores, impactando, sobretudo, de duas formas:

- i) cognitiva – sobre a percepção dos atores acerca dos riscos e vantagens da ação colaborativa;
- ii) política – sobre a efetiva construção de ambientes institucionais favoráveis à interação entre os agentes.

Para fins de análise da interação entre as instituições que atuam no Sistema Nacional de Inovação, pretende-se utilizar como modelo teórico o conceito de *Triple Helix* ou Hélice Tripla (HT) de relações Universidade – Indústria – Governo, estudada por Etzkowitz e

---

<sup>6</sup> Incubadora – objetiva estimular a criação e o desenvolvimento de empresas em seu estágio inicial por meio de processos seletivos, oferecendo infra-estrutura física, gerencial e logística para dar início a atividade.

<sup>7</sup> Parque Tecnológico – espaço de sinergia entre instituições para promover ações conjuntas em prol do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

<sup>8</sup> Núcleo de Inovação Tecnológica – trata de questões sobre propriedade intelectual da instituição a qual pertence interagindo formalmente com outras instituições acerca do tema.



Leydesdorff (1997), por melhor expor o complexo dinamismo do processo de inovação do que aqueles anteriormente utilizados.

Leydesdorff e Etzkowitz (1998) exemplificam essa conexão U – I – G através das eventuais trocas de papéis: as universidades assumem postura empresarial ao licenciar patentes e criando empresas de base tecnológica (*startups*), enquanto firmas desenvolvem uma dimensão acadêmica, compartilhando conhecimentos e treinando funcionários em níveis elevados de qualificação. Sob esse conceito, evidencia-se uma maior interatividade entre elas, com relações dinâmicas de forma que suas hélices de relação se tornam um emaranhado de comunicações, inter-relações e expectativas, o que configura uma verdadeira espiral, conforme pode ser visto na Figura 1.



Figura 1: Modelo de hélice tríplice de relações entre universidade-empresa-governo.

Segundo Pires (2012) nessa interseção das hélices surgem mecanismos híbridos, como escritórios de ligação, escritórios de transferência de tecnologia, parques tecnológicos, incubadoras de empresas e centros de pesquisa colaborativa que facilitam a comunicação, alinham os esforços e transferência de tecnologia e competência entre a academia e indústria.

Stal (2005) identifica o modelo da Hélice Tripla como uma evolução do Triângulo de Sábato<sup>9</sup>, haja vista a possibilidade de permutar suas funções, propiciando a formação de sólidas redes de interação. Para ele, a Hélice Tripla se constitui de uma metáfora que descreve a criação de novos empreendimentos dentro e fora da universidade, que envolvem cooperação entre U-I-G.

Albuquerque (2009) cita que, segundo o professor Keun Lee (*Seoul National University*), as mudanças qualitativas, ao longo do tempo, dos papéis desempenhados pelas universidades, institutos de pesquisa e empresas durante o processo de *catching up* da Coréia do Sul<sup>10</sup>, poderiam receber o rótulo de “flexibilidade institucional”:

Empresas desenvolveriam capacidade de absorção a partir de suas atividades internas de P&D - ..... Universidades e institutos desenvolvem capacidade de pesquisa e se tornam aptos a alimentar empresas com informações técnico-científicas de forma variada, dependendo da fase de desenvolvimento de suas interações.

A absorção de tecnologia pelas firmas também pode ser alcançada através dos paradigmas tecnológicos. Albuquerque (2009) entende que janelas de oportunidade em um paradigma tecnológico podem ser aproveitadas pelos países atrasados através do desenvolvimento de sua capacidade de absorção e maior participação dos institutos de ensino e pesquisa a fim de evitar o “efeito rainha vermelha”<sup>11</sup>

As janelas de oportunidade citadas por Albuquerque (2009) são apresentadas por Suzigan (2008) para demonstrar que as interações de sucesso, as quais podemos denominar Sistema Local de Inovação, articuladas entre esforço produtivo, governo e instituições de ensino e pesquisa no Brasil são fruto de um longo processo de aprendizagem, acumulação de conhecimento e competência tecnológica.

---

<sup>9</sup>Denomina-se Triângulo de Sábato, a primeira representação figurativa dos SNIs apresentada por Jorge Sábato. Nesse modelo, os vértices do triângulo são ocupados por cada instituição: governo, as instituições de ensino e o sistema produtivo, sem alternância de papéis entre os atores.

<sup>10</sup> Coréia do Sul é um dos países que passou por um processo de amadurecimento do seu SNI.

<sup>11</sup> Entende-se “efeito rainha vermelha” como o esforço realizado por um país para o crescimento tanto de sua produção científica e tecnológica quanto na renda *per capita* ser suficiente apenas para manter-se na mesma posição, como é o caso do Brasil e de outros países com sistemas imaturos de inovação.

1. Nas Ciências da Saúde, a produção de soros e vacinas – (Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Butantan);
2. Nas Ciências Agrárias: algodão, florestas para celulose, grãos, carnes (IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, Embrapa);
3. Em Mineração, Engenharia de materiais e Metalurgia, a produção de minérios, aços e ligas metálicas especiais (UFMG);
4. Em Engenharia Aeronáutica, a produção de aviões pela Embraer (CTA e ITA);
5. Em Geociências, extração de petróleo e gás pela Petrobrás (COPPE-UFRJ, Unicamp).

Suzigan (2008) ainda ressalta que, além dos resultados concretos para as empresas, a colaboração evidencia à aliança entre pós-graduação e pesquisa, os benefícios às atividades de ensino, bem como a continuidade das relações através da formação de redes interativas de pesquisadores das empresas e das universidades.

Quanto a diversidade de atores que interagem no SNI, Albuquerque (2009) os identifica como:

empresas, com seus laboratórios de P&D e suas redes de cooperação; universidades e institutos de pesquisa; instituições de ensino e geral; sistemas financeiros capazes de apoiar investimentos inovadores; sistemas legais; mecanismos mercantis e não-mercantis de seleção; governos; mecanismos e instituições de coordenação.

As relações entre instituições educativas e o setor produtivo facilitam a difusão e a transferência de novos conhecimentos, constituindo parcerias que geram ganhos positivos para ambos os agentes, apresentando-se como um importante modelo de desenvolvimento, apesar do Brasil ainda possuir baixo nível de interação entre eles.

Na prática, esse baixo nível de interação justifica-se pela falta de um ambiente regulatório claro e flexível para atrair atores para investimento e participação colaborativa. Para esse fim, o governo brasileiro estabelece marcos regulatórios legais para incentivo à pesquisa científica e à inovação tecnológica através de mecanismos de subvenção econômica<sup>12</sup>, a exemplo da Lei de Inovação (10.973/2004)<sup>13</sup> e a Lei do Bem (11.196/2005)<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Subvenção econômica caracteriza-se como instrumento de concessão de recursos financeiros de natureza não-reembolsável (vulgarmente conhecido como “fundos perdidos”) para empresas públicas ou privadas que desenvolvam projetos de inovação estratégicos para o País, em consonância com a política governamental.

<sup>13</sup> A Lei de Inovação se destina à cobertura das despesas de custeio das atividades de inovação, incluindo pessoal, bens imóveis com destinação específica para inovação;

(Ministério de Ciência e Tecnologia. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Fundos Setoriais. Relatório de Gestão: 2007-2009. Pg. 20)

Matias-Pereira (2005) comenta que a Lei de Inovação Tecnológica<sup>15</sup> busca elevar o nível de parcerias entre empresas, universidades e institutos científicos e tecnológicos para ganhar força e estimular o processo de inovação mas que não é suficiente fazer C&T e P&D sem transformá-los em novos produtos e/ou processos ou seu aperfeiçoamento para atingir mercados tanto nacionais quanto internacionais.

Associações como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)<sup>16</sup> e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) compostos por órgãos do Poder Executivo, da sociedade civil e da iniciativa privada atuam nesse sistema de forma a potencializar e acompanhar a utilização dos instrumentos de incentivo abarcados pela Lei de Inovação.

Incentivos fiscais são importantes para impulsionar o negócio de uma empresa, de um setor ou até mesmo uma economia inteira de uma região ou país. No Brasil estes mecanismos se configuram como moeda de troca entre o governo e grandes grupos empresariais para a realização de investimentos privados, a exemplo a Lei do Bem nº 11.196.

Matias-Pereira (2005), no âmbito de sua análise sobre os benefícios da lei de inovação, faz referência a uma pesquisa realizada pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI)<sup>17</sup> em julho de 2004, que sinaliza o baixo investimento realizado pelas empresas em P&D se justifica pelas altas taxas

---

<sup>14</sup> A Lei do Bem se destina ao ressarcimento de parte do valor da remuneração de pesquisadores titulados como mestres e doutores que venham a ser contratados pelas empresas.

<sup>15</sup> A Lei de Inovação Tecnológica– Lei Federal nº 10.973/2004 – “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

<sup>16</sup> A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foi criada em XXXX e tem como função articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo.

<sup>17</sup> Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI) congrega empresas que realizam atividades de P&D no país, sejam nacionais (estatais e privadas) ou multinacionais, além de promover o apoio à inovação e agir como interlocutor do governo.

de juros, correção monetária, lentidão no processo de aprovação de projetos, burocracia, confiabilidade no recebimento dos recursos e o excesso de exigências.

Uma outra questão que intimida a relação entre universidade e empresa está relacionada com o interesse na publicação de resultados científicos pelas universidades e a busca de sigilo ou segredo de negócio, tão crucial para as empresas e que remete a assuntos relacionados à regulação dos direitos de propriedade intelectual sobre os resultados da pesquisa, apropriação, custos de transação de tecnologia entre outros.

No Brasil, conforme o artigo 16 da Lei de Inovação 10.973/04 orienta que a Instituição Científica e Tecnológica (ICT) deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação. Em outras palavras, na maioria das universidades e institutos tecnológicos, hoje, já existem NITs em funcionamento e outros em fase de implantação, que foram criados para estabelecer um canal de relacionamento entre academia e empresa, além de tratar dos aspectos relacionados à propriedade intelectual entre as instituições.

Nesse contexto, o Sistema de Propriedade Intelectual se estabelece como ferramenta estratégica de incentivo à inovação e seu conhecimento e uso eficiente exige *expertise* e ampla relação com os diversos atores do SNI.

Dentre eles, o INPI<sup>18</sup>, é o organismo governamental responsável pela regulamentação da Propriedade Industrial e por outras áreas da Propriedade Intelectual detentora do conhecimento acerca da propriedade intelectual. E, devido a valorização dada ao conhecimento na sociedade atual e diante da *expertise* em matéria de PI acumulada na instituição foi possível reconhecer a relevância da disseminação desse conhecimento e de sua importância para o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

---

<sup>18</sup>São atribuições do INPI: análise sobre a conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade intelectual; concessão de marcas e patentes; averbação dos contratos de transferência de tecnologia; registro de programas de computador, contratos de franquia empresarial; registro de desenho industrial e de indicações geográficas.

## 1.2 O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A criação do INPI está diretamente relacionada com a necessidade de desenvolvimento da indústria e do comércio brasileiro. Sua antecessora, a Divisão Geral de Propriedade Industrial (DGPI) foi criada em 19 de dezembro de 1923 e vinculada ao Ministério da Agricultura. A competência dada a esta divisão era relacionada somente a serviços sobre patentes e marcas. Nesse interstício, as patentes eram analisadas por uma diretoria específica deste Ministério e as marcas analisadas em juntas comerciais.

A crise da bolsa de Nova York, em 1929, atinge não só os Estados Unidos da América, mas também a todos os países exportadores de commodities como o Brasil. A década de 30 foi um marco de mudanças importantes para a indústria brasileira. A antiga DGPI transformou-se em um Departamento Nacional da Propriedade Industrial (DNPI) e passa a ser vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e regulamentado pelo Decreto nº. 22.989, de 1993.

Com a evidência do setor industrial, já em 1934, uma nova lei altera a anterior para estabelecer a análise não somente de patentes de invenção, mas também as de desenho ou de modelo industrial, para registro de nome comercial e de títulos de estabelecimento, assim como para reprimir à concorrência desleal.

Até a criação do INPI, em 1970, a legislação de Propriedade Brasileira passou por várias transformações de forma a incentivar o desenvolvimento da indústria nacional. Óbvio é que, vários movimentos socioeconômicos se sucederam e o DPI perdeu sua relevância para a economia do país e se torna burocrático, ineficiente e mal remunerado, tais quais os serviços públicos oferecidos na época.

O INPI nasce em um momento singular da economia brasileira, tomada pelo governo militar que, apesar do incentivo dado ao desenvolvimento da indústria no Brasil, abriu as

portas para o mercado internacional esperando que a indústria nacional viesse a absorver a tecnologia e os conhecimentos específicos necessários para reproduzi-la. O tiro sai pela culatra e o governo resolve enrijecer o Código da Propriedade Industrial, acrescentando a atividade de regulamentação da transferência de tecnologia e de sua melhor utilização. Institui-se, então, uma Diretoria de Contratos que exerce sua importante função dentro daquele contexto político econômico até o final da década de 80, quando ocorreria a primeira eleição direta para presidente desde a ditadura em 1964.

A capacitação técnica de seus examinadores é decorrente do relacionamento estabelecido com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e com o Escritório Europeu de Patentes (EPO), que foram fundamentais para a melhoria dos padrões técnicos de análise, não obstante as demais falta de condições relacionadas a recursos humanos e infraestrutura.

A disseminação da cultura de propriedade intelectual dentro do ambiente do SNI é um possível caminho para promover o interesse pela atividade inventiva em si, fruto da necessidade de solucionar determinado problema técnico apontado por empresa inovadora, que precisa da proteção de seus ativos para se firmar em novos mercados ou se consolidar em outros já existentes.

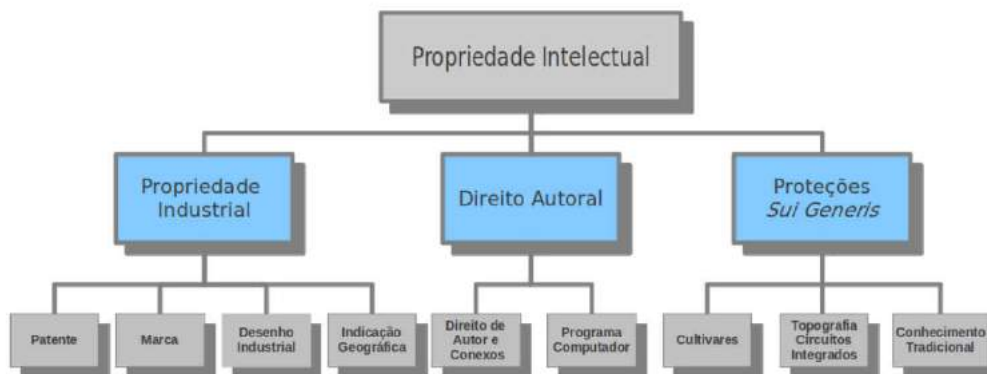
### 1.2.1 OS ATIVOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Propriedade Intelectual<sup>19</sup>, enquanto propriedade privada, é considerada bem imaterial e, portanto, intangível. Seus ativos protegíveis, estão divididos em três categorias principais: Direito Autoral, Propriedade Industrial e Proteção *Sui Generis*.

---

<sup>19</sup>Historicamente, a Propriedade Intelectual possui os seguintes marcos regulatórios: 1474: Primeiro sistema de patentes em Veneza; 1623: Estatuto dos Monopólios, na Inglaterra; 1790: Patent Act, nos Estados Unidos; 1791: Lei Chapellier, na França, que extingue os privilégios das corporações de ofício; 1809: Alvará de D. João VI, no Brasil sobre privilégios de invenção; 1883: Convenção de Paris (CUP) para a proteção da propriedade industrial; 1886: Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas; 1994: Acordo sobre Aspectos de Direito da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), da OMC.

Figura 2 – Ativos protegíveis de propriedade intelectual subdivididos por categorias.



Fonte: <http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2011/pesquisa/esquemaproprietadeindustrial.png>

A Propriedade Industrial vem estabelecer uma concessão de direito exclusivo dada pelo Estado ao processo inventivo e criativo do intelecto humano relacionado a: i) Patentes de invenção e Patentes de modelos de utilidade, que compreendem invenções de caráter técnico; ii) Desenhos Industriais, que determinam nova estética e originalidade a objetos; iii) Marcas, que são caracterizadas por sinais distintivos; iv) Indicações Geográficas que compreendem àquelas relacionadas a sua origem ou a sua procedência.

O Direito Autoral vem proteger as obras intelectuais no campo literário, científico e artístico e abrange tanto os direitos de autor quanto aos direitos conexos, ou seja, se aplica aos direitos dos artistas, intérpretes e executantes, assim como dos produtores de fonograma e dos organismos de radiodifusão. O Direito de Autor é o único cujo registro é facultativo por apenas presumir a autoria da obra, diferentemente dos demais que necessitam de registro para garantia de seus privilégios.

No Brasil, a proteção ao programa de computador está relacionada ao direito de autor embora, seja regulado por lei própria (Lei 9.609/98).



Quanto a Proteção *Sui Generis*<sup>20</sup>, como ressalta Peralta (2011), surge diante do avanço tecnológico e da dificuldade de seu enquadramento nos institutos de proteção. Ela está relacionada com a Topografia de Circuito Integrado (Lei nº 11.484/07), a Cultivares (Lei nº. 9456/97), os Conhecimentos Tradicionais (Medida Provisória nº 2.186/01) e o acesso ao Patrimônio Genético (Lei de biossegurança nº 11.105/05).

Barbosa (2009) em seu artigo, refere-se à citação feita pelo Marquês de São Vicente a qual reproduzo para convalidar o entendimento da relevância da atividade criadora e inventiva para o progresso da humanidade e o respectivo respeito aos direitos do criador.

A descoberta ou invenção de uma indústria útil ou de seu melhoramento é feito da inteligência e trabalho do inventor, é criação sua e consequentemente sua propriedade. É, pois, justo que a lei segure seus direitos e reprima a violação deles; esse ato, além de ser justiça, é também de grande vantagem e incentivo econômico; é o meio mais seguro de enriquecer a sociedade de novos descobrimentos, processos, aumento e perfeição de forças industriais.

Em termos práticos, o direito de propriedade assegura a seu titular a exclusão de terceiros, sem seu consentimento, para fabricar, comercializar, importar, usar, vender ou ceder, de acordo com seu interesse, embora com tempo determinado.

Cerqueira (2012) aponta que:

A legitimidade do direito do inventor e a necessidade de sua proteção constituem, hoje em dia, princípios incontestáveis, tendo mero valor histórico as objeções que se levantavam contra o privilégio que o assegura. A experiência tem demonstrado, de modo cabal, em todos os países, que, em vez de constituir entrave ao progresso industrial, o sistema de privilégios só tem concorrido para o desenvolvimento constante das indústrias e para o aperfeiçoamento incessante da técnica.

Como incentivo à inovação, o mais importante com relação ao conhecimento dos ativos de propriedade intelectual é compreender sua funcionalidade como ferramenta estratégica de negociação de tecnologia para melhor utilização do Sistema de Propriedade Intelectual em benefício da inovação.

Dentre suas principais funções e utilidade, podemos destacar: a) proteção de direitos; b) fonte inesgotável de informações sobre tecnologias passíveis de utilização; c) fator de

---

<sup>20</sup>Proteção *Sui Generis* pode ser entendida como objeto ou situação de único tipo.

atração de investimentos em locais sem proteção; d) segurança jurídica nas relações de negociação de ativos intangíveis.

A partir das informações existentes no banco de dados que reúne as patentes depositadas e concedidas num determinado país, é possível identificar oportunidades estratégicas que, através de sua consulta e uso, possibilitem o desenvolvimento tecnológico, já que elas permitem indicar (Relatório de Gestão de 2005 – INPI; pg. 53):

- Tecnologias que já estão em domínio público (com prazo vencido) e podem, portanto, ser usadas livremente;
- Tecnologias patenteadas em outros países que não foram depositadas no INPI brasileiro, podendo, assim, ser exploradas no mercado nacional;
- Uso da informação para fins de pesquisa inclusive de tecnologias ainda com patente em vigor;
- Uso da informação para monitorar a concorrência e apontar melhores rotas tecnológicas a serem seguidas; e
- Uso para estudos de prospecção tecnológica.

Peralta (2011) ressalta que o Desenho Industrial no Brasil destina-se a proteção de objeto industrial, ou seja, objeto que possa ser replicado e reproduzido em série, no intuito de proteger a novidade estética que possa agregar valor no campo industrial, já que é capaz de influenciar mercados como é apontado por Lastres (2005, P.245 apud PERALTA):

Em efecto, cuando em el mercado se ofrecen al mismo tiempo varios productos que tienen la misma finalidad, una calidad parecida y un precio similar, el diseño se convierte en una de las armas principales de compra del consumidor: ante productos prácticamente iguales, el consumidor opta por el que le resulta más atractivo.

As marcas têm como principal característica garantir a distintividade de produtos e serviços e se encontram divididas em 4 grupos: marca de produto, de serviço, de certificação e coletiva. Peralta (2011) ressalta a importância da marca para combater as assimetrias do mercado, auxiliando os consumidores na compra dos produtos previamente escolhidos e não induzi-los ao erro. Sob o ponto de vista empresarial, Peralta (2011) afirma que sua proteção é elemento estratégico para garantir a vantagem competitiva por diferenciação no mercado, haja vista que o direito sobre o sinal só ocorre mediante a concessão do registro pelo órgão competente.

Figura 3 – Exemplos de Marcas



Fonte: <http://www.certi.org.br/pt/servicoesprodutos-promocao-de-negocios-nucleo-na-inovacao-tecnologica>

As Indicações Geográficas (Igs), tanto quanto os demais direitos são protegidas pela Lei da Propriedade Industrial e se diferenciam por duas características: sua indicação de procedência (IP) e por sua denominação de origem (DO). Neste caso, Peralta (2011) aponta para o grande potencial existente no Brasil, embora, desconhecido do universo produtor e consumidor em geral.

Figura 4 – Direitos de Propriedade Intelectual protegíveis.



Fonte: <http://www.projetoescolalegal.org.br/?p=1092>

O INPI possui um banco de dados com informações relevantes e estratégicas para diversos setores produtivos, mas o desconhecimento de seus instrumentos e mecanismos de proteção tanto pelas universidades quanto pelas empresas ainda não permitem ações mais articuladas capazes de ampliar a interação entre os atores do Sistema Nacional de Inovação com vistas ao seu amadurecimento.

Não cabe a este trabalho discutir as relações político-econômicas que determinam a rota de desenvolvimento de um país, nem estabelecer comparações com indicadores de outros países cujo posicionamento diante do incentivo à educação determinou o alcance de metas, até então, inatingíveis a curto ou médio prazo para a sociedade brasileira. Cabe mostrar que a propriedade intelectual e a inovação podem fazer a diferença sim, utilizando com mais competência todo o seu arcabouço jurídico, praticando o *learning-by-doing*, trocando *expertise*, ampliando as relações entre universidade e empresa, personificando empresários como verdadeiros empreendedores, captando recursos público-privados para promover o desenvolvimento tecnológico e não somente a transferência de tecnologia importada.

### 1.2.2 O INPI NA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA PI

Na última década, o interesse governamental<sup>21</sup> em estabelecer políticas públicas capazes de favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico aliado ao crescimento contínuo do público demandante de um conhecimento mais específico sobre questões relacionadas à PI favoreceu ao instituto estabelecer em seu planejamento estratégico, metas mais eficazes para a disseminação da cultura da Propriedade Intelectual.

O INPI é criado em 1970, mesma época de outras instituições<sup>22</sup> que viriam a fomentar a integração da ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento nacional.

---

<sup>21</sup>Ministério de Ciência e Tecnologia. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Fundos Setoriais. Relatório de Gestão: 2007-2009. pg. 9

<sup>22</sup> FINEP foi criada em 1967 para atuar como agência de fomento ao financiamento a C&T; bancos de desenvolvimento como o BNDES, cursos de pós-graduação, como a COPPE, em 1964 e o Fundo Nacional

Atualmente, de acordo com o Plano Estratégico para o período de 2002 a 2010, tem como missão servir de instrumento para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país, por meio da proteção da propriedade intelectual e da disseminação da informação tecnológica.

Dentre as diversas iniciativas implementadas no projeto de reestruturação institucional, houve em 2004, a criação da Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART)<sup>23</sup>, atual Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD), cujas atribuições, em síntese, estão diretamente relacionadas com a disseminação da cultura de propriedade intelectual sob à ótica das recentes legislações de incentivo à inovação, buscando o fortalecimento dos elos do INPI com a sociedade. A estrutura da Diretoria foi modificada a fim de constituir uma estrutura acadêmica condizente para a realização das atividades da Academia da Inovação e Propriedade Intelectual, que passou a denominar-se Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento – COPEPI<sup>24</sup>.

À COPEPI, atual Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD) atribuiu-se, também, a incumbência de promover outras ações de disseminação da cultura em PI e Inovação através de acordos de cooperação, seminários, cursos de extensão presenciais e à distância, dentre tantas outras atividades realizadas no âmbito da DART, atual DICOD.

Para atingir tal objetivo, diversas ações foram estabelecidas, principalmente no que se refere a consolidar laços com os principais atores do Sistema Nacional de Inovação, quer sejam associações empresariais, federações, universidades e/ou agências de

---

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT criado em 1969 como instrumento de apoio financeiro de programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e fonte de receita de incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas.

<sup>23</sup> A Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica - DART, atual Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento – DICOD foi instituída com a regulamentação do decreto nº 5.147 de 21/07/04.

<sup>24</sup> A Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento foi instituída com a aprovação do novo Regimento Interno do INPI através da Portaria MDIC nº130/2008 publicada na seção 1 do D.O.U..

desenvolvimento<sup>25</sup>. Dentre eles podemos destacar a Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>26</sup>, as Federações das Indústrias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>27</sup>, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)<sup>28</sup>, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)<sup>29</sup> e as principais universidades do país.

Para o alcance de seus propósitos, o INPI estabeleceu uma diversidade de ações no campo da disseminação da cultura sobre Propriedade Intelectual que podemos elencar alguns exemplos, conforme disposto no Quadro 1:

Quadro 1 – Linhas de ação do INPI para disseminação da cultura em propriedade intelectual.

LINHAS DE AÇÃO
Treinamento e capacitação de Terceiros
Seminários e cursos para Gestores de Tecnologia nos Estados
Cursos para instituições parceiras
Ciclo de Palestras para o Judiciário
Palestras, Fóruns, Congressos, Seminários e Estandes
Integração do INPI a ações de fomento à inovação
Educação em Propriedade Intelectual
Estudos em Propriedade Intelectual
Uso da Informação Científica e Tecnológica voltada para a Propriedade Industrial
Estruturação de programas induzidos para uso da Informação Tecnológica
Atendimento de pedidos de busca
Organização e Gestão dos documentos de patentes

<sup>25</sup>Relatório de Gestão de 2005 elaborado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) do INPI.

<sup>26</sup>A Confederação Nacional da Indústria - CNI se constitui numa rede nacional de caráter privado, responsável por iniciativas de apoio ao setor industrial brasileiro e que administra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

<sup>27</sup>O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal que atua como principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

<sup>28</sup>A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) é uma empresa pública vinculada ao MCTI, que visa promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

<sup>29</sup>O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada sem fins lucrativos cuja atuação visa capacitar e promover o desenvolvimento, visando estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte de todo o país.

Estruturação da biblioteca especializada em Propriedade Intelectual
Estabelecimento de Centro Depositário de Microorganismos
Projeto de recuperação do acervo de documentos de patentes brasileiras
Apoio à pequena e media empresa
Ações de articulação internacional
Representações Nacionais
Eventos organizados com participação do INPI
Acordos de Cooperação Técnica e Contratos Internacionais

Fonte: Relatório de Gestão elaborado pela CGPO – INPI. 2005

No percurso trilhado por esse conjunto de iniciativas e de cooperações interinstitucionais, ações entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o INPI foram articuladas a fim de possibilitar a realização conjunta de um Mestrado Acadêmico em Propriedade Intelectual, nos moldes do *Master Business Administration* (MBA) em Inovação e Propriedade Intelectual realizado entre a UFRJ e o INPI em 2004.

A ideia de se criar uma Academia dentro do escritório de PI brasileiro foi embasada em experiências internacionais bem sucedidas como a do *United States Patent and Trademark Office* (USPTO) nos EUA, o de Taiwan (Formosa) e o *International Intellectual Property Training Institute* (IIPTI) da Coreia do Sul (Bohrer *at al*, 2007).

Amparado em diversas ações de disseminação e capacitação já realizadas, o INPI em parceria com a UFRJ, amplia o escopo de discussões na área de PI e Inovação, com a criação de um Laboratório de Ensino e Pesquisa em Inovação e Gestão da Propriedade Intelectual<sup>30</sup> e que veio a servir de base para a formalização da proposta de criação do atual programa de mestrado.

<sup>30</sup>O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Inovação e Gestão da Propriedade Intelectual compreendia um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, oferecido pelo Instituto de Economia da UFRJ, e atividades de pesquisa, coordenadas pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), distribuídas em oito grupos temáticos. (Bohrer *at al*, 2007)

Borher *et al* (2007) diz que a ideia de criação de uma Academia de Propriedade Intelectual e Inovação pelo INPI foi lançada em 2006 com o intuito de

abrigar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em propriedade intelectual e para criar mecanismos de disseminação de conhecimentos que permitam a obtenção de benefícios na utilização do sistema de propriedade intelectual.

Tais atividades de pesquisa e desenvolvimento seriam realizadas no âmbito da Academia e focada em três tipos distintos de formação: a) cursos de extensão; b) curso de pós-graduação *Stricto Sensu*; c) programa de ensino à distância (EAD).

A proposta de implantar uma Academia de Propriedade Intelectual e Inovação dentro de uma instituição não-universitária e iniciar um programa de pós-graduação, não bastava ter o aval da presidência do INPI e até mesmo a aprovação do curso pela CAPES; tinha sim de passar pelo crivo da própria instituição em seu aspecto legal, que tinha como dever questionar a execução de tal atividade dentro de sua estrutura regimental e sua capacidade de êxito. Esta fundamentação foi apresentada pela Academia em setembro de 2007 em reunião sobre a estrutura regimental do INPI onde diz que:

pelas experiências anteriores da participação desta instituição na estruturação, organização e docência em cursos formato MBA (CEFET 2001 e IE-UFRJ 2005/2006) a CAPES concluiu que, mesmo não sendo uma instituição de ensino e pesquisa tradicional, o INPI apresentava as condições necessárias para a criação de um Mestrado Profissional.

O INPI obteve a aprovação de sua proposta – APCN em setembro de 2006 e foi recebida com a satisfação de dever cumprido, mas com a certeza de que muitos desafios haveria pela frente. As instalações físicas do Centro de Treinamento e a biblioteca do instituto foram dadas como satisfatórias para o início do curso, mas conforme apontado pela CAPES em seu relatório de visita técnica, o INPI deveria providenciar instalações próprias para os alunos do programa de pós-graduação. Este mesmo relatório também apontava a necessidade de ampliação do corpo docente permanente do programa. A intenção do instituto em relação a essa recomendação era a abertura de concurso público para contratação de seis pesquisadores



seniores, cuja ação só foi passível de realização no ano de 2009. No entanto, em virtude da ampla quantidade de mestres e doutores existentes na própria instituição, realizou-se uma seleção interna onde 5 servidores foram aprovados para compor o quadro de docentes com dedicação exclusiva em ensino e pesquisa e lotados na Academia de PI e Inovação desde o início das atividades, em 2007.

Desta forma e diante do compromisso de iniciar as atividades da Academia e dar início a primeira turma de Mestrado no ano seguinte, foi criado um Grupo de Trabalho Especial de Implantação da Academia de Propriedade Intelectual do INPI – GT Academia, pela portaria INPI nº 275/06 criada em 05/09/06 e publicada na página 30, seção 02 do D.O .U. nº 174 de 11/09/06.

No próximo capítulo apresenta-se o Programa de Mestrado tal qual a proposta encaminhada a CAPES, seu viés profissional e caráter interdisciplinar, assim como sua evolução no período entre 2007, ano de início da 1ª turma, até dezembro de 2014.

## CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: O CASO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

### 2.1 A CAPES: Órgão regulador dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A educação é, sem dúvida, uma das mais eficientes vias de alcance efetivo do desenvolvimento de um país. Vista com prioridade em nível governamental mediante incentivo à capacitação especializada do setor produtivo é possível considerá-la como ferramenta essencial para o desenvolvimento social e tecnológico de uma nação.

Historicamente, a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), na década de 60, refletiu o esforço governamental para dar suporte ao desenvolvimento de C&T, cujo resultado pode ser

verificado através do aumento da participação brasileira na produção científica mundial e o significativo aumento na formação de mestres e doutores.

Para Viotti (2003), recursos humanos altamente qualificados são cruciais para a geração e a difusão do conhecimento e constituem o elemento capaz de transformar progressos científicos em avanço tecnológico e desenvolvimento econômico e social.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e que tem por objetivo consolidar a pós-graduação *stricto sensu* no país.

A CAPES surge na década de 60 e com ela a combinação “ensino-pesquisa” através dos programas de pós-graduação *Lato Sensu* e durante as décadas de 70 e 80, os programas *Stricto Sensu*, orientados para a formação de pesquisadores. Em 1998, surgem os Mestrados Profissionais (MPs) direcionados aos profissionais que se encontravam fora do ambiente acadêmico.

Sob o ponto de vista histórico, os mestrados formavam professores e os cursos de especialização agregavam novos conhecimentos, embora sem capacitá-lo para atuar em níveis mais complexos de problemas de caráter tanto multidisciplinar quanto interdisciplinar.

Diante de uma real demanda social foi que os MPs foram se estruturando para atender ao mercado que passou a exigir profissionais com perfil mais abrangente e flexível voltado para o setor produtivo.

Quanto aos MPs, a CAPES os qualifica como um programa de alta qualificação em estudos e técnicas voltadas para um alcance de excelente desempenho dentro do âmbito profissional, sendo esta a maior distinção existente entre os dois tipos de mestrado: acadêmico e profissional. Uma outra diferença está relacionada ao caráter ‘profissional’ do programa, suscitando a necessidade de buscar o autofinanciamento e/ou o estabelecimento de convênios ou parcerias com vistas ao patrocínio de suas atividades.

Independentemente de seu foco, ambos proporcionam o mesmo grau de formação, inclusive sobre o exercício da docência, possuindo validade nacional de acordo com o reconhecimento do curso. Ademais, por tratar-se de um programa *Stricto Sensu* passa pelos mesmos critérios de avaliação realizados pela Capes para os cursos acadêmicos, o que confere a cada um deles uma certificação de qualidade que os diferencia dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, onde se inclui os MBAs, por não necessitar passar por tal avaliação.

Segundo Quelhas *et al* (2005, p.98), “o curso busca formar um profissional capacitado para pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), e também capaz de atuar como multiplicador, repassando seus conhecimentos para os demais profissionais no seu campo profissional”.

As principais características associadas aos MPs estão na articulação entre conhecimento, domínio de metodologia e aplicação no campo profissional; trabalho de conclusão que venha atender a demandas sociais, organizacionais ou profissionais; processo seletivo que privilegie os profissionais já inseridos no mercado; corpo docente formado por doutores com produção intelectual e profissionais experientes e qualificados na área do curso.

Raynaut (2011, pg.69) aponta para o pioneirismo do Brasil em renovar os métodos de produção e transmissão do saber através do ensino e estudos de cunho multidisciplinar<sup>31</sup> ou interdisciplinar<sup>32</sup> que ocorrem através da colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas.

Leis (2011, pg. 107) cita que mais vulgarmente a interdisciplinaridade é um processo de resolução de problemas ou de abordagem de temas que, devido a sua complexidade, não podem ser tratados em uma única disciplina. Diz ainda ser necessário diferenciar os conceitos

---

<sup>31</sup>Leis (2011) diz que a multidisciplinaridade não implica integração, mas superposição dos diversos conhecimentos disciplinares convocados para determinado estudo.

<sup>32</sup>Raynaut (2011) define a interdisciplinaridade como “...um processo de diálogo entre disciplina firmemente estabelecidas em sua identidade teórica e metodológica, mas conscientes de seus limites e do caráter parcial do recorte da realidade sobre a qual operam. Isso implica, por parte dos pesquisadores, respeitar o saber produzido por outras disciplinas, recusando qualquer hierarquia, *a priori*, entre elas, relativa ao poder explicativo dos fatos sobre os quais trabalham.

de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade que, por muito tempo estiveram presentes nos critérios de avaliação da CAPES.

Os MPs apresentam-se como alternativas viáveis e plausíveis para diminuir o fosso existente, particularmente entre as esferas de governo e a de produção econômica. Ressalta ainda a importância crucial da inovação para o crescimento econômico do país, cujo sucesso empresarial está diretamente relacionado à sua boa gestão.

Ao encaminhar à CAPES, uma proposta para criação de um programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação, o INPI dá um grande salto em relação à capacitação de recursos humanos que, até então, era realizada através de seminários de sensibilização e cursos de extensão. Surgia, a partir daí, a possibilidade de criar um ambiente de discussões que extrapolassem as questões sobre sua aplicabilidade e uso e relacioná-la com questões referentes a contratos de tecnologia, licenciamento, interações com o mercado global, como incentivo à inovação e desenvolvimento, estudos comparativos sobre marcos regulatórios de diferentes países, sobre a regulamentação de novas tecnologias, gestão de ativos, valoração, legalidade e entre tantos outros temas correlatos.

## 2.2 Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação

As discussões sobre Propriedade Intelectual não se esgotam em campos de saber estanques, nem como diferentes maneiras de se problematizar o mesmo objeto de estudo. Exige, sim, um trabalho conjunto de interlocutores das mais diferentes especialidades, trabalho que ultrapassa a fronteira de cada uma das disciplinas envolvidas.

O programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação (MPPII) tem por objetivo formar profissionais de diversas áreas de graduação no campo da propriedade intelectual, inovação e áreas afins para atuarem no mercado profissional, produzir

soluções práticas, extraídas de um saber gerado pela relação teórica-prática vivenciada pelo aluno no ambiente profissional, ampliar o alcance geográfico dos esforços relacionados à disseminação do conhecimento em propriedade intelectual e inovação para fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação.

O Mestrado Profissional obteve sua recomendação em setembro de 2006, decaracterística multidisciplinar e alocado na área de programa Engenharia / Tecnologia / Gestão. Sua área de concentração é “Inovação e Desenvolvimento”, cujas áreas afins são: i) Engenharias; ii) Multidisciplinar / Biotecnologia; iii) Multidisciplinar / Tecnologia; iv) Engenharia / Tecnologia / Gestão. Atualmente, devido a reestruturação da CAPES, o programa de mestrado profissional encontra-se inserido na área Interdisciplinar e na sub-área Engenharia/Tecnologia/Gestão.

O Programa pode ser cursado no período de 02 anos e no máximo 3 anos, salvo exceções. Seu processo seletivo ocorre anualmente, o que possibilita a convivência de cerca de 50 alunos de turmas distintas durante um ano letivo do curso. Cada discente é acompanhado por um ou mais orientadores e deve cursar um conjunto mínimo de disciplinas entre obrigatórias e eletivas e, posteriormente, ser avaliado através de um exame de qualificação antes de sua defesa final.

Apesar de não haver uma exigência formal quanto a publicação ou submissão de artigos para obter a titulação, a atividade é incentivada aos alunos durante o programa, inclusive com relação a seus trabalhos finais de disciplina.

As discussões em sala de aula e a amplitude da diversidade temática relacionada à propriedade intelectual e à inovação, proporcionou a criação de dois tipos de eventos que contribuíram para a formação de um ambiente acadêmico mais dinâmico e de interações com o meio profissional.

Há de se ressaltar que essa interação é fruto do esforço coletivo realizado por especialistas em propriedade intelectual, em inovação, em suas diversas áreas de formação, que se relacionam com outros pesquisadores, grupos de pesquisa, instituições de ensino, associações, entre outros, para gerar conhecimento de alto valor agregado em benefício da sociedade e o desenvolvimento do País.

Dentre os eventos criados no âmbito do programa, realizados anualmente e com características peculiares, podemos destacar:

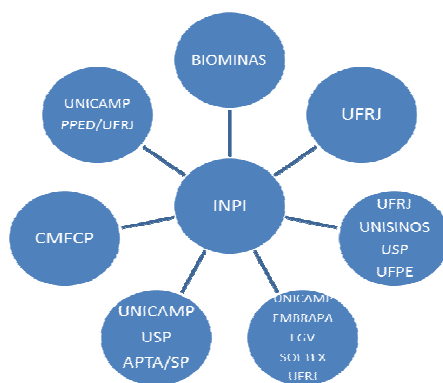
1. **PI EM QUESTÃO** – evento que tem por objetivo pôr em debate, com a mediação de um dos docentes do programa, temas emergentes relacionados à PI e à Inovação e com a participação de profissionais tanto do meio acadêmico quanto do profissional que proporcione discussões teórico-práticas acerca do tema proposto. A primeira edição, realizada em 2008, abordou a temática de marcas: criação, proteção e gestão. Ainda no mesmo ano, houve discussões relacionadas a patentes no ramo farmacêutico, programas de computador e topografia de circuitos integrados, informação tecnológica, patrimônio imaterial e sua proteção e o uso da PI pelas micro, pequenas e medias empresas.
2. **ENCONTRO ACADÊMICO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – ENAPID** – evento que objetiva estimular tanto aos alunos do programa quanto aos servidores do INPI, a publicação de artigos, além de proporcionar um espaço acadêmico para reflexão sobre questões contemporâneas relativas à Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Sua primeira edição foi no ano de 2008 e desde então, vem se fortalecendo, realizando parcerias com outros institutos e universidades, possibilitando uma vasta ampliação do público interessado nesta temática. Os trabalhos aprovados foram publicados na forma de Anais.

No ano de 2014 o VII ENAPID foi realizado na cidade de Salvador, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, que reuniram três eventos relacionados à área de PI, demonstrando não só a evolução e relevância do evento para a área de propriedade intelectual e inovação, mas também a sua importância para o fortalecimento das relações interinstitucionais. Dessa forma, o I Encontro dos PPGs em PI&TT 2014 reuniu, além do VII ENAPID, o IV PROSPECT&I e o II WPI.

Ainda com o intuito de promover o intercâmbio de experiências em ensino e pesquisa em PI no âmbito internacional, o INPI promove, em março de 2007, o 1º Simpósio de Academias de PI em parceria com a OMPI, que contou com a presença de representantes da Austrália, China, Coreia do Sul, Croácia, Cuba e México, além de duas instituições regionais de PI, a Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO) e EPO. Segundo Mendes (2010), durante o Simpósio decidiu-se pela criação de uma rede global de academias de PI, Global Network of Intellectual Property Academies (GNIPA).

Dentre as ações interinstitucionais implementadas, podemos destacar a participação em disciplinas de outros programas de pós-graduação como o de Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o de Metrologia do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), além de projetos de pesquisa realizados com diversas instituições, conforme pode ser observado na Figura 5:

Figura 5 – Instituições parceiras em projetos de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Processo Seletivo a orientação não é estabelecida como condição necessária para fins de participação. O candidato ao ser aprovado era ‘acompanhado’ por um dos docentes do programa, denominado ‘Orientador Acadêmico’. Sua principal função era indicar um dos membros do corpo docente do programa como ‘possível’ orientador para o aluno a partir de sua formação e da proposta de projeto de pesquisa aprovada, e orientá-lo até a o momento da formalização da relação aluno – orientador junto ao programa. Atualmente o coordenador de programa tem assumido esta função e o aluno pode vir a ser orientado por mais de um docente, interno ou externo ao programa de pós-graduação.

A interdisciplinaridade do programa é percebida pela variada formação de seu corpo docente e das disciplinas apresentadas.

Em virtude do elevado índice de tempo médio para a titulação dos alunos da 1ª turma, foi inserida uma etapa posterior a defesa de projeto, denominada “Exame de Qualificação” e muito comum em programas de Doutorado especificamente. Sua contribuição tem se mostrado relevante para ajustes ao trabalho final de dissertação, assim como a redução do tempo médio para titulação.

Cada programa de pós-graduação é responsável por determinar o quantitativo mínimo de disciplinas obrigatórias e eletivas desde que cumpram uma carga horária mínima de 360 horas. O aluno deste programa de Mestrado precisa cumprir um mínimo de 420 horas equivalentes a 28 créditos.

Devido ao seu caráter interdisciplinar e pela inexistência de um curso de graduação na área, optou-se pela inclusão de disciplinas obrigatórias e por disciplinas eletivas que são elencadas de acordo com cada uma das Linhas de Pesquisa do programa. Entretanto, em termos práticos, tais disciplinas não são estanques e podem estar relacionadas com todas as Linhas de Pesquisa dependendo do objeto de pesquisa a ser tratado.



Os programas profissionais são avaliados pela CAPES com notas que variam de 3 a 5 pontos. Dentro do período analisado, o programa passou por duas avaliações trienais. A primeira avaliação contempla o período de 2007 a 2009, cuja nota dada ao programa permanece a mesma recebida quando da aprovação do programa. Somente na segunda avaliação, o programa obteve o grau 4, elevando assim a qualidade do programa comparativamente aos demais cursos avaliados pela área interdisciplinar, sendo considerados relevantes quesitos como: proposta do curso; corpo docente; corpo discente e trabalhos de conclusão; produção intelectual e profissional; inserção social.

Observa-se que a manutenção do grau 3 em sua primeira avaliação ocorre primordialmente pela produção intelectual e qualidade dos meios de veiculação utilizados, fator solucionado durante os anos posteriores que fizeram parte da segunda avaliação, na qual o programa recebeu o grau 4.

Os quesitos são avaliados com média ponderada e classificados como: ‘Muito Bom’; ‘Bom’; ‘Regular’; ‘Fraco’; ‘Não Aplicável’.

Com relação a Proposta do Programa, dos cinco itens avaliados na primeira trienal, apenas o que se refere a interações interinstitucionais recebeu “Muito Bom” e “Bom” nas demais. Na segunda trienal, todos os quatro quesitos avaliados receberam “Muito Bom”.

### 2.2.1 Corpo Docente

Com relação ao Corpo Docente, três quesitos são avaliados pela CAPES: (i) perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à proposta do programa; (ii) adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação; (iii)

distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do curso.

Apesar da experiência e titulação do corpo docente e de sua adequação ao programa, a dimensão e distribuição entre permanentes e colaboradores era ainda insuficiente assim como sua distribuição nas atividades do programa.

Decerto, o corpo docente apresentado na APCN de 2006 era constituído por servidores do INPI e de professores vinculados a outras instituições de ensino e pesquisa e devido a peculiaridade do tema se fez necessário incorporar ao corpo docente, a experiência de profissionais que atuam no mercado de trabalho e que interagem com os atores do Sistema Nacional de Inovação.

Na prática, colaborar efetivamente com as atividades de docência, orientação e de pesquisa, simultaneamente, e assim integrar o corpo docente permanente do programa foi um dos muitos dos desafios enfrentados para consolidar o programa, ou seja, a ampliação do corpo docente efetivo do programa, que atingiu êxito na segunda avaliação do programa.

O corpo docente é composto por doutores em sua totalidade, com diversificada formação que perpassa grandes áreas como ciências sociais aplicadas, humanas, engenharias, linguísticas, entre outras. Conforme relatado na segunda avaliação trienal, com base no último ano da avaliação (2012), o tempo médio de titulação é de 11 anos e possui uma combinação de experientes e jovens doutores, considerando 25% dos docentes titulados há mais de 16 anos, 56% titulados entre 5 e 10 anos e 1 docente apenas há menos de 5 anos.

### 2.2.2 Linhas de Pesquisa

O programa foi estruturado em torno da área de concentração denominada INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO e, inicialmente, subdividida em 3 (três) Linhas de

Pesquisa (LPs): (i) Globalização e Regionalização: Modelos de proteção à Propriedade Intelectual e seu papel no desenvolvimento; (ii) Políticas Setoriais e Campos Emergentes; (iii) Propriedade Intelectual, Tecnologia, Sociedade e Empresas Brasileiras. A elas estão relacionadas três disciplinas obrigatórias e um grupo de disciplinas específicas, conforme apresentado nos Quadros 2, 3 e 4, abaixo:

**LP 01 – Globalização e Regionalização: Modelos de proteção à Propriedade Intelectual e seu papel no desenvolvimento:** Estudo do sistema de direitos de propriedade intelectual abordando seus aspectos históricos, os tratados internacionais, as políticas de proteção de ativos intangíveis dos vários países, os processos de transferência de tecnologia e suas repercussões mercadológicas.

Quadro 2 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 1 do MPPII.

<b>Linha de Pesquisa 01 – Disciplinas relacionadas</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº Créditos</b>
O Uso de Indicadores Científicos e Tecnológicos	30	2
Política Científica e Tecnológica	30	2
Globalização do Sistema de Propriedade Intelectual	30	2
Gestão e Comercialização de Ativos Intangíveis	30	2
Valor Econômico do Ativo Intangível: da ideia ao mercado	30	2
Políticas Comparadas de Propriedade Intelectual	30	2
<b>Seminários em Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Histórico da Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Inovação e Desenvolvimento (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Metodologia Científica (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII – Elaboração própria

(\*) – Disciplinas obrigatórias.

**LP 02 – Políticas Setoriais e Campos Emergentes** – Desenvolver estudos sobre questões de inovação e propriedade intelectual em novos setores como, por exemplo, biotecnologia, agronegócio, indústria farmacêutica, além de promover pesquisas sobre modelos de prospecção tecnológica.

Quadro 3 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 02 do MPPII.

<b>LP 02 – Disciplinas relacionadas</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº Créditos</b>
Propriedade Intelectual em Biotecnologia	30	2
Propriedade Intelectual no Agronegócio	30	2
Direitos de Autor e Conexos	30	2
Proteção à Propriedade Intelectual na Indústria Farmacêutica	30	2
Conhecimentos Tradicionais e Direitos Associados	30	2
Prospecção Tecnológica	30	2
<b>Seminários em Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Histórico da Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Inovação e Desenvolvimento (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Metodologia Científica (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII – Elaboração própria

(\*) – Disciplinas obrigatórias.

**LP 03 – Propriedade Intelectual, Tecnologia, Sociedade e Empresas Brasileiras:** realizar estudos sobre questões relacionadas à inovação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e outros aspectos correlatos na sociedade brasileira.

Quadro 4 – Disciplinas relacionadas a Linha de Pesquisa 03 do MPPII.

<b>LP 03 – Disciplinas relacionadas</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº Créditos</b>
Gestão Estratégica de Marcas	30	2
Proteção Intelectual das micro, pequenas e médias empresas	30	2
Exercício dos Direitos de PI: atribuição, transmissão e infração	30	2
Gestão e Comercialização de Ativos Intangíveis	30	2
Estratégia Tecnológica e Apropriação	30	2
Tópicos Especiais em PI e Inovação	30	2
<b>Seminários em Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Histórico da Propriedade Intelectual (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Inovação e Desenvolvimento (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>
<b>Metodologia Científica (*)</b>	<b>60</b>	<b>4</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII – Elaboração própria

(\*) – Disciplinas obrigatórias.

Em 2010, alguns ajustes foram necessários para atender as recomendações descritas na primeira avaliação trienal do programa e após um realinhamento conceitual, as linhas de pesquisa foram subdivididas e reestruturadas. Nessa mudança, a Linha de Pesquisa 3 foi

subdividida passando o programa a ser composto de 4 (quatro) linhas de pesquisa e 6 (seis) disciplinas relacionadas, além das obrigatórias.

A LP3 passou a relacionar a Propriedade Intelectual com a Inovação Tecnológica mais especificamente, quer seja em aplicações setoriais como a biotecnologia, indústria farmacêutica e a nanotecnologia como em questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico, a exemplo da prospecção. A LP4 contempla um conteúdo mais abrangente e aborda a influência da PI na sociedade como um todo e agrega disciplinas temáticas como direito da PI, Proteção à micro, pequenas e médias empresas, interesse público, semiologia e patrimônio imaterial. O Quadro 5 abaixo, apresenta a reestrutura das linhas de pesquisa do programa.

Quadro 5 – Linhas de Pesquisa do MPPII a partir de 2010.

Área de Concentração:	
<b>INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.</b> Utilização estratégica dos ativos de propriedade intelectual como força propulsora do sistema de inovação e desenvolvimento, seja no âmbito local, regional, nacional ou global	
Linhas de Pesquisa:	
<b>1</b>	<b>SISTEMA DE PI E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E GLOBAL</b> – Compreensão do sistema de PI é fundamental para entender seus impactos na esfera global e local, onde a formação de blocos econômicos tem levado à busca de harmonização para todo o sistema de PI de forma a dar conta da livre circulação de produtos e serviços protegidos por direitos de PI. Refletir sobre essas transformações é aumentar o conhecimento acerca de todo o sistema de PI, visando sua melhor compreensão e desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para o uso eficiente do sistema por todos os interessados. Esta linha inclui, portanto estudos sobre a importância dos direitos de PI para o desenvolvimento econômico regional bem como deste desenvolvimento regional diante do processo de globalização.
<b>2</b>	<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL E POLÍTICAS SETORIAIS</b> – promover estudos referentes às políticas específicas que envolvam direitos de PI. A relevância dos DPIs na atualidade tem merecido destaque dentro de vários campos de conhecimento. Políticas públicas estratégicas devem ser pensadas de forma a tornar o uso dos DPIs estratégico pelas empresas e demais instituições pertencentes à sociedade. Mas políticas públicas e demais políticas empresariais devem ser pensadas levando-se em conta setores específicos, com demandas particulares e especificidades que os caracterizem. Desta forma, a linha visa a promover estudos sobre os direitos de PI visando a construção de políticas setoriais que possibilitem o desenvolvimento de setores específicos em função das demandas por eles apresentadas.
<b>3</b>	<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO</b> – O desenvolvimento tecnológico é o motor do mundo atual. Empresas, cotidianamente, lançam inovações no mercado, promovendo o avanço da tecnologia. A dinâmica inovativa tem merecido diversos estudos, buscando compreender os diferentes fenômenos e sua influência no desenvolvimento dos países. Entretanto, para que uma nova tecnologia possa gerar o desenvolvimento, a mesma deve poder ser apropriada por aquele que a gerou. Desta forma, os direitos de propriedade intelectual passam a ser elementos importantes na reflexão da apropriação de bens que resultem em desenvolvimento tecnológico e novos campos tecnológicos têm demandado a reflexão sobre as formas de proteção da propriedade intelectual. Esta linha visa a desenvolver estudos analíticos sobre a produção de campos emergentes e estratégicos e pensar como os produtos resultantes do processo inovativo das empresas atuantes nesses campos podem ser apropriados de forma a gerar o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

4

**PROPRIEDADE INTELECTUAL, SOCIEDADE E EMPRESAS BRASILEIRAS** – Cada vez mais, o uso dos Direitos de PI tem afetado a sociedade como ente comum, bem como as empresas brasileiras, como entes específicos de direito privado. Estudos que possuam enfoque sobre os intangíveis de propriedade intelectual e inovação tecnológica, no universo das empresas brasileiras, são contextualizados dentro desta linha de Propriedade Intelectual sociedade e empresas brasileiras. O objetivo da linha é, portanto, proporcionar estudos específicos sobre a influência dos ativos de propriedade intelectual no universo da sociedade brasileira como um todo.


Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII – Elaboração própria.

As disciplinas ofertadas pelo programa encontram-se no Quadro 6 e apresenta o quantitativo de alunos inscritos por disciplina de interesse e por sua oferta durante o período de 2007 a 2014.

Este público é formado também por alunos especiais, ditos oriundos de outros programas de pós-graduação, seja por conta própria e/ou por acordos de cooperação com outros programas de pós-graduação como o da Escola de Química, de Economia e de Biotecnologia da UFRJ, FIOCRUZ, entre outros.

Ressalta-se ainda a presença de alunos ouvintes, ditos não vinculados a qualquer programa de pós-graduação, que reforçou o número efetivo de pessoas interessadas em obter mais conhecimento especializado na área de PI e/ou Inovação, seja para sua atualização profissional, angariar titulação ou até mesmo ingressa numa área peculiar e que ainda não se encontra totalmente difundida dentro das universidades. O resultado desta ação fortalece o programa com candidatos mais preparados, propostas de projeto mais bem elaboradas e em consonância com os projetos de pesquisa realizados pelo corpo docente ou a própria indicação do programa para terceiros.

Ainda como fruto de parcerias institucionais, nosso corpo docente também exterioriza esse conhecimento específico na área, ministrando disciplinas ou participando de grupos de pesquisa em/com outros programas de pós-graduação como, por exemplo, no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), na UFRJ, UERJ, bem como para um conglomerado de instituições acadêmicas do estado da Bahia.

Quadro 6 - Distribuição de Alunos Inscritos em disciplinas do MPPII por ano - Período de 2007 a 2014												
			DIRETORIA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ACADEMIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO									
Nº	Disciplina	Docente	Quantitativo de Alunos								Total Alunos	Frequência Disciplina Ano
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
1	Conhecimentos Tradicionais e Direitos Associados	Celso Lage	12			24	19	15		10	70	6
2	Contratos de Tecnologia	Lucia Fernandes						16	18		34	3
3	Direito Internacional da PI	Mauro Luz										
3	Direito Internacional da PI	Denis Barbosa							22		22	2
4	Direitos de Autor e Conexos	Renato Dutra	20	18		12		8			58	5
5	Ensino e Pesquisa em PI	Mª Beatriz Amorim							20		20	2
6	Estratégia Tecnológica e Apropriação	Dirceu Teruya		5	6	6	6	3	4		30	7
7	Exercícios dos Direitos de PI: atribuição, transmissão e infração											
7	Exercícios dos Direitos de PI: atribuição, transmissão e infração	Luciene Amaral	14	26		13	7	4		8	64	7
8	Gestão e Comercialização de Ativos Intangíveis	Adelaide Antunes				20	19	20	11		70	5
9	Globalização do Sistema de PI	Luis Otávio Pimentel	21	24		11	9	12	19		96	7
10	História da PI	Leandro Malavota	29	25	20	29	23	23		34	149	8
11	Indicações Geográficas	Lucia Fernandes	25					6	5		36	4
12	Inovação e Desenvolvimento	Araken Lima	29	24	18	29	24	28	36	30	188	9
13	Instrumentos de PI	Rita Pinheiro Machado						25	27	8	52	4
14	Introdução à PI - DI e IG	Lucia Fernandes Celso Lage							18	25	18	3
15	Introdução à PI - Marcas	Patricia Peralta								27	0	2
16	Introdução à PI - Patentes	Jeziel Nunes							21	25	21	3
17	Metodologia Científica	Iolanda Fierro	28	24	14	20	22	23	18	38	149	9
18	O Design na Propriedade Intelectual	Hugo Backx						3			3	2
19	O uso de Indicadores Científicos e Tecnológicos	Eduardo Winter	15	19	17	21	17	25	9	9	123	9
20	Patentes como fonte de informação tecnológica	Ricardo Rodrigues Carvalho								16	0	2
21	PI das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil	Elizabeth Ferreira Patricia Peralta			8	5	8	6	10	20	37	7
22	Política Científica e Tecnológica	Rita Pinheiro Machado	14	9			17	14	9	9	63	7
23	Políticas Comparadas de PI	Adriana Brigante Márcia Leal					11	6	3		20	4
24	PI e Concorrência	Ricardo Sichel						4			4	2
25	PI e Nanotecnologia	Jeziel Nunes					5	9		4	14	4
26	PI e o Interesse Público	Denis Barbosa	27		5	3	5	9			49	6
27	PI e Políticas Públicas	Luciene Amaral						8		21	8	3
28	PI em Biotecnologia	Celso Lage	8		12	13	12	7	7	5	59	8
29	PI no Agronegócio	Araken Lima	15		11	7	9	5		9	47	7
30	Prospecção Tecnológica	Adelaide Antunes	7	24	14	24	22	17	18	26	126	9
31	Proteção à PI na Indústria Farmacêutica	Iolanda Fierro	6	19	6	11	8	13	1		64	8
32	Proteção ao Patrimônio Cultural e Imaterial	Patricia Peralta				3	19	7		9	29	5
33	Proteção e Gestão de Marcas	Patricia Peralta	14	17	10	21	6	10		12	78	8
34	Semiologia e Propriedade Intelectual	Denis Barbosa	23		12	9	7			14	51	6
35	Valor Econômico do Ativo Intangível: da idéia ao mercado	Marcelo Tredinnick	13				15	9		9	37	5
Quantitativo de disciplinas ocorridas por ano			18	12	13	19	22	28	19	22	1889	
Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII - Elaboração própria.												

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII - Elaboração própria.

Obs.: Disciplinas destacadas em negrito são consideradas obrigatórias ao curso.

### 2.2.3 Público-Alvo

O público-alvo do programa de Mestrado Profissional foi delineado a partir das demais atividades de disseminação do INPI realizadas em parceria com Universidades, Institutos de Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, bem como todos os que lidam direta ou indiretamente com a atividade de proteção de ativos intangíveis.

Nesse sentido, o público-alvo apresentados a CAPES através da APCN do programa é composto por indivíduos que atuam em três campos relacionados à Propriedade Intelectual e à Inovação e que se distinguem conforme segue:

- Aqueles que realizam atividades diretamente ligadas ao uso e análise da proteção intelectual como, por exemplo, Examinadores e analistas do INPI, agentes da PI<sup>33</sup> e profissionais do poder judiciário;
- Aqueles que realizam atividades de gestão de PI e de tecnologia como, por exemplo, Gestores de tecnologia de empresas, de instituições de ciência e tecnologia, de instituições e associações empresariais – CNI, IEL, SEBRAE, SENAI, entre outras.
- Aqueles que realizam atividades de negociação internacional e formulação de políticas públicas como, por exemplo, agentes governamentais, agentes da PI, ONGs, entre outros.

### 2.2.4 Processo Seletivo

Sob uma ótica inovadora e por decisão institucional, o processo seletivo das duas primeiras turmas foi realizado à distância a fim de que candidatos oriundos de qualquer região do país pudesse participar. Nestes casos, somente a última fase foi presencial, a de entrevistas.

---

<sup>33</sup> Os agentes de PI são os procuradores domiciliados no Brasil que, representam os interesses dos depositantes nacionais e estrangeiros de pedidos de registro de ativos intangíveis apresentados ao INPI. Todos devem possuir habilitação para o exercício da função, mediante teste de conhecimentos realizado pelo INPI.



Decerto que era mais uma ação de vanguarda que o INPI promoveria em se tratando de ingresso na pós-graduação, tradicionalmente realizado de forma presencial em todas as suas fases. Entretanto, devido a questões relacionadas à falta de segurança com relação ao conhecimento real/virtual do candidato, optou-se por realizar o terceiro e demais processos seletivos de forma totalmente presencial, mantendo apenas as inscrições por meio virtual.

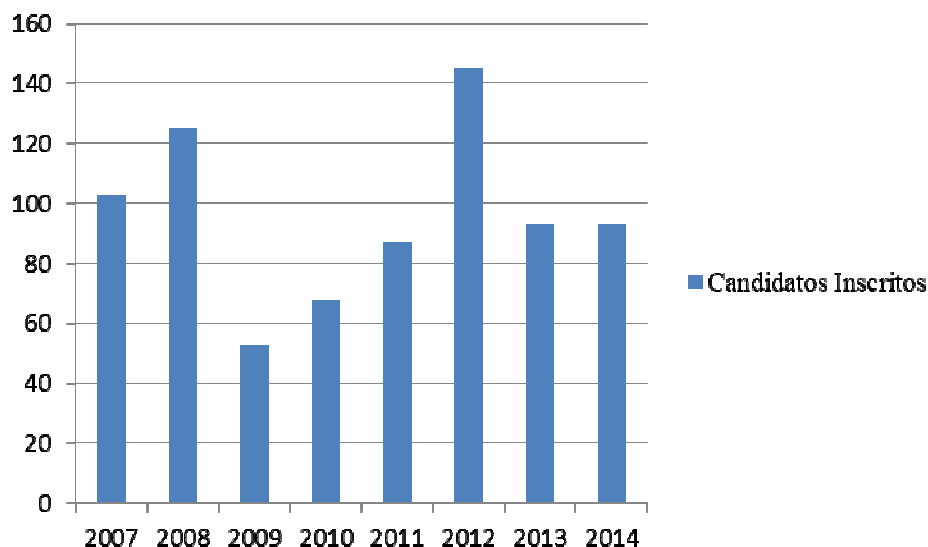
Tais motivações, é claro, não surgem ao acaso, apenas refletem a escolha de rotas alternativas de gestão que começariam a ser adotadas pelo instituto a partir de então, a exemplo a ação ‘INPI sem papel’. Mas, tais quais as ações governamentais do país que raramente se realizam concatenadas com seus setores de referência, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do instituto ainda tinha de percorrer um longo caminho para atender eficientemente a esta demanda.

O modelo de processo seletivo adotado desde então é constituído de 3 (três) fases assim distribuídas: a) 1ª. Fase – Análise formal da documentação solicitada em edital; b) 2ª. Fase – Prova escrita de conhecimentos básicos sobre Propriedade Intelectual e Inovação e prova escrita de compreensão de textos em língua inglesa; c) 3ª. Fase – Entrevista para Defesa de Projeto.

Como pode ser visto no Gráfico 1, nos dois primeiros anos em que a seleção foi realizada à distância, houve mais de cem alunos inscritos no processo, fato este que volta a ocorrer somente em 2012.

Considerando que este programa é um programa pioneiro na área de propriedade intelectual, a procura pelo programa mantém-se relativamente alta considerando as 25 vagas ofertadas anualmente, onde observa-se uma média de 3,8 candidatos por vaga no período observado de 2007 a 2014.

Gráfico 1 – Processo Seletivo MPPII para as turmas de 2007 a 2014.



Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII. Elaboração própria.

## 2.2.5 Funcionamento do Programa

Desde a sua criação, o programa atraiu grande interesse, como pode ser observado pelo nº de candidatos inscritos nos processos seletivos realizados desde o ano de 2006. Até dezembro de 2014, 767 candidatos passaram pelo Processo Seletivo, dos quais 185 deles foram aprovados e 173 ingressaram efetivamente no programa. Dentre eles, 36 abandonaram ou foram desligados do programa e 91 alunos concluíram suas defesas de dissertação até dezembro de 2014. Nessa perspectiva, o índice de evasão foi de 20,8%, conforme podemos verificar na tabela 1.

A média de alunos por ano é de aproximadamente 17 alunos, numa perspectiva anual de 25 alunos, sendo que a 1ª turma, em 2007, foi a que recebeu o maior nº de ingressos, com 29 alunos. Em todas as turmas houve caso de evasão<sup>34</sup>, o que significa dizer que 77,4% dos aprovados no processo seletivo conseguem concluir o curso dentro do prazo máximo de 03

<sup>34</sup> Evasão: número de alunos que foram desligados ou abandonaram o curso.

anos. Já na Turma de 2009 observa-se o maior índice de egressos, com 85,7% de egressos, que coincidentemente é a mesma turma que teve o menor número de candidatos aprovados. Até março de 2015, parte dos alunos efetivos de 2013 e todos de 2014 ainda estão elaborando a dissertação.

A Tabela 1 apresenta o número relativo aos candidatos<sup>35</sup>, ingressos<sup>36</sup> e egressos<sup>37</sup> ao programa desde sua 1ª turma, iniciada no ano de 2007 até a 8ª turma, que teve início no ano de 2014.

Tabela 1 – Processo Seletivo MPPII para as turmas de 2007 a 2014.

Ordem	Ano da Turma	Candidato	Aprovado	Ingresso	Abandono	Desligado	Discente efetivo	Egresso até 12/14	% Evasão	Egresso / Ingresso
1ª	2007	103	29	29	9	0	20	20	31,0%	69,0%
2ª	2008	125	24	24	5	0	19	19	20,8%	79,2%
3ª	2009	53	16	14	2	0	12	12	14,4%	85,7%
4ª	2010	68	22	21	4	4	13	13	38,1%	61,9%
5ª	2011	87	26	23	4	3	16	16	30,4%	69,6%
6ª	2012	145	27	25	5	1	19	11	24,0%	44,0%
7ª	2013	93	21	18	1	0	17	0	5,6%	0,0%
8ª	2014	93	20	19	1	0	18	0	5,3%	0,0%
Total		767	185	173	31	8	134	91	77,4%	

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII. Elaboração própria.

**Observação:** 08 alunos da turma de 2012 irão defender suas dissertações até abril de 2015, o que resulta num percentual de 76,0% egressos.

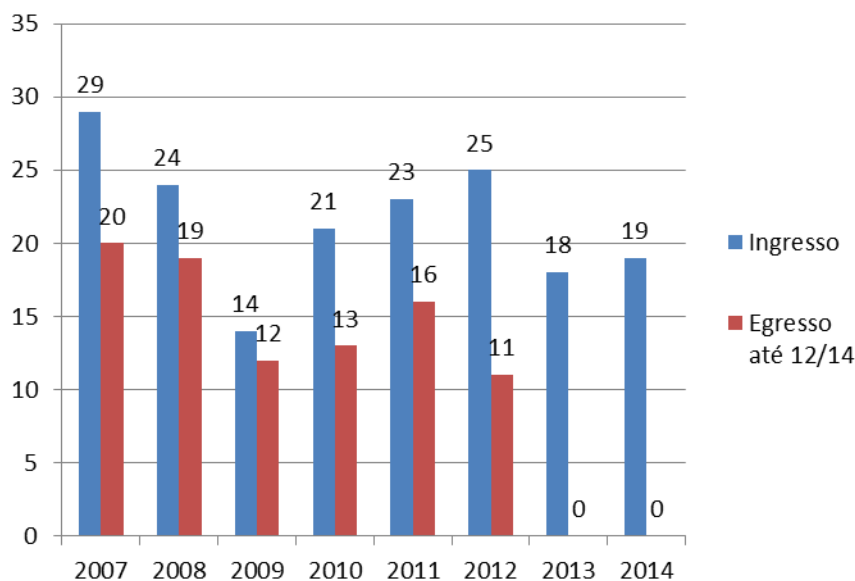
Para uma visualização mais simplificada, o Gráfico 2 apresenta o número de alunos de mestrado que ingressaram no programa comparado ao de egressos, para cada turma, considerando que até 12/2014 nenhum aluno das turmas de 2013 e 2014 havia realizado sua defesa dissertação.

<sup>35</sup> Candidatos: número de alunos que se candidataram ao processo seletivo do MPPII.

<sup>36</sup> Ingressos: número de alunos aprovados na seleção e que efetivaram a matrícula no respectivo ano.

<sup>37</sup> Egressos: número de alunos que ingressaram no respectivo ano e que concluíram a dissertação.

Gráfico 2– Nº de alunos ingressos e egressos do MPPII, por turma.



Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII, RJ. Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a distribuição quanto ao gênero dos alunos do programa, sendo o gênero feminino predominante em praticamente todas as turmas, com exceção da turma de 2010 que apresentou 40,9% de representantes do sexo feminino. A média geral das oito turmas do programa apresenta um índice de 62,7% de mulheres.

Tabela 2 – Distribuição dos discentes do MPPII por sexo.

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
2007	21	72,4%	8	27,6%	29	100,0%
2008	15	62,5%	9	37,5%	24	100,0%
2009	14	87,5%	2	12,5%	16	100,0%
2010	9	40,9%	13	59,1%	22	100,0%
2011	17	65,4%	9	34,6%	26	100,0%
2012	16	59,3%	11	40,7%	27	100,0%
2013	13	61,9%	8	38,1%	21	100,0%
2014	11	55,0%	9	45,0%	20	100,0%
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>62,7%</b>	<b>69</b>	<b>37,3%</b>	<b>185</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII. Elaboração própria

Na Tabela 3 observa-se a procedência dos alunos do programa de acordo com sua distribuição, por região geográfica. Dessa forma, é possível observar a área de influência do curso em relação as demais regiões do país, verificando-se que aproximadamente 90% dos

alunos são oriundos da região Sudeste, e mais especificamente, do estado do Rio de Janeiro. O segundo estado com mais representatividade de alunos é Minas Gerais, também localizado na região Sudeste do Brasil.

Tabela 3 – Distribuição dos ingressos no MMPPII por região geográfica

Região	Estado	Ingresso no Programa								Total da Região	F	Região
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			
NORTE	Amapá			1						7	3,8%	NORTE
	Amazonas		1				1	1				
	Pará	2			1							
	<b>Subtotal 1</b>	2	1	1	1	0	1	1	0			
NORDESTE	Alagoas					2				4	2,2%	NORDESTE
	Pernambuco				1							
	Sergipe						1					
	<b>Subtotal 2</b>	0	0	0	1	2	1	0	0			
CENTRO-OESTE	Distrito Federal				1	1	1	1	0	5	2,7%	CENTRO-OESTE
	Mato Grosso do Sul							1	0			
	<b>Subtotal 3</b>	0	0	0	1	1	1	2	0			
SUDESTE	Espírito Santo						1	0	0	162	87,6%	SUDESTE
	Minas Gerais	3	1	1	3	1	1					
	Rio de Janeiro	20	21	12	14	22	20	17	19			
	São Paulo	3	1	1	0	0	1	0	0			
	<b>Subtotal 4</b>	26	23	14	17	23	23	17	19			
SUL	Paraná	1			1					7	3,8%	SUL
	Rio Grande do Sul			1	1		1	1	1			
	<b>Subtotal 5</b>	1	0	1	2	0	1	1	1			
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>185</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MMPPII. Elaboração própria.

É possível realizar uma busca no Cadastro de Teses e Dissertações da CAPES por “palavras-chave” relacionadas à PI e/ou à Inovação e constatar que fazem parte de um universo amplo, multivariado e que transcende as mais diversas áreas do conhecimento.

Entretanto, o uso estratégico desse conhecimento como ferramenta de gestão para o aumento da competitividade no mercado global, vem favorecendo o interesse de alunos das mais diversas áreas de formação. Dentre elas, podemos verificar através da Tabela 5, que as Engenharias representam 11,4% desse total seguida pelas áreas de Administração/Gestão e de Farmácia, ambas com 7% de participação.

[illegible]

18	Física	1								1	0,5%
19	Geografia/História					1	1			2	1,1%
20	Letras		1					1		2	1,1%
21	Matemática						2			2	1,1%
22	Nutrição					1				1	0,5%
23	Química	1							1	2	1,1%
24	Relações Internacionais/Comércio Exterior		1			1	1		2	5	2,7%
25	Veterinária		1				1			2	1,1%
<b>Total</b>		29	24	16	22	26	27	21	20	185	100,0 %

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII

Uma análise realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em 16 de julho de 2010, sobre inovação e formação de engenheiros no Brasil diz respeito a necessidade da interação entre profissionais de diferentes áreas:

“...engenheiros não são obviamente os únicos profissionais necessários para as atividades de inovação e P&D e, quanto mais a relação ciência-indústria avança, diversos outros perfis são requeridos para dar sustentação ao desenvolvimento tecnológico: cientistas de inúmeras áreas, como física, química, biologia, computação e medicina; mas também advogados e administradores que gerenciam a inovação e propriedade intelectual, e um número crescente de novas áreas, que atendem aos desafios da maior interdisciplinaridade dos problemas a serem resolvidos ...”

Em relação à atuação profissional, a Tabela 5 apresenta as áreas de atuação que encontravam-se vinculados na época de ingresso no programa. Dentre eles, 97,3% mantinham atividades profissionais regulares, sendo que 23,8% são servidores do próprio instituto. Apenas 2,7% declaravam-se sem vínculo empregatício.

Baseado no modelo HT, pode-se dividir os ingressos conforme realizado na Tabela a seguir:

Tabela 5 – Distribuição dos ingressos por área de atuação profissional

PAPEL	TIPO DE ATIVIDADE	Área de Atuação Profissional								F	%
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
<b>ICT - 19,5%</b>	COPPE – UFRJ					1				1	0,5%
	Escola de Design da UEMG	1								1	0,5%
	Institutos Federais Tecnológicos					1	1			2	1,1%
	Núcleos de Inovação Tecnológica					5	1			6	3,2%
	Sist. De Inf. Sobre a Ind. Química – SIQUIM				1	1				2	1,1%
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro						1			1	0,5%
	Universidade Federal de Juiz de Fora		1							1	0,5%
	Universidade Federal de Minas Gerais				1					1	0,5%
	Universidade Federal de Pelotas							1		1	0,5%
	Marinha do Brasil					2	1	1		4	2,2%
	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia						1	1		2	1,1%
	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas – AP			1						1	0,5%
	Instituto Butantan	1								1	0,5%
	FIOCRUZ					1			2	3	1,6%
	Escola Superior de Guerra								1	1	0,5%
	Instituto de Engenharia Nuclear		1							1	0,5%
	Instituto Militar de Engenharia				1					1	0,5%
	Instituto Nacional de Tecnologia			1				1	1	3	1,6%
	Museu Paraense Emílio Goeldi				1					1	0,5%
	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul							1		1	0,5%
	Universidade Federal do Vale do São Francisco				1					1	0,5%
<b>GOVERNO – 30,3%</b>	ANP					1				1	0,5%
	Câmara dos Deputados							1		1	0,5%
	Comissão Nacional de Energia Nuclear				1					1	0,5%
	FINEP	1	1					1		3	1,6%
	<b>Instituto Nacional da Propriedade Industrial</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>44</b>	<b>23,8%</b>
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						1			1	0,5%
	Ministério da Saúde						1			1	0,5%
	Ministério de Ciência e Tecnologia						1			1	0,5%
	Secretaria de C, T & I	2								2	1,1%
	TJ							1		1	0,5%



<b>EMPRESA – 43,8%</b>	APL Petróleo, Gás e Energia – SE					1				1	0,5%
	Centro Nac. De Tec. Eletrônica Avançada *							1		1	0,5%
	Cia. Vale do Rio Doce		1			1				2	1,1%
	CSN								1	1	0,5%
	Ediouro Publicações		1							1	0,5%
	EMBRAPA			1	1					2	1,1%
	ENPLAGE – Sist., Planej. E Gestão					1				1	0,5%
	Escritórios de PI	10	9	1	3	3	1	2	5	34	18,4%
	FGV	1								1	0,5%
	FIAT						1			1	0,5%
	FUCAPI		1							1	0,5%
	FURNAS						1			1	0,5%
	Globo Comunicações e Participações S/A							1		1	0,5%
	IBMEC							1		1	0,5%
	Laboratório Farmacêutico					3			1	4	2,2%
	NanoBusiness Informação e Inovação Ltda.								1	1	0,5%
	Ouro Fino Saúde Animal		1							1	0,5%
	PETROBRÁS	1						1		2	1,1%
	Profissional Liberal	2		1	3	2	1	2		11	5,9%
	PUC RJ			1				1		2	1,1%
	REDETEC					1				1	0,5%
	SABESP						1			1	0,5%
	SEBRAE				1			1		2	1,1%
	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação			1						1	0,5%
	SENAI – PR	1								1	0,5%
	Serviços					2				2	1,1%
	Telemar Grupo OI		1							1	0,5%
	Universidade Estácio de Sá								1	1	0,5%
	Universidade Veiga de Almeida				1					1	0,5%
<b>OUTROS - 6,9%</b>	Autônomo			1	2	1	1		1	6	3,2%
	Hospital dos Servidores			1						1	0,5%
	Sem vínculo profissional	1	1	1					2	5	2,7%
<b>Total</b>		<b>29</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>185</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII. Elaboração própria.

A partir dela, verifica-se que 19,5% dos ingressos são originários de ICT, 30,3% estavam vinculados a órgãos do Governo e 43,8% vinculados ao setor empresarial. Esses

resultados demonstram que o programa tem alcançado os três principais grupos que integram o SNI.

A participação expressiva do corpo de servidores do instituto em todos os processos de seleção independentemente da reserva de vagas, não só corrobora a necessidade de aprofundar o conhecimento em questões relacionadas à propriedade intelectual e suas relações com o desenvolvimento econômico e social, mas também sua formação continuada, além do conhecimento técnico obtido na prática diária do exercício de sua função e ganho pecuniário.

Tabela 6 - Distribuição de candidatos, ingressos e egressos de servidores do INPI no Mestrado								
Ano da Turma	Candidatos inscritos	Candidatos servidores do INPI	% servidores candidatos	Total de aprovados	Aprovados servidores do INPI	% servidores aprovados	Egressos servidores do INPI	% servidores egressos
<b>2007</b>	103	20	19%	29	<b>8</b>	28%	5	63%
<b>2008</b>	125	27	22%	24	<b>8</b>	33%	8	100%
<b>2009</b>	53	8	15%	16	<b>5</b>	31%	3	60%
<b>2010</b>	68	8	12%	22	<b>5</b>	23%	1	20%
<b>2011</b>	87	7	8%	26	<b>4</b>	15%	2	50%
<b>2012</b>	145	15	10%	27	<b>7</b>	26%	4	57%
<b>2013</b>	93	8	9%	21	<b>3</b>	14%	2	67%
<b>2014</b>	53	8	15%	20	<b>4</b>	20%	0	0%
<b>Total</b>	<b>727</b>	<b>101</b>		<b>185</b>	<b>44</b>	<b>24%</b>	<b>25</b>	<b>57%</b>

Fonte: Serviço Acadêmico do MPPII, RJ. Elaboração própria.

## 2.2.6 Avaliação do Programa pela CAPES

O Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação foi recomendado pela CAPES em setembro de 2006 recebendo como avaliação o conceito “3”<sup>38</sup>. Sua 1ª turma teve início em 2007 e desde então, o programa passou por duas avaliações trienais da CAPES:

- Avaliação Trienal 2010 referente ao período de 2007 a 2009 (Anexo 1);
- Avaliação Trienal 2013 referente ao período 2010 a 2012 (Anexo 2).

Na primeira avaliação recebida, o programa manteve o conceito “3”, que se justifica pela necessidade de adequação às recomendações feitas pela CAPES, quando da aprovação do

<sup>38</sup> Os Mestrados Profissionais são avaliados com conceitos que varia de “3” a “5”, diferentemente dos programas acadêmicos, cuja nota varia de “3” a “7”.

programa e pela própria implementação do programa no cerne da instituição, que ainda não possuía infraestrutura adequada para atender a demanda daquela nova atividade.

Do esforço coletivo para adaptar e reestruturar o setor responsável pelo programa através do *learning by doing*, o programa progrediu, obtendo o êxito de elevar seu conceito para “4” na segunda Avaliação Trienal da CAPES realizada entre os anos de 2010 a 2012. É válido ressaltar que esta nota é muito bem conceituada e poucos programas conseguem atingi-la.

Os Anexos 1 e 2 apresentam a Ficha de Avaliação do Programa<sup>39</sup> nas duas trienais indicadas.

Dentro desse contexto, vale ressaltar que é de suma importância manter e/ou elevar os requisitos avaliados pela CAPES, órgão este, externo ao instituto, para a continuidade da atividade, contributo real para a formação de recursos humanos altamente capacitados em matéria de Propriedade Intelectual e Inovação.

Ressalta-se da Ficha de Avaliação do Programa, o item “Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão”, que avaliam, entre outros, a “Qualidade dos trabalhos de conclusão e produção científica, técnica ou artística dos discentes e egressos” e o “Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso”, e que justificam a necessidade do programa realizar o acompanhamento dos egressos, atividade não iniciada até então.

Na primeira avaliação (Anexo 1) consta como “não aplicável”, o item relacionado ao impacto dos trabalhos e da atuação profissional dos egressos por se tratar de um curso novo e que acabou de formar a 1ª turma. Efetivamente, é possível considerar que o aumento da produção intelectual e qualidade do corpo docente do programa foi um dos fatores mais relevantes para elevar o conceito do programa.

---

<sup>39</sup> Os principais itens avaliados pela CAPES em sua “Ficha de Avaliação do Programa” para o resultado da trienal podem ser elencados como: a) Proposta do Curso; b) Corpo Docente; c) Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão; d) Produção Intelectual e Profissional Destacada; e) Inserção Social.

## CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS EGRESSOS

### 3.1 Aplicação e análise do questionário enviado ao egresso do programa

O perfil aqui apresentado foi identificado a partir da contagem de todos os discentes egressos do Programa de Mestrado no período entre dezembro de 2008 a dezembro de 2014. No Anexo IV encontram-se os temas das dissertações defendidas no período acima definido.

Para tanto, utilizou-se como banco de dados o Cadastro de Informações Acadêmicas do programa e de questionário enviado aos egressos do programa de pós-graduação. O questionário foi aplicado no final de 2014 e dos 91 questionários encaminhados, 68 deles foram respondidos, o que representa aproximadamente 75% de retorno, percentual extremamente significativo para os resultados esperados para esta pesquisa. A tabela 7 representa o quantitativo de respostas recebidas com relação ao nº efetivo de egressos de cada turma. Nesse contexto, torna-se evidente que o acompanhamento das atividades do egresso de um curso, deve ser realizado com frequência e periodicidade pré-estabelecidas, que permita garantir a efetividade da pesquisa em questão.

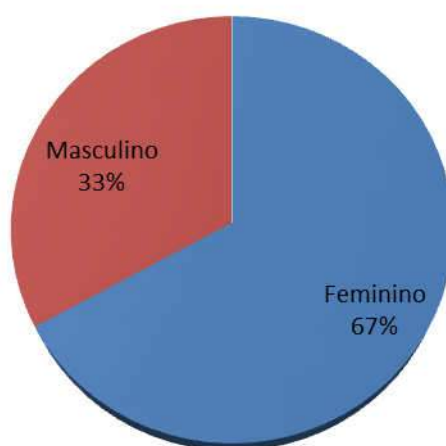
Tabela 7 - Nº de respondentes por egressos de cada turma

Ano da Turma	Respondentes	Egressos	%
2007	9	20	45,0%
2008	12	19	63,2%
2009	11	12	91,7%
2010	11	13	84,6%
2011	16	16	100,0%
2012	9	11	81,8%
Total	68	91	74,7%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

O total efetivo de egressos do Programa de Mestrado Profissional em PI e Inovação caracteriza-se por um público bastante heterogêneo já que se trata de um programa multidisciplinar e que atende a um público graduado em qualquer área de formação; O sexo feminino é predominante e representa 67,0% do total de egressos do programa até dezembro de 2014.

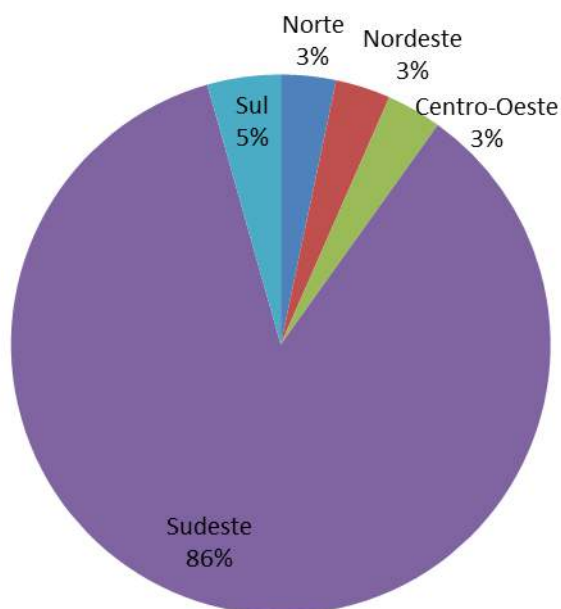
Gráfico 3 – Percentual de egressos do MPPII por sexo.



Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A predominância de egressos do programa oriundos do Sudeste do país, em torno de 86%, e, em particular, da mesma cidade em que o programa está localizado, o Rio de Janeiro, se justifica não por ser o maior mercado de atuação de profissionais da área, mas também pelo caráter presencial do programa e pela carência de bolsas de estudo específicas para estes tipos de programa de pós-graduação.

Gráfico 4 – Percentual de egressos do MPPII por região do Brasil.



Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Sobre o levantamento realizado através do questionário enviado aos egressos, ele foi elaborado com o intuito de coletar dados tanto acadêmicos quanto profissionais, tendo sido subdividido em 04 partes: I – INFORMAÇÕES SOBRE O EGRESSO; II – INFORMAÇÕES ACADÊMICAS; III – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO e IV – PERFIL PROFISSIONAL APÓS O CURSO. Este questionário, apesar de extrapolar o objeto principal desta dissertação, foi essencial para alcançar os objetivos específicos nela propostos e, possibilitar a análise do “produto – programa de pós-graduação”, sob o ponto de vista do público demandante, acerca de sua evolução e perspectivas futuras, haja vista que o conhecimento sobre Propriedade Intelectual está sendo cada vez mais necessário para a eficiência e eficácia das inter-relações que se estabelecem no ambiente do Sistema Nacional de Inovação.

Da análise de seus resultados foi possível estabelecer relações que servem como ferramenta de gestão do programa e, que ajudam a compor à análise conjuntural da inserção de recursos humanos qualificados na área de Propriedade Intelectual e Inovação no ambiente relacional dos atores que interagem dentro do Sistema Nacional de Inovação.

### 3.2 Parte I – Informações sobre o Egresso

Com relação à faixa etária atual do Egresso, ela pode ser observada de acordo com a tabela 8. Observa-se nesta tabela que o mais alto percentual de egressos, na razão de aproximadamente 30%, está compreendido na faixa etária entre 31 e 35 anos, que se alinha com o perfil profissional de um público jovem, inserido no mercado de trabalho, mas em busca de uma especialização.

Tabela 8 - Faixa etária dos egressos do programa de 2008 a 2014.

Faixa Etária	Frequência	%
entre 26 e 30 anos	6	8,8%
entre 31 e 35 anos	20	29,4%
entre 36 e 40 anos	11	16,2%
entre 41 e 45 anos	8	11,8%
entre 46 e 50 anos	9	13,2%
mais de 50 anos	14	20,6%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Já ao analisarmos este mesmo público, a partir de apenas duas faixas etárias, conforme indicado na Tabela 9, abaixo ou acima de 40 anos, considerando-os como público jovem e público maduro, respectivamente, podemos perceber que há um certo equilíbrio entre os dois grupos, indicando que a procura pelo programa ocorre tanto por profissionais mais

experientes quanto os que estão em busca de especialização, fato este que pode ser atribuído a falta de um programa *Stricto Sensu* na área.

Tabela 9 - % de egressos do MPPII por duas faixas etárias.

Faixa Etária	F	%
Entre 26 e 40 anos	37	54,4%
Mais de 40 anos	31	45,6%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Diante da pergunta realizada sobre a existência de alguma disciplina que tivesse abordado o tema 'propriedade intelectual', apenas um único respondente indicou com “sim” e a disciplina que contemplou essa abordagem foi a de Geografia. Já com relação ao ensino na Graduação, aproximadamente 65,0% dos egressos não haviam ouvido falar sobre PI em seus cursos de Graduação, conforme pode ser observado na Tabela 10. Dos 35,3% que responderam “Sim”, 54,2% foram alunos do curso de Direito enquanto que os 45,8% restantes se distribuem entre sete graduações, a saber: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Farmacêuticas, Comunicação Social, Desenho Industrial, Economia e Relações Internacionais. Dentre eles, 16,7%, ou seja, 04 dos 24 egressos eram oriundos do curso de Ciências Farmacêuticas.

Tabela 10 - Disciplinas que na graduação abordassem PI.

PI abordada na Graduação	F	%
Sim	24	35,3%
Não	44	64,7%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Fato é que, ao serem questionados sobre em que ocasião foi estabelecido algum contato ou conhecimento relativo à área de Propriedade Intelectual, pelo menos metade dos egressos responderam que foi em seu ambiente de trabalho e praticamente todos concordam



com a inserção desta temática nos cursos de graduação. As demais opções encontram-se distribuídas nas mais diversas formas de capacitação e atualização profissional, quer seja durante sua formação escolar ou em cursos e palestras extracurriculares, conforme pode ser observado na tabela 11.

Tabela 11 - Estabelecimento de contato ou conhecimento sobre PI.

Primeiro contato com o tema sobre PI	F	%	% por egresso
Através da mídia ou de amigos	3	3,9%	4,4%
Busca por estágio	2	2,6%	2,9%
Cursos; palestras em eventos	14	18,4%	20,6%
Em meu ambiente de trabalho	38	50,0%	55,9%
No Ensino Medio ou na graduação	15	19,7%	22,1%
Seminários e cursos do INPI	4	5,3%	5,9%
Total	76	100,0%	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Ainda com relação à forma como o egresso continua estabelecendo relações de capacitação e/ou atualização profissional sobre Propriedade Intelectual, dos 68 respondentes, apenas 02 informaram não participar de qualquer evento relacionado à área. Dentre eles, podemos verificar que a grande maioria permanece estabelecendo alguma forma de contato periódico, predominando o quesito “tema de interesse” como fator determinante de escolha.

Tabela 12 - Participação em eventos e/ou cursos relacionados à PI

Participação dos que responderam SIM	F	%
Raramente	3	4,5%
às vezes, dependendo da temática	34	51,5%
às vezes, independentemente do tema	1	1,5%
Sempre desde que tenha disponibilidade financeira	14	21,2%
Sempre que há alguma programação disponível	14	21,2%
Total	66	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Determinado que o egresso deste programa faz parte de um público interessado em ampliar seus conhecimentos, identificou-se que sua maior motivação em realizar um mestrado na área de Propriedade Intelectual ocorre pelo interesse em aprimorar seus conhecimentos por

já atuar na área, haja vista que dentre os 68 respondentes, 40 deles manifestaram-se, indicando ser essa a maior motivação que, conseqüentemente, vem acompanhada pelo interesse em melhorar o currículo para auferir maiores ganhos monetários (Tabela 13).

Não obstante, um importante índice apresentado foi com relação ao interesse em atuar também na área de docência, significando uma possibilidade de aporte de recursos humanos altamente capacitados rumo à educação e a disseminação de conhecimento no país.

Tabela 13 - Motivação para realizar um Mestrado em PI e Inovação

Qual a motivação?	F	%	% por egresso
Ingressar no mercado de trabalho na área de PI	10	7,9%	14,7%
Atuar como docente	19	15,1%	27,9%
Aprimorar meus conhecimentos por já atuar profissionalmente na área	40	31,7%	58,8%
Melhorar a remuneração com adicional de titulação	14	11,1%	20,6%
Melhorar meu currículo	22	17,5%	32,3%
Ser promovido	2	1,6%	2,9%
Desenvolver projeto de interesse da empresa em que trabalho	15	11,9%	22,1%
Outros	4	3,2%	6,0%
Total	126	100,0%	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

A afirmação de que o país ganha um aporte de recursos humanos se sustenta ao analisarmos a tabela 14, que faz referência ao grau de interesse do egresso em disseminar o conhecimento adquirido ao longo de sua formação acadêmica e profissional.

Tabela 14 - Grau de interesse pela disseminação do conhecimento em PI

Classificação do grau de interesse pela disseminação em PI	F	%	% por egresso
Sim, tenho interesse pois já atuo na área acadêmica	14	11,8%	20,6%
Sim, tenho interesse em ingressar na área acadêmica	30	25,2%	44,1%
Sim, tenho interesse em dar palestras e participar de eventos na área	40	33,6%	58,8%
Sim, tenho interesse em publicar artigos na área de PI	31	26,1%	45,6%
Não tenho interesse em lecionar nem em dar palestras	1	0,8%	1,5%
Não tenho interesse, pois atuo em outro ramo de atividade	0	0,0%	0%
Não tenho mais interesse nessa área	1	0,8%	1,5%
Não se aplica	1	0,8%	1,5%
Outros	1	0,8%	1,5%
Total	119	100,0%	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Cabe destacar que o interesse na disseminação reflete o interesse do egresso em participar de eventos na área, o que demonstra uma constante troca de informações e experiências, fato este benéfico para a área de PI, principalmente por ser um setor altamente especializado e com poucos profissionais interdisciplinares qualificados atuantes.

### 3.3 Parte II – Informações Acadêmicas

A “PARTE II – INFORMAÇÕES ACADÊMICAS” do referido questionário busca uma reflexão sob o ponto de vista do egresso acerca do programa, do ser aluno, do seu próprio entendimento sobre o aprendizado obtido, dos resultados esperados e/ou alcançados e sobre a continuidade de sua formação.

Dos 68 respondentes, apenas 07 deles, ou seja, aproximadamente 10,0% de seu quantitativo participaram de alguma disciplina como aluno ouvinte/especial do programa. Entretanto, esta participação não é determinante para aprovação no processo seletivo do programa na opinião de 70,0% dos respondentes.

Com relação à orientação num programa de caráter interdisciplinar, há uma real expectativa de que ela seja realizada por mais de um orientador. A tabela XX abaixo apresenta como de fato ocorreu durante os anos de 2007 a 2014 no MPPII.

Tabela 15 - Quantitativo de orientador(es) durante o curso

Orientação	F	%
01 orientador formalizado no programa	37	54,4%
02 orientadores formalizados no programa	10	14,7%
01 orientador formalizado no programa e outro(s) informais	21	30,9%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Mesmo que dentre os respondentes, 54,4% tenham sido orientados por apenas um docente devidamente formalizado no programa, a conjugação dos demais tipos de orientação revela um percentual de 45,6% de egressos que receberam co-orientações durante o curso, evidenciando certa equiparidade entre elas.

Quando perguntados sobre a qual Linha de Pesquisa suas dissertações encontravam-se relacionadas, aproximadamente 9% deles não sabiam efetivamente responder a questão. Dentre eles, aproximadamente 70% pertencem à turma de 2007 e os demais pertencem às turmas de 2009 e 2011.

É importante destacar o equilíbrio existente entre egressos e linhas de pesquisa do programa, o que indica que a atual estrutura do curso demonstra-se adequada e que englobam as principais temáticas pelo público-alvo.

Tabela 16 - Linha de Pesquisa que possui vínculo com a dissertação

Linha de Pesquisa	F	%
LP 01 - Sistema de PI e seu papel no desenvolvimento local e global	18	26,5%
LP 02 - Propriedade Intelectual e Políticas Setoriais	13	19,1%
LP 03 - Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Tecnológico	11	16,2%
LP 04 - Propriedade Intelectual, Sociedade e Empresas Brasileiras	20	29,4%
Não está relacionada com as linhas de pesquisa elencadas	0	0,0%
Não sei	6	8,8%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Já com relação ao conteúdo da dissertação e sua relação com a Propriedade Intelectual e/ou a Inovação, podemos observar na tabela 17, a predominância de assuntos relativos aos temas de Patentes, Inovação e Sistemas de Inovação, sendo acompanhados logo em seguida pelo tema de Marcas, todos eles, principais direitos abarcados dentro do Sistema de Propriedade Intelectual.

Tabela 17 - Distribuição da temática abordada na dissertação.

Temas relacionados à PI e Inovação	F	% / respondente
Marcas	20	29,4%
Patentes	26	38,2%
Desenho Industrial	3	4,4%
Indicações Geográficas	9	13,2%
Programas de Computador	2	2,9%
Contratos de Tecnologia	7	10,3%
Concorrência Desleal	3	4,4%
Direitos de Autor	6	8,8%
Direitos de Propriedade Intelectual	14	20,6%
Conhecimentos Tradicionais	4	5,9%
Patrimônio Imaterial	3	4,4%
Inovação/Sistemas de Inovação	22	32,4%
Ensino da Propriedade Intelectual	6	8,8%
Políticas Públicas	14	20,6%
Outros		
Cultivares	1	1,5%
Gestão da PI	1	1,5%
Informação Tecnológica	2	2,9%
<i>Trade Dress</i>	1	1,5%
Mediação	1	1,5%
Direito da Concorrência	1	1,5%
Direito do Consumidor	1	1,5%
Total	147	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Dentre os resultados obtidos com a conclusão do trabalho de dissertação de cada egresso, os respondentes elencaram na Tabela 18, os produtos derivados, onde podemos concluir que 61,8% dos respondentes afirmam que seus trabalhos de dissertação são úteis para suas atividades profissionais atuais e representativas para o setor acadêmico que no tocante a publicação de livros, capítulos de livros, publicação de artigos científicos entre outros.

Tabela 18 - Resultados obtidos com a conclusão da dissertação

Tipo de resultado	F	% / respondentes
Gerou a publicação de um livro	8	11,8%
Gerou a submissão de um ou mais artigos científicos	10	14,7%
Gerou a publicação de um ou mais artigos científicos	20	29,4%
Teve citações de algum membro do corpo docente do programa	7	10,3%
Estão sendo úteis nas suas atividades profissionais	42	61,8%
Outros		
Ainda não submeti artigo científico	2	2,9%
Apesar de relevante não está sendo útil para minha atividade profissional corrente.	1	1,5%
Doutorado	1	1,5%
Gerou apresentação do trabalho em eventos de PI	1	1,5%
Foi considerada referência no setor de fitoterapia	2	2,9%
Publicação de capítulo de livro	1	1,5%
Gerou citação em outros trabalhos acadêmicos fora do Programa	1	1,5%
Gerou muito aborrecimento e fez com que eu me afastasse da área de PI inclusive me desestimulando a participar do processo seletivo para o doutorado, em decorrência da desorganização e burocracia na emissão do diploma.	1	1,5%
Não sei / quem disse que gerou resultados???	2	2,9%
Sem publicação	1	1,5%
Total	100	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

A partir do resultado acima, podemos evidenciar os positivos resultados obtidos para a geração de conhecimento substantivo da matéria, gerada na fértil seara dos assuntos relacionados ao direitos de propriedade e ao Sistema Nacional de Inovação, observando-se baixa e quase nula incidência de incentivos existentes para a realização de pesquisas em programas de mestrados profissionais. Na tabela 19, observa-se que menos de 20% dos egressos receberam algum tipo de incentivo através de bolsas de pesquisa.

Tabela 19 - Recebimento de incentivos à pesquisa durante o curso

Tipo de incentivo	F	%
Fui aluno bolsista do CNPQ	7	10,3%
Fui aluno bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do meu estado de origem	3	4,4%

Fui aluno bolsista de outro órgão de fomento	2	2,9%
Exerci atividade profissional remunerada na área do curso	24	35,3%
Exerci atividade profissional remunerada fora da área do curso	7	10,3%
Não recebi incentivos financeiros	24	35,3%
Outros		
Recebi incentivo financeiro indireto, pois fui dispensado de comparecimento ao trabalho durante os dias de aula	1	1,5%
Recebi incentivos por poucos meses	1	1,5%
Total	69	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Ao ser questionado sobre sua atuação enquanto discente, considerando uma escala de 1 a 5, obteve-se o seguinte resultado apresentado na Tabela 20:

Tabela 20 - Atuação enquanto discente do programa.

Valor Atribuído	F	%
5 - Ótimo	18	26,5%
4 - Bom	38	55,9%
3 - Regular	12	17,6%
2 - Ruim	0	0,0%
1 - Péssimo	0	0,0%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Segundo o levantamento realizado para avaliar o grau de interesse do público egresso em cursar um programa de Doutorado, 92,6% dos respondentes afirmaram ter interesse ou já estarem cursando um programa de Doutorado, quer seja no INPI ou em alguma outra instituição. Dos que estão em curso, 11,8% responderam estar cursando o programa de Doutorado do INPI e 41,2% ainda afirmam ter o interesse pelo programa ofertado pelo INPI, como pode ser observado na Tabela 21:

Tabela 21 - Grau de interesse em cursar um programa de Doutorado.

Interesse em cursar um Doutorado	F	% por Egresso
Sim, já estou cursando no INPI	8	11,8%
Sim, já estou cursando em outra instituição	3	4,4%
Sim, no INPI	28	41,2%
Sim, mas em outra instituição	14	20,6%
Sim, mas em outra área do conhecimento	6	8,8%
Não, pois não tenho interesse em cursar Doutorado	4	5,9%
Não, pois já tenho Doutorado	4	5,9%
Outros		
Ainda analisando / não sei	6	8,8%
Sim, mas estou avaliando oportunidades	1	1,5%
Sim, mas níveis-pos-doutorado na área	1	1,5%
Sim	1	1,5%
Sim, quando estiver alinhado ao ambiente profissional, o objetivo não pode ser meramente acadêmico no meu entendimento.	1	1,5%
Total	77	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Quando questionados pela existência de outros títulos de especialização, praticamente 70% dos respondentes afirmaram ter pelo menos um curso de pós-graduação *Lato Sensu*, 7 (sete) deles já possuíam títulos de mestrado, dentre os quais, 4 (quatro) afirmaram ter títulos tanto de mestrado quanto de doutorado.

Tabela 22 - Outras titulações antes do ingresso no MPPII.

Outros títulos	Frequência	%
Sim	46	67,6%
Não	22	32,4%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Ao associarmos o ineditismo do programa nessa área de formação e o quantitativo de egressos que já possuía alguma outra titulação antes de ingressar no MPPII, até mesmo em programas *Stricto Sensu*, percebe-se a emergente necessidade de maior conhecimento em matéria de PI.



### 3.4 Parte III - Avaliação do Programa de Mestrado

A parte III do questionário está diretamente relacionada ao programa sob a ótica e perspectivas do aluno após o curso. Este panorama tende a servir como objeto de análise do programa com vistas à melhoria de sua gestão.

A CAPES, em seu processo de avaliação de cursos, também verifica a infraestrutura do programa e de seus recursos para a realização das atividades de ensino e aprendizagem como, por exemplo, laboratórios de pesquisa, biblioteca, recursos de informática, dentre outros.

Onde e por quê realizar um curso de especialização é, decerto, ponto relevante para a escolha de qualquer indivíduo que se proponha a enveredar por esse caminho. Fato é que dos 68 respondentes egressos do programa de MPPII que responderam a pergunta sobre qual fator o havia influenciado em sua escolha, aproximadamente 68% deles responderam que a instituição constituiu-se no fator de maior relevância, seguido pelo fator de ser único na área, com 48,5% das respostas, conforme se observa na Tabela 23.

Tabela 23 – Fator de influência para a escolha do MPPII do INPI.

Tipo de influência	F	% por egresso
Instituição	40	58,8%
Corpo docente	12	17,6%
Ser um mestrado profissional	29	42,6%
Por recomendação de terceiros	5	7,4%
Por ser único na área	33	48,5%
Pela nota de avaliação do programa na CAPES	1	1,5%
Outros		
Facilidade de locomoção	1	1,5%
Gratuidade	2	2,9%
A temática da inovação	1	1,5%
Total	124	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

O curso de mestrado, com relação ao seu caráter profissional, possibilitou melhorias e/ou incentivos decorrentes do aprendizado obtido, conforme relatado por alguns dos egressos, os quais apresentamos abaixo:

- Como melhoria pessoal destaco a publicação da minha dissertação como livro. O ingresso no Doutorado e a aceitação do meu projeto em propriedade intelectual por um Professor de uma universidade estrangeira.
- Apesar de já atuar há vários anos na área, tenho certeza de que somente consegui o emprego no qual estou trabalhando atualmente, num dos melhores escritórios de PI do Brasil, por ter o título de Mestre em PI.
- Além da remuneração pela titulação, especializei-me em área de marcas até então pouco estudada e hoje sou analista deste tipo de marcas e palestrante sobre o tema.
- Foi um curso multidisciplinar que ajuda muito na gestão de projetos, de empresas, principalmente na tomada de decisão de empresários que desenvolvem P&D ou são inovadores.
- Obtenção de conhecimento e troca de experiências com uma turma multidisciplinar, que pode proporcionar visões diferentes sobre o mesmo assunto. Tal conhecimento e experiência puderam ser aplicados no meu ambiente de trabalho.
- Meu trabalho final foi realmente de caráter profissional, não sei se é o caso de todos os trabalhos. Com o mestrado aprendi coisas importantes para melhorar a minha atuação profissional e hoje tenho uma visão ampla e correta sobre PI.
- O conhecimento adquirido no curso me permitiu montar uma oficina sobre registro de marcas para a Semana da Comunicação da Universidade onde trabalho, além disso fui indicada para assumir turmas de Laboratório de Inovação e Criatividade no curso de Engenharia.

O nome e referência da instituição se justifica quando praticamente 62,0% dos respondentes afirmaram a possibilidade de recomendar o programa devido ao nome da instituição.

Tabela 24 - Possibilidade de recomendação do programa para terceiros.

Possibilidade de recomendação	F	%
Sim, devido ao nome da instituição	42	61,8%
Sim, devido a matriz curricular	23	33,8%
Sim, devido ao corpo docente	28	41,2%
Sim, devido ao mercado de trabalho	23	33,8%
Não, devido ao nome da instituição	0	0,0%
Não, devido a matriz curricular	1	1,5%
Não, devido ao corpo docente	1	
Outros		0,0%
Sim, pela gratuidade	1	1,5%
Sim	1	1,5%
Sim, se a pessoa já atuar na área	1	1,5%
Total	121	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

No que diz respeito à orientação recebida pelo aluno, 50,0% dos respondentes responderam atender plenamente as suas expectativas. Sob um aspecto de neutralidade ou negativo, apenas aproximadamente 15,0% dos respondentes exprimiram tal classificação.

Tabela 25 - Classificação sobre as atividades de orientação durante o curso.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	34	50,0%
4	24	35,3%
3	9	13,2%
2	0	0,0%
1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A carga horária do programa também foi avaliada pelos egressos do programa, considerando as classificações 5 e 4 como efetivas para o programa, 75% do público respondente qualifica a carga horária como suficiente para a integralização do curso, conforme pode ser observado na Tabela 26.

Tabela 26 - Classificação da carga horária total necessária para a integralização do curso.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	25	36,8%
4	26	38,2%
3	16	23,5%
2	0	0,0%
1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

O corpo docente do programa é formado em sua maioria por servidores do instituto, com dedicação plena ou parcial ao programa e por docentes vinculados a outras instituições e que militam na área de Propriedade Intelectual e/ou Inovação tanto em nível acadêmico quanto profissional. Vale ressaltar que os servidores do INPI possuem alto grau de qualificação e capacitação em matéria de PI e que seu corpo de pesquisadores, em sua grande maioria é constituído por mestres e doutores das mais diversas especialidades. Já na área finalística de marcas, muitos dos servidores que nela atuam estão sendo capacitados também a partir do nosso programa, haja vista que não há exigência de titulação superior a graduação para exercício desta atividade.

A Tabela 27 apresenta a avaliação dada pelos egressos com relação ao corpo docente do programa, que possui 76,5% de aceitação do público respondente.

Tabela 27 - Classificação do Corpo Docente vinculado ao MPPII.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	31	45,6%
4	21	30,9%
3	15	22,1%
2	0	0,0%
1 -não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

As linhas de pesquisa que fazem parte do programa foram também avaliadas em sua relação com os projetos de pesquisa e disciplinas existentes no programa em que, apesar de mais da metade dos respondentes as classificaram entre 4 e 5, observa-se uma frequência muito maior quando se analisa a classificação entre 4 e 3, que corresponde a 75% das opiniões, indicando que o grau de satisfação ainda não está adequado.

Tabela 28 - Classificação entre linhas de pesquisa e disciplinas do MPPII.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	13	19,1%
4	30	44,1%
3	21	30,9%
2	2	2,9%
1 - não atende às expectativas	2	2,9%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Com relação ao acesso ao material bibliográfico utilizado durante o curso, apesar de 38,2% dos respondentes terem afirmado atender plenamente às expectativas, ainda é possível perceber a necessidade de melhorias nesse setor.

Tabela 29 - Classificação do material bibliográfico utilizado durante o curso.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	26	38,2%
4	20	29,4%
3	20	29,4%
2	1	1,5%

1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Os recursos didáticos utilizados pela instituição ainda não estão de certa forma, adequados ao padrão de classificação 5, cujas respostas indicaram apenas um quarto do público com satisfação plena nesse quesito, conforme é observado na Tabela 30.

Tabela 30 - Classificação dos recursos didáticos disponibilizados durante o curso.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	18	26,5%
4	27	39,7%
3	17	25,0%
2	5	7,4%
1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Tabela 31 - Classificação do Corpo Docente vinculado ao MPPII.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	11	16,2%
4	16	23,5%
3	28	41,2%
2	12	17,6%
1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A utilização do ambiente virtual como meio eficiente e eficaz de comunicação e acesso às informações do programa ainda é um desafio apesar de praticamente um terço dos respondentes indicarem plena satisfação com relação a este quesito, que empata tecnicamente com o atendimento não pleno das expectativas de funcionamento de acesso à informação.

Tabela 32 - Classificação do acesso às informações do MPPII por meio virtual.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	22	32,4%
4	17	25,0%
3	20	29,4%
2	3	4,4%
1 - não atende às expectativas	6	8,8%
Total	68	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Quanto ao espaço físico, encontramos uma real e maior diversidade de classificação em virtude da diversidade de locais em que o programa foi realizado até então.

Tabela 33 - Classificação do espaço físico para atividades de estudo e pesquisa.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	18	26,5%
4	20	29,4%
3	22	32,4%
2	6	8,8%
1 - não atende às expectativas	2	2,9%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

O apoio técnico-administrativo do programa também foi avaliado através do indicador de satisfação do egresso que obteve 45,6% de opiniões que indicam plena satisfação no quesito ora mencionado.

Tabela 34 - Classificação do apoio técnico-administrativo do MPPII.

Fator de classificação	F	%
5 –atende plenamente às expectativas	31	45,6%
4	26	38,2%
3	9	13,2%
2	1	1,5%
1 - não atende às expectativas	1	1,5%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Ser uma instituição respeitada não indica necessariamente que ela está apta para atuar com eficácia na formação de recursos humanos em nível *Stricto Sensu*. Uma ótima expectativa se apresenta diante da opinião, em quase maioria absoluta dos egressos do programa que acreditam que o INPI é ou está se constituindo numa instituição capaz de formar recursos humanos altamente capacitados para atuar no ramo da propriedade intelectual e da inovação.

Tabela 35 - Fatores de destaque na formação de RH em nível *Stricto Sensu*.

Fatores de destaque	F	%
É uma boa instituição	17	25,0%
Está se constituindo em uma boa instituição	43	63,2%
Não está evoluindo em termos de qualidade de sua atuação	3	4,4%
Não deveria atuar na área de disseminação de conhecimento	1	1,5%
Poderia ampliar suas ações na área de disseminação	14	20,6%
Outros		
É uma ótima instituição	1	1,5%
Precisa focar nas demandas do mercado	1	1,5%
Total	80	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

### 3.5 Parte IV – Perfil Profissional após o curso

A parte IV do questionário enviado aos egressos busca acompanhar o perfil do profissional qualificado em matéria de propriedade intelectual e inovação, o ambiente profissional em que atua, a pertinência e utilização do conhecimento adquirido e sua inserção no ambiente relacional do Sistema Nacional de Inovação brasileiro.

Segundo esse raciocínio, buscamos identificar quantos dos egressos do programa atuavam em suas áreas de formação em nível de graduação e/ou pós-graduação, bem como se estavam relacionadas com a área de PI, conforme podemos observar na Tabela 36:

Dentre os egressos do MPPII, 73,5% dos respondentes afirmaram exercer atividade profissional relacionada com sua área de graduação enquanto que 83,8% deles indicam atuar



em área relacionada com seu curso de pós-graduação. Já 66,2% afirmam ter conseguido exercer atividade profissional condizente com ambas as formações. Coincidentemente, este mesmo percentual de 66,2% reúne o grupo de egressos que obtiveram alguma melhoria salarial após a conclusão do curso, conforme indica a Tabela 37.

Tabela 36 - Atividade profissional relacionada com a graduação e a pós-graduação.

Graduação	F	%	Pós-Graduação	F	%
Sim	50	73,5%	Sim	57	83,8%
Não	17	25,0%	Não	10	14,7%
Aposentado	1	1,5%	Aposentado	1	1,5%
Total	68	100,0%		68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Tabela 37 - Distribuição por melhoria salarial após a conclusão do curso.

Oportunidade de melhoria salarial	F	%
Sim, como adicional de titulação	25	36,8%
Sim, como ascensão funcional	8	11,8%
Sim, por mudança de emprego	12	17,6%
Não, continuo apenas estudando	4	5,9%
Não, continuo atuando na mesma função	16	23,5%
Não, estou a procura de novo emprego	3	4,4%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A Tabela 38 apresenta a faixa de renda mensal em que se encontram e que permite observar, independentemente da faixa etária em que se encontram, uma renda superior a 10 salários mínimos para mais de 50% dos respondentes. Seria possível afirmar até que, quanto mais precoce a qualificação profissional do indivíduo predispõe sua inserção no mercado de trabalho competindo por atividades de melhor nível de remuneração. Ressalva-se que os únicos dois respondentes com renda mensal de até 3 salários-mínimos correspondem a alunos bolsistas de Doutorado e que não podem acumular renda.

Tabela 38 - Faixa de renda mensal dos egressos do programa.

Renda Mensal	Frequência	%
até 3 salários mínimos	2	3,4%
de 3 a 7 salários mínimos	7	11,9%
de 7 a 10 salários mínimos	20	33,9%
mais de 10 salários mínimos	30	50,8%
Total	59	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Os egressos são oriundos de várias áreas de formação, haja vista a interdisciplinaridade do programa. Entretanto, a sua grande maioria ainda é formada por profissionais da área de Direito que exercem atividades de consultoria técnica em PI e/ou de agentes da propriedade intelectual, quer seja como profissionais liberais ou integrantes de grandes escritórios de PI.

Os egressos do MPPII constituem um público bastante significativo, quando distribuídos por exercício de atividade profissional relacionada com a área de PI, conforme pode ser visto na Tabela 39.

Tabela 39 - Distribuição por exercício de atividade profissional relacionada com a área de PI.

Atividade Profissional relacionada com a área de PI	F	%
Sim	54	79,4%
Não	12	17,6%
Não, continuo somente estudando	2	2,9%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Dentre aqueles que afirmaram utilizar o conhecimento em PI para o exercício de suas atividades profissionais, 63% deles consideram o tema muito relevante para o exercício de suas atividades, conforme indica a Tabela 40.

Tabela 40 - Há relevância do conhecimento em PI para o exercício da atividade profissional.

Fator de relevância	F	%
5 - é muito relevante	34	63,0%
4	15	27,8%
3	5	9,3%

2	0	0,0%
1 - não é relevante	0	0,0%
Total	54	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Entretanto, mesmo dentre aqueles que não atuam com a área de PI diretamente, um terço deles afirmam ser útil o conhecimento adquirido sobre o tema.

Tabela 41 - Não há relevância do conhecimento em PI para o exercício da atividade profissional.

Fator de relevância	F	%
5 - é muito relevante	2	16,7%
4	2	16,7%
3	4	33,3%
2	0	0,0%
1 - não é relevante	4	33,3%
Total	12	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A relevância do conhecimento em PI é percebida também através da Tabela 42 que indica o percentual de conhecimento disseminado no ambiente profissional do egresso, onde 51,5% deles afirma atuar num ambiente em que mais de 5 pessoas detêm conhecimento específico na matéria.

Tabela 42 - Quantitativo de pessoas com conhecimento sobre PI em seu ambiente de trabalho.

Conhecimento em PI no ambiente profissional	F	%
Somente eu	17	25,0%
Eu e mais uma pessoa	5	7,4%
Entre 2 e 5 pessoas	6	8,8%
Mais de 5 pessoas	35	51,5%
Não se aplica	5	7,4%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

A grande maioria dos egressos lidam com todos os direitos de PI e temas associados ou correlatos a ela, onde aproximadamente 50% dos egressos atuam tanto com marcas quanto com patentes, conforme pode ser observado na Tabela 43.

Tabela 43 - Distribuição temática conforme o uso na atividade profissional.

<b>Temática</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>% por egresso</b>
Patentes	38	13,6%	55,9%
Marcas	32	11,4%	47,1%
Direitos de PI	28	10,0%	41,2%
Inovação/Sistemas de Inovação	26	9,3%	38,2%
Desenho Industrial	23	8,2%	33,8%
Contratos de Tecnologia	20	7,1%	29,4%
Direito de Autor	19	6,8%	27,9%
Programas de Computador	19	6,8%	27,9%
Políticas Públicas	18	6,4%	26,5%
Concorrência Desleal	16	5,7%	23,5%
Ensino da PI	16	5,7%	23,5%
Patrimônio Imaterial	11	3,9%	16,2%
Indicações Geográficas	10	3,6%	14,7%
Área administrativa	1	0,4%	1,5%
Conhecimentos Tradicionais	1	0,4%	1,5%
Informação Tecnológica	1	0,4%	1,5%
Trade Dress	1	0,4%	1,5%
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Questões de múltipla escolha apresentam a totalização da frequência (F) superior ao total de questionários respondidos.

Ao considerar o vínculo empregatício do egresso, observa-se que aproximadamente 39,7% dos respondentes indicaram ser servidores públicos, sendo que 55,6% desse universo é representado por servidores do INPI, público-alvo indicado na APCN e que corresponde também, a uma das ações implementadas pelo instituto para capacitar seu corpo funcional, mesmo não havendo cota de vagas (Tabela 44).

Além destes, 4,4% são empregados públicos e 32,3% deles compõem o mercado de empregados e empregadores, o que possibilita indicar que as ações governamentais de incentivo à inovação estão sendo articuladas paralelamente em outros órgãos públicos, empresas e com seus interlocutores, no intuito de viabilizar parcerias e negócios mais eficientes e eficazes (Tabela 44).

É importante ressaltar que 94,0% dos respondentes possuem interesse ou já atuam como docentes e/ou palestrantes, que multiplicam seus conhecimentos através da publicação de livros, artigos, palestras entre outros e que 97% deles afirmam a possibilidade de indicação do programa dentre a sua rede de relacionamentos, o que vem a possibilitar o fortalecimento do capital humano especializado na área de PI e Inovação.

Tabela 44 - Distribuição de egressos por vínculo empregatício.

Tipo de Vínculo profissional	F	%
Bolsista	2	2,9%
Empregado	16	23,5%
Empregado Público	3	4,4%
Empregador	6	8,8%
Estudante	1	1,5%
Oficial de Cartório	1	1,5%
Profissional Liberal	8	11,8%
Sem vínculo empregatício	3	4,4%
Servidor Público	27	39,7%
Aposentado	1	1,5%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria

Dentre os 54 egressos que afirmaram exercer atividades relacionadas diretamente com a área de PI, 31,4% deles realizam consultoria técnica na área e destes aproximadamente 41% vêm da área do Direito, enquanto que os demais são oriundos de áreas como Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Farmacêuticas, Economia e Biblioteconomia. Outra função muito representativa dentre eles está os 24,1% que representam os servidores do

INPI. Aproximadamente 20% dos egressos atuam ou como gestores ou como agentes de PI e conforme indica a Tabela 45.

Tabela 45 - Função realizada pelos egressos que atuam com PI e inovação no ambiente de trabalho.

<b>Tipo de Função</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>% por egresso</b>
Gestor de Tecnologia (NIT's, empresas, etc.)	10	13,7%	18,5%
Docente e/ou Multiplicador	6	8,2%	11,1%
Agente de Propriedade Intelectual	10	13,7%	18,5%
Consultor Técnico em PI	17	23,3%	31,5%
Servidor do INPI - área fim	9	12,3%	16,7%
Servidor do INPI - área meio	4	5,5%	7,4%
Bolsista / Pesquisador	4	5,5%	7,4%
Atividades administrativas	4	5,5%	7,4%
<b>Outros</b>			
Advogado	6	8,2%	11,1%
Gestor de Políticas Públicas	2	2,7%	3,7%
Informação e Prospecção Tecnológica	1	1,4%	1,9%
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Mais da metade da personalidade jurídica das instituições em que os respondentes trabalham são públicas e em torno de 40% privadas, conforme indica a tabela 46.

Tabela 46 - Distribuição pela personalidade jurídica da instituição.

<b>Personalidade Jurídica</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
<b>Pública</b>	<b>33</b>	<b>48,5%</b>
Empresa mista	1	1,5%
micro, pequena ou media empresa	16	23,5%
Grande empresa	9	13,2%
Empresa do sistema 'S'	0	0,0%
<b>Outros</b>		
Associação sem fins lucrativos	1	1,5%
Autarquia	3	4,4%
sem vínculo	3	4,4%
autônomo	1	1,5%
Sindicato	1	1,5%
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Considerando que os alunos do programa estão, em quase sua totalidade, inseridos no mercado de trabalho e, tratando-se de um mestrado profissional, 42,6% dos egressos afirmaram que seus projetos visavam atender a alguma demanda da empresa a qual atuavam, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 47 - Quantitativo de projetos que foram demandados pela instituição

Projeto do egresso demandado pela instituição	F	%
Sim	29	42,6%
Não	39	57,4%
Total	68	100,0%

Fonte: Questionário de Egressos do MPPII, RJ, 2014. Elaboração própria.

Abaixo, apresenta-se as dissertações apontadas pelos egressos como demanda profissional e o que eles apontaram como resultados do conhecimento em matéria de PI e/ou inovação.

- Marca ou Produto? Um estudo semiológico sobre o fenômeno da degenerescência das marcas. A dissertação apresentou uma proposta que nunca foi encaminhada para a sua execução;
- Proposta: definir as formas de proteção legal do design desenvolvido na Escola de Design da UEMG. Status atual: criação do NIT/UEMG;
- Mapeamento e prospecção da nanotecnologia no setor elétrico. Está em fase de divulgação dentro das empresas do setor elétrico e em outras instituições como o CIGRÉ, O IEEE E A MARINHA DO BRASIL, por exemplo;
- Inovação em Marcas, não teve prosseguimento;
- "Estudo do uso da literatura não patenteada, no exame de patente da área de biotecnologia, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil". Os resultados do projeto, foram utilizados para justificar a continuidade de investimentos em bases de dados de literatura técnica para o INPI;

- Me foi proposto a realização do mestrado com a finalidade de implementar e/ou melhorar no Brasil atividades relacionadas a PI, equalizando com o grupo mundial. Na minha proposta, relacione as atividades de PI com programa de trabalho já existente na empresa com o proposito de utilizar melhor a estrutura existente;
- Estudo comparativo entre três iniciativas do governo federal para promover a disseminação da informação ao setor industrial;
- Fiz minha dissertação voltada para patentes na área farmacêutica. Onde eu trabalhava nos tínhamos muitos problemas com pedidos de patentes dessa área. Foi bastante interessante;
- A dissertação foi um estudo sobre a implantação de um sistema de mediação em marcas na esfera administrativa do INPI;
- A importância da Produção Científica da Embrapa como fonte de Informação Tecnológica. A Partir da conclusão do estudo, foram apresentados seminários sobre o tema na instituição a fim de demonstrar os resultados alcançados e as propostas de soluções para os problemas levantados e neste momento os gestores e líderes da Empresa estão definindo quais seriam os impactos, as formas, os custos de implantação e quais as maneiras mais efetivas para implementar as soluções propostas para curto, médio e longo prazo e quais seria descartadas ou deixadas a parte por enquanto;
- No meu caso tenho usado conhecimento para enriquecer minhas aulas e atuação docente;
- Desenvolvimento de normas para exame de marcas coletivas e marcas de certificação que até então não eram examinadas regularmente;
- Meu projeto foi baseado na transferência de tecnologia entre ICT e empresas;



- Desenvolvimento de propostas alternativas aos potencialmente perigosos agrotóxicos tradicionais. Gerou baixo resultado prático/financeiro;
- O projeto foi o acompanhamento de um processo de transferência de tecnologia envolvendo parceria pública privada e contratos tecnológicos com divisão de direitos sobre patente, marca e segredo industrial. A transferência de tecnologia estudada obteve êxito e continua a ser difundida e aprimorada no setor produtivo;
- Eu abri a empresa justamente para realizar monitoramento tecnológico e assessoria em PI nas empresas;
- O projeto inicial foi proposto com o objetivo de atender uma demanda da instituição em que eu trabalhava, mas com o meu desligamento ele precisou ser alterado. Porém, o tema continuou o mesmo: propriedade intelectual nas micro e pequenas empresas;
- Na época do ingresso no mestrado, trabalhava no instituto de pesquisas do estado do Amapá, e estava envolvida com a elaboração de políticas públicas. Assim, a intenção foi através da pesquisa gerar dados que pudessem direcionar, projetos e políticas públicas para o Estado do Amapá;
- A reestruturação da área de informação tecnológica do INT: subsídio para a inovação.
- A Seção de Informação e Prospecção Tecnológica (SIPT) de acordo com o Regimento Interno do INT atua fortemente em realizar atividades de informação e prospecção tecnológica em temas estratégicos para o INT. Neste sentido, realiza atividades de monitoramento tecnológico em bases de dados científicas, de engenharia, tecnológicas entre outras em temas de interesse do INT, visando subsidiar as atividades para a inovação;
- A empresa que eu trabalhava queria montar uma consultoria e promover cursos de capacitação na área de PI para as empresas da rede de Petróleo & Gás de Sergipe e meu projeto de mestrado foi baseado nisso, a empresa não andou com o projeto, pois

mudou os sócios e preferiram parar o projeto, mas quando é solicitado esse tipo de serviço, presto serviço para a empresa;

- A empresa que eu trabalhava prestava consultoria e tinha um cliente interessado em IG de cacau;
- Gestão de Propriedade Intelectual na Fapemig;
- Estudo de tendências tecnológicas baseadas em buscas em documentos de patentes. O relatório foi entregue visando embasar decisões sobre direcionamento de atividades de P&D, porém, não trabalho mais naquela instituição;
- Sou sócio de uma pequena empresa que trabalha com desenvolvimento de software e sempre procuramos ter forte envolvimento com os temas inovação e propriedade intelectual relacionado a software. Minha empresa já foi contemplada em editais de inovação tanto da Finep quanto da Faperj e anualmente procuramos submeter novos projetos. A partir das dificuldades encontradas, tanto para buscar instrumentos de fomento à inovação e de PI, quanto para executar os referidos projetos que fomos contemplados, surgiu a ideia de fazer um estudo mais aprofundado dos instrumentos de fomento à inovação e de PI disponíveis no Brasil e o quanto os mesmos são ou não aderentes às micro e pequenas empresas do setor de software. Sendo assim, todo este conhecimento gerado é de extrema importância para todas as empresas que tenham o mesmo perfil da minha, assim como para a própria esfera governamental poder constatar o quanto as políticas públicas voltadas para estes temas, tem ou não sido efetivas para as micro e pequenas empresas nacionais de software;
- O projeto visou apresentar ao profissional de desenho industrial os requisitos de proteção legal para o desenho industrial traçando um paralelo com as proteções de marcas e de patentes, além de trazer a proposta de interpretar o requisito de originalidade para o desenho industrial da mesma forma que o requisito de atividade

inventiva é aplicado para as patentes de invenção e o ato inventivo para as patentes de modelo de utilidade;

- Propor a participação da Universidade Federal do Vale do São Francisco no Sistema de Inovação do Vale do Submédio São Francisco;
- Em meus estudos busquei analisar os fluxos e metodologias internas da empresa no âmbito da inovação e da PI, buscando reestabelecer um novo modelo e padrão de trabalho;
- Meu projeto de pesquisa foi estruturado no posicionamento do Brasil nas negociações em torno do Tratado Substantivo em matéria de Patentes – SPLT;

Sem querer ser extensiva, mas com o propósito de enfatizar alguns projetos que se destacam por sua relevância no contexto da PI e da Inovação apresenta-se como exemplos: o estudo realizado por um profissional de Furnas Centrais Elétricas S/A sobre prospecção em nanotecnologia para o setor elétrico, defendido em 2014 e que encontra-se em fase de divulgação em empresas do setor; o caso da Fiat Chrysler Automobile, com o interesse de implementar no Brasil uma melhor estrutura e entendimento sobre a proteção dos ativos intangíveis da empresa em consonância com o grupo mundial; o acompanhamento de um contrato de transferência de tecnologia da Embrapa realizado com sucesso; o estudo realizado por uma servidora do INPI para implantação de uma área de mediação de marcas na esfera administrativa do instituto; o estudo de caso de uma empresa de software que utiliza os mecanismos de apoio e financiamento realizados pelo governo de incentivo à empresas inovadoras; estudo realizado para definir as formas de proteção legal do design desenvolvido na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que possibilitou a criação do NIT/UEMG; estudo de tendências tecnológicas baseadas em documentos de patentes para direcionamento das atividades de P&D da Vale S/A; estudo realizado para a

Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) sobre a gestão da PI como incentivo à inovação tecnológica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ciência, a tecnologia e a inovação são questões de Estado que necessitam ser conduzidas por políticas públicas pluri ministeriais, cujos planos de ação governamentais são elaborados para dar unicidade e apresentar diretrizes e instrumentos de implementação, a exemplo, do Plano de Ação 2007-2010 - “Investir e Inovar para crescer”.

As duas últimas décadas constitui o espaço temporal analisado para o estudo realizado e é diante deste panorama de incentivo à ciência, tecnologia e inovação que o INPI se fortalece, se reestrutura para atender a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o sistema de propriedade intelectual, ferramenta de extrema importância para dar suporte as demais ações implementadas como incentivo à inovação no país.

A escolha do modelo ‘Hélice Tripla’ como arcabouço teórico para o entendimento das relações existentes no âmbito do Sistema Nacional de Inovação deve-se especialmente pela formação da sua estrutura híbrida e relacionamento entre os atores e interlocutores desse sistema. Ademais, simplifica a caracterização do público demandante do conhecimento disseminado pelo programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual do Brasil no que se refere aos atores do Sistema Nacional de Inovação.

Com relação ao foco profissional do programa, muitas das dissertações obtiveram êxito em a sua aplicação prática no ambiente profissional, conferindo ao programa a capacidade de atender a demandas específicas de desenvolvimento, nacional, regional ou local; melhorar a eficiência e eficácia de organizações públicas e privadas por meio da

solução de problemas e geração de inovação, além de capacitar para a prática profissional transformadora, com foco na gestão, produção ou aplicação do conhecimento.

No que se refere à avaliação do programa pela CAPES, a elevação do conceito recebido pelo programa após a 2ª Avaliação Trienal ratificou o interesse institucional de implantar um Doutorado Acadêmico na área e que, embora tenha obtido o êxito esperado, necessita preementemente fortalecer sua estrutura acadêmica e ampliar seu corpo docente para a realização plena da atividade demandada. É relevante citar que a 1ª turma iniciou em 2013 e em março de 2015 já há um aluno qualificado. Dentre o corpo discente podemos destacar que 09 deles são egressos do programa de mestrado, o que corrobora com o resultado obtido sobre a imagem do programa e da própria instituição e que pelo menos 10 alunos são oriundos da própria instituição.

Como visto na introdução deste trabalho, a pesquisa apresentada objetivou diagnosticar a contribuição realizada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) enquanto formador de recursos humanos capacitados a interagir com os demais atores do Sistema Nacional de Inovação (SNI) com vistas ao seu amadurecimento, tendo como objeto da análise o público egresso do programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação formados entre os anos de 2008 e 2014.

Para tanto, a pesquisa sistematizou e analisou os dados e informações coletados do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação sob os pontos de vista acadêmico e gerencial. Além disso, por meio da pesquisa foram produzidas informações de natureza quantitativa e qualitativa referente ao programa de pós-graduação, bem como as suas características curriculares após os dois primeiros triênios de avaliação da CAPES, ou seja, o triênio 2007 a 2009 e o triênio 2010 a 2012;

Visando atender aos objetivos, a identificação do público demandante do programa de pós-graduação foi realizada com base nos dados dos processos seletivos realizados entre os

anos de 2006 a 2013. Identificou-se que o público demandante é originário dos três principais grupos de atores do modelo da Hélice Tripla para o Sistema Nacional de Inovação, vindo a atender as atribuições relacionadas a disseminação do conhecimento em PI determinadas no Planejamento Estratégico do instituto.

Como um dos produtos resultantes desta pesquisa tem-se o questionário elaborado. Este poderá ser utilizado por futuras pesquisas que tenham como objeto o acompanhamento de egressos de diversos programas de pós-graduação e servir de aporte gerencial para às possíveis Coordenações de Programas de Pós-Graduação que interesse em implantar um modelo de acompanhamento de egressos, informação de relevância para avaliação do programa pela CAPES.

Após a análise da avaliação do egresso sobre o programa de Mestrado se pode concluir que há um alto grau de satisfação dos respondentes tanto em relação a instituição quanto ao curso oferecido, muito embora sejam apontados pontos fortes e fracos do programa que, em sua totalidade, coexistem para a própria evolução do programa em si.

Por fim cabe destacar nesse trabalho, alguns dos pontos fortes e fracos indicados pela auto-avaliação do programa e pelos egressos que responderam ao questionário com o intuito de subsidiar os gestores do programa suas ações futuras para a consolidação e continuidade do programa e a efetividade da ação estratégica do INPI no tocante a disseminação do conhecimento sobre PI e Inovação.

Como pontos fortes do programa apontados em sua auto-avaliação: existência de infra-estrutura física capaz de atender a crescente demanda por recursos humanos capacitados em PI e Inovação; encontra-se implantado na instituição reguladora do sistema de propriedade intelectual no país; corpo docente experiente na área de PI; encontra-se num ambiente que realiza importantes debates sobre a política industrial e tecnológica e de interações interinstitucionais.

Quanto a opinião dos 47 egressos respondentes, 43% deles apontou como ponto forte, a excelência do corpo docente enquanto que 23% acha que o INPI é o local adequado para este aprendizado, devido a sua *expertise* na matéria; 11% deles associa como ponto forte, a formação de profissionais de alto nível na área de PI e 9% apontam para a articulação interinstitucional e a realização contínua de atividades de extensão; há ainda os que apontem o seu caráter multidisciplinar e a gratuidade do ensino. Dois fatores citados que é pertinente destacar é a inexistência de influências ideológicas governamentais sobre as pesquisas realizadas e que a instituição exerce papel único como "*think tank*" na área de PI em seus múltiplos aspectos (jurídico, instrumento de desenvolvimento regional e instrumento de política industrial).

O programa auto-avalia seus pontos fracos pela falta de um projeto pedagógico que refira-se a ampla interdisciplinaridade dos temas tratados no mestrado; a dificuldade de adequação do funcionamento de um programa *Stricto Sensu* na estrutura organizacional autárquica do instituto; a falta de titulação acadêmica de alguns especialistas do instituto, apesar da ampla experiência profissional na área de PI; o baixo índice de recursos humanos atuando diretamente nas atividades do programa de pós-graduação; a periódica redução do corpo docente permanente do programa por motivos de aposentadoria e licença médica.

Já na visão dos egressos, os pontos fracos que foram citados não chegaram a ser homogêneos efetivamente, mas dentre os 42 respondentes, 21% declarou não haver pontos negativos a ressaltar enquanto que, 33% deles indicaram a falta de apoio institucional em diversas situações inerentes a decisão da alta Administração, como a falta de recursos para pagamento de docentes externos ao instituto e para apoio ao ENAPID; poucos docentes atuando com dedicação exclusiva; fraca utilização dos recursos de comunicação e de internet; precária infra-estrutura administrativa; indecisão institucional quanto ao público-alvo do

programa; docentes mais capacitados didaticamente, trabalhos finais de disciplinas pouco relacionados com o projeto final de dissertação, poucas turmas, entre outros; 10% dos respondentes ainda se referem ao viés acadêmico do programa; outros fatores apontados referem-se a um maior conteúdo jurídico, bolsas de estudo e o pouco envolvimento dos alunos com os projetos de pesquisa do programa. 5% deles citou como negativa a imagem institucional relacionada aos outros serviços prestados pelo órgão.

Identificou-se como ameaça ao programa a falta de ampliação do corpo docente, como, por exemplo, através do concurso realizado para especialista sênior e como oportunidade identificou-se: a realização de acordos de cooperação com universidades e grupos de pesquisa nacionais e/ou internacionais e a realização de atividades de extensão acadêmica, como, por exemplo, cursos presenciais de extensão e à distância;

Sob o ponto de vista dos egressos, a utilização de ferramentas na web para criação de grupos de discussão, recursos de TI ou de ensino à distância para alunos não residentes no Rio de Janeiro, disciplinas específicas para apresentação de casos de sucesso.

Quanto ao alcance do objetivo geral proposto nesta dissertação, verifica-se que o posicionamento do INPI enquanto ator coadjuvante desse sistema vem contribuindo para o fortalecimento da política industrial e tecnológica no país atuando, incentivando à inovação, ora como órgão executor da proteção dos direitos de PI, ora como formador de recursos humanos capacitados e que participam das relações existentes dentro do Sistema Nacional de Inovação, seja por meio da proteção ou pelo uso da informação tecnológica disponível na instituição. A título de ilustração de um caso bem sucedido no contexto educacional, efetivamente realizado é a criação de uma vaga para Docente especializado em Propriedade Intelectual e Inovação no Instituto Federal do Espírito Santo e o preenchimento da vaga por um dos alunos do programa, fato este que só vem corroborar o sucesso da implantação do programa, bem como o alcance do público-alvo pretendido.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E. M. Idéias Fundadoras. Revista Brasileira de Inovação, Volume 3, Número 1, janeiro/junho, ISSN 1677-2504. Publicada pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)), 2004.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 3 (63), julho-setembro/96. Páginas 56-72.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Catching Up No Século XXI: Construção Combinada de Sistemas de inovação e de bem-estar social. In: SICSÚ, J; MIRANDA, P. Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições. IPEA, Rio de Janeiro, 2009.

AMORIM-BORHER, MB; AVILA, J; CASTRO, AC; CHAMAS, CI; PAULINO, S. Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro (RJ), 6 (2), p.281-310, julho/dezembro 2007

BARBIERI, Jose Carlos (Org.) . Organizações Inovadoras: estudo e casos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. v. 1. 158p .

BARBOSA, Cláudio R. Propriedade Intelectual: introdução à propriedade intelectual como informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

BRASIL. Lei 10.973 Lei da Inovação. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)> , acesso em 26/11/2014.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da Propriedade Industrial. Vol. I - Da Propriedade Industrial e do Objeto dos Direitos. 3ª edição, atualizada por BARBOSA, Denis Borges. e SILVEIRA, Newton. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. Disponível em <<http://www.cnpq.br>> , acesso em 05/06/2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Disponível em <<http://www.capes.gov.br>> , acesso em 10/06/2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>, acessada em 24/10/2013

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Tabela de Áreas de Conhecimento. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>, acesso em 12/06/2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> , acessada em 24/10/2013

FREEMAN, C.; SOETE, L. A economia da inovação industrial. São Paulo: Editora Unicamp, 2008. 513p.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes. O ensino da propriedade intelectual na educação superior: o caso da Unicamp, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

[http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/CONHECIMENTO\\_PEDAGOGIA\\_FREIREANA\\_SUPORTE\\_TEORICO\\_EDUCACAO\\_ESCOLAR\\_FORMAL.pdf](http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/CONHECIMENTO_PEDAGOGIA_FREIREANA_SUPORTE_TEORICO_EDUCACAO_ESCOLAR_FORMAL.pdf)

INPI: RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2005. COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. INPI, Rio de Janeiro, 2005.

INPI: Relatório de Implementação e Acompanhamento do Planejamento Estratégico 2007-2012. INPI, Rio de Janeiro, novembro.

INPI: Relatório de Gestão de 2010. Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. INPI, Rio de Janeiro, 2010. (não publicado)

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br>> , acesso em 12/06/2013.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI: Planejamento Estratégico. Disponível em <[http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/planejamento\\_estrategico](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/planejamento_estrategico)>, acesso em 12/06/2013

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Disponível em [http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/planejamento\\_estrategico](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/planejamento_estrategico) , acessada em 24/10/2013

JUNGSMANN, D. M. A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual: guia para o empresário. Ed. 1. Brasília: CNI, 2010.

LASTRES, HMM; ALBAGLI, S; LEMOS, C; LEGEY, LR. Desafios e oportunidades da era do conhecimento. São Paulo em perspectiva, 16(3):60-66, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13562.pdf>. Acessado em 02 de maio de 2013.

LASTRES,HMM; FERRAZ, JC. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 1, p. 27-57.

LEI DO BEM – Disponível em <<http://www.leidobem.com/lei-do-bem/>> , acesso em 26/11/2014

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (editores). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

MANUAL DE OSLO – Propostas de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados

MAPEAMENTO DE CONHECIMENTO: LOCALIZANDO AS FONTES DE RIQUEZA DE UMA ORGANIZAÇÃO Emmanuel Paiva de Andrade, Angeliede Castro Santiago. UFF/Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho. Disponível em [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001\\_TR82\\_0493.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR82_0493.pdf), acessado em 24/10/2013

MATIAS-PEREIRA, José and KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. RAE electron. [online]. 2005, vol.4, n.2. ISSN 1676-5648. <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482005000200003>.

MENDES, L; AMORIM-BORHER, MB. Academias de propriedade intelectual: fundamentos e elementos para um diagnóstico. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em PI e Inovação) - Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

MENDES, L. M.; BORHER, B. A. O ensino da propriedade intelectual: mapeando as academias da rede global. Revista Brasileira de Inovação, v. 11, n. 2, p. 399-432, 2012.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Disponível em <http://www.portalinovacao.mcti.gov.br/pi/#/pi> , acessado em 26/11/2014

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - OMPI. Disponível em <[http://www.wipo.int/academy/en/courses/academic\\_institutions/](http://www.wipo.int/academy/en/courses/academic_institutions/)>, acesso em 11/06/2013.

PACHECO, Carlos Américo. Estratégia para Fundos Setoriais. Revista Brasileira de Inovação, [S.l.], v. 6, n. 1 jan/jun, p. 191-223, Jun. 2007. ISSN 2178-2822. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/318/230>>. Acesso em: 08 Aug. 2014.

PERALTA, P. P.; MENDES, L. ; Elizabeth Ferreira da Silva . A importância da disseminação da Propriedade Intelectual: o papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. In: VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011, Niterói. VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011.

PIRES, Ana Maria de Britto; TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; HASTENREITER FILHO, Horacio Nelson. Colaboração nas atividades de pesquisa desenvolvimento e inovação: o que nos ensina o Modelo de Centros e Redes de Excelência Petrobras / COPPE UFRJ?. Organ. Soc., Salvador , v. 19, n. 62, p. 507-526, Sept. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29/07/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302012000300008>

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antonio

J. (editores). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

QUELHAS, O.L.G.; FILHO, J.R.F.; FRANÇA, S.L.B. O mestrado profissional no contexto de pós-graduação brasileiro. Revista Brasileira de Pós-Graduação. V. 2, n.4, p. 97-104. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/view/4>. Acesso em 8/03/2014.

Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: INOVARSE, 2011. Disponível em: <http://www.inovarse.org/node/2838> Acesso em: 10 fev. 2013.

SILVA, E. F.; PERALTA, P. P., MENDES, L. A importância da disseminação da propriedade intelectual: o papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2011,

sobre Inovação Tecnológica, OCDE, 2a Ed., 1997.

Tratado da Propriedade Industrial

VIOTTI, E.B.; MACEDO, M.M., Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas, SP; Editora Unicamp, 2003.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

## ANEXO I - AVALIAÇÃO TRIENAL 2010 REFERENTE AO PERÍODO DE 2007 A 2009

## Ficha de Avaliação do Programa

**Período de Avaliação:** 2007 a 2009      **Etapa:** Avaliação Trienal 2010  
**Área de Avaliação:** 45 - INTERDISCIPLINAR  
**IES:** 31068014 - INPI - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
**Programa:** 31068014001P0 - PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO  
**Modalidade:** Profissional

Curso	Nível	Ano Início
PROPRIEDADE INTELECTUAL E	Profissional	2007

### Dados Disponíveis na Coleta de Dados

Curso	Nível	Ano	Ano	Ano
PROPRIEDADE INTELECTUAL E	Profissional	2007	2008	2009

### PROPOSTA DO CURSO

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Curso/Programa e da modalidade Mestrado Profissional.	55.00	Bom
1.2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	10.00	Muito Bom
1.3 Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.	15.00	Bom
1.4 Planejamento do Curso/Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e geração de inovação.	10.00	Bom
1.5 Articulação do Curso/Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos do mesmo Programa de Pós-Graduação	10.00	Não Aplicável

### Apreciação

**Comissão:** Bom

1.1 Quanto às áreas de concentração, linhas, projetos de pesquisa e proposta curricular O curso completa seus primeiros três anos desde a implantação com estrutura organizada em torno de uma única área de concentração denominada "Inovação e Desenvolvimento", articulada com 3 linhas de pesquisa: (i) "Globalização e regionalização: modelos de proteção à propriedade intelectual e seu papel no desenvolvimento", (ii) "Políticas setoriais e campos emergentes", e (iii) "Propriedade Intelectual, Tecnologia, Sociedade e Empresas Brasileiras". Trata-se de estrutura adequada ao propósito do curso, tanto no que se refere à caracterização interdisciplinar como no foco de formação e pesquisa proposto pelo curso.

Os projetos do triênio guardam aderência aos propósitos das linhas de pesquisa. No entanto, percebe-se um desequilíbrio na distribuição entre as linhas de pesquisa. No triênio observam-se projetos associados às três linhas de pesquisa. Na 1ª linha há 2 projetos em 2007 e 1 projeto em 2008 e em 2009. Na 2ª linha de pesquisa, registram-se 3 projetos em 2007 e 4 em 2008 e em 2009. Na 3ª linha de pesquisa são 3 projetos em 2007 e 6 em 2008 e em 2009. Percebe-se aderência dos projetos aos objetivos das linhas e a sua coerência com a proposta da área de concentração. Em 2007, apenas seis de 16 docentes permanentes atuaram em projetos. Em 2008 há participação dos 12 docentes permanentes do programa e em 2009 a participação é de 10 dos 13 docentes permanentes. A participação docente é adequada.

Permanecem as recomendações ao curso para que procure equilíbrio na participação docente e discente entre os projetos e na inserção destes nas três linhas de pesquisa do Programa. Um aspecto que



## Ficha de Avaliação do Programa

preocupa, particularmente em um mestrado profissional, refere-se aos financiadores dos projetos. Em 2008 apenas um projeto tinha financiamento (CAPES). Em 2009 esta relação se ampliou para dois projetos, com financiamentos de CAPES, CNPq e FAPERJ. Em mestrado profissional espera-se que sua articulação se materialize em projetos financiados por órgãos públicos e privados beneficiários de suas pesquisas (uma exceção positiva é o financiamento da Ford Foundation a uma das ações de articulação institucional).

Como indicado no relatório de acompanhamento do programa, a “proposta curricular é relevante, estratégica para o País na consolidação de um sistema nacional de inovação e o curso apresenta elementos constitutivos que possam fortalecer esta proposta ao longo dos anos vindouros.”

1.2. Quanto aos mecanismos de interação com outras instituições e atendimento às demandas  
O potencial de intercâmbio do curso já havia sido observado no relatório de acompanhamento. No relatório de 2009, a coordenação registra que os mesmos foram intensificados.

Destaca-se a participação do INPI em um dos INCT do MCT (INCT-PPED), em parceria com UFRJ, UNICAMP, FIOCRUZ, UFJF, UFF, UFRRJ, UCAM, London School of Economics, University of Beijin, UCLA/Berkeley, Università de Siena, University of Sidney, University of Oxford e Ford Foundation, com financiamento do MCT, Ford Foundation, FAPERJ, FAPESP, FAPEMIG e CNPq.

Além dos projetos multi-institucionais, verificam-se cooperações com outros programas de pós-graduação e centros de pesquisa. Entre estas estão atuações com disciplinas ministradas no Programa de PG em Biotecnologia – UFAM (disciplina “PI em Biotecnologia”), no Programa de PG da RENORBIO (disciplina “Marcos Legais em Bionegócios”) e no Programa de PG em Metrologia do INMETRO (disciplina “Propriedade Intelectual”).

Com relação à internacionalização, é fato que o INPI ocupa posição singular, por ser a entidade brasileira referência na temática do curso. Esse potencial tem sido colocado em prática, como evidenciado na iniciativa do INPI de construção da rede dos organismos nacionais de Propriedade Industrial. Iniciada em 2007, no I Simpósio de Academias de Propriedade Intelectual, organizado por iniciativa do INPI, a Rede Global de Academias de PI conta com 17 países (Austrália, Brasil, Bulgária, China, Cingapura, Croácia, Cuba, Estados Unidos, Filipinas, Japão, Macedônia, México, Portugal, República da Coreia, Rússia, Suíça e Ucrânia) e 3 instituições regionais (ARIPO, EPO, OAPI). Em 2009 o Simpósio ocorreu na Alemanha. Uma das ações da rede, liderada pelo INPI é a criação da Revista The WIPO Journal: Analysis and Debate of Intellectual Property Issues. Como se pode notar, o contexto institucional do curso lhe dá amplo potencial para o exercício da atividade de extensão, o que é confirmado pelas ações que vêm adotando em parceria com universidades e órgãos públicos e empresas privadas do País e do exterior.

1.3. Quanto à infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão  
Conforme observado no relatório de acompanhamento, a alta direção do INPI tem demonstrado consciência sobre o fato de que, não sendo uma Instituição de Ensino Superior, terá que fazer investimentos especiais para propiciar as condições adequadas a um mestrado stricto sensu em sua sede. Segundo o relatório de acompanhamento, que também inclui observações feitas na visita ao Instituto, há no INPI condições estruturais adequadas, com espaços específicos para a secretaria, salas de aula e salas de professores. No relatório de 2009 e no relatório de visitas registra-se a criação de dois laboratórios de informática com 30 computadores cada, com acesso à internet e ferramentas de buscas de dados na área de PI. Também foi montada uma sala com equipamento de videoconferência para uso exclusivo do Programa e outra sala com computadores para uso exclusivo de alunos.

Destacam-se os investimentos realizados na biblioteca, também para atender as demandas do curso de mestrado. Apenas em 2009, segundo o relatório do curso, foram adquiridos 475 livros, a partir das informações passadas pelos professores das disciplinas.

Além da ampliação de acervo, a biblioteca destacou área setorial específica para o curso, incluindo equipamentos para acesso ao portal de periódicos da CAPES (adquirido por convênio com a Agência, com expressivo financiamento anual de parte do INPI), SciELO e demais bases.

Como sugestão de melhoria, ressalta-se o observado no relatório de acompanhamento. De fato, como há um perfil predominante de profissionais vinculados a empresas, institutos, organizações públicas e acadêmicas, os alunos não ficam em tempo integral no INPI (salvo seus funcionários). Assim, para garantir



## Ficha de Avaliação do Programa

mais disponibilidade de acesso à fontes de consulta, será muito útil a utilização do sistema VPN (Virtual Private Network), especialmente para que os alunos possam consultar o Portal da CAPES mesmo quando fora da estrutura do INPI.

1.4. Quanto ao planejamento com relação à formação, às demandas atuais e futuras, à inserção regional/nacional  
A criação do curso do INPI é em si resultado do planejamento estratégico da instituição, que incluiu a dimensão de formação de forma estatutária (Portaria MDIC No. 30 de 12/06/2008) entre suas missões institucionais, o que foi seguido de uma estrutura organizacional na qual se contextualiza o curso (junto a Academia da Inovação e da Propriedade Intelectual, que passou a se chamar Coordenação de Pesquisa e Educação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento - CODEPI, vinculada a Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica - DART).

A CAPES acolheu a proposta e, desde a primeira ficha de avaliação, em 2006, tem reconhecido a relevância do curso para o sistema nacional de inovação e as condições potenciais do INPI em efetivá-lo com excelência. O INPI tem mantido ações institucionais que visam apoiar o curso, como a efetivação de concurso público específico para contratação de pesquisadores para atuarem como docentes permanentes. O Relatório de visitas de 2009 destaca a disposição e ação da presidência do Instituto nesse sentido. Essas ações se combinam com diretrizes positivas do próprio curso em busca de melhores condições (como o aprimoramento do conteúdo programático).

Há, portanto, elementos adequados de planejamento. O curso deve ter estes elementos explicitados nos documentos de avaliação da CAPES. O alerta se justifica, particularmente, para as seções de auto-avaliações disponíveis no Relatório Coleta: em todo o triênio 2007-2009, o curso apresenta os mesmos fatores internos considerados pontos fracos (com exceção da dificuldade de delimitação epistemológica da propriedade intelectual, apresentada em 2009), sem refletir sobre eventuais avanços que já tenha obtido nesse período. É importante, portanto, que a coordenação leve para o plano acadêmico os mesmos procedimentos institucionais que têm caracterizado o plano institucional junto à presidência do INPI.

1.5. Articulação do Mestrado Profissional com cursos acadêmicos do mesmo Programa de Pós-Graduação  
Não se aplica, dado que o INPI não possui outro curso de mestrado ou doutorado.

### CORPO DOCENTE

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
2.1 Perfil do corpo docente, considerando experiência como profissional e/ou pesquisador, titulação e sua adequação à Proposta do Curso/Programa e à modalidade Mestrado Profissional.	60.00	Muito Bom
2.2 Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Curso/Programa.	20.00	Bom
2.3 Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Curso/Programa.	20.00	Regular

Comissão: Bom

### Apreciação

No triênio da avaliação, o curso apresenta os seguintes indicadores para seu quadro docente:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009.....
Docentes Permanentes.....	16.....	12.....	13.....
Docentes Colaboradores.....	27.....	14.....	5.....
Docentes Visitantes.....	0.....	0.....	0.....
Em Projetos de Pesquisa.....	8.....	11.....	11.....
Orientações concluídas (permanentes).....	0.....	0.....	9.....
Orientações concluídas (total).....	0.....	1.....	17.....

2.1. Quanto ao perfil do corpo docente em termos de experiência profissional/pesquisa, titulação e adequação ao curso



## Ficha de Avaliação do Programa

Quanto à titulação, observa-se que o quadro docente do programa é formado em sua totalidade por doutores, com a seguinte distribuição por áreas de formação de doutorado:

GRANDE ÁREA.....	2007.....	2008.....	2009.....
Ciências Sociais Aplicadas.....	6.....	4.....	6.....
Ciências Humanas.....	3.....	2.....	2.....
Ciências Biológicas.....	2.....	2.....	1.....
Engenharias e Computação.....	3.....	2.....	2.....
Ciências Exatas e da Terra.....	1.....	1.....	1.....
Linguística, letras e Artes.....	1.....	1.....	1.....

Há boa diversidade de áreas do conhecimento na formação do quadro docente, com ênfase nas áreas ligadas às ciências sociais aplicadas (46%). Trata-se de composição adequada à proposta do programa que inclui formação desde as áreas de formação nuclear (como administração e economia) a áreas de contribuição à proposta específica do curso (como artes visuais para atuar em semiótica e sua relação com o tema de marcas).

O corpo docente é relativamente jovem (6,4 anos de doutorado entre os docentes permanentes). Há, também, diversificação na origem de formação do quadro docente (cerca de 30% oriundos da UFRJ e 30% da UNICAMP).

Com relação a intercâmbios e participações em comissões, verifica-se se quadro docente experiente, com participações em comissões nacionais ligadas à temática do curso e profissionais que são referência em suas áreas profissionais de atuação.

Com relação à compatibilidade com estrutura do curso, o corpo docente é adequado às linhas de pesquisa. Entretanto, deve estar atento à distribuição do mesmo no contexto dos projetos destas linhas.

2.2. Quanto à adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes à pesquisa e formação  
O curso tem apresentado uma variação em sua composição de quadro docente permanente, ao longo dos primeiros anos de funcionamento. O total de permanentes do curso foi reduzido em 25% no biênio e em 18,7% em no triênio. Por outro lado, também houve acentuada redução do número de colaboradores (de 27 para 5 colaboradores). Esta modificação de rumo, juntamente com as diretrizes de contratação de docentes pesquisadores, indica a busca por uma composição do quadro docente adequada.

Com relação à dedicação ao curso, percebe-se que há docente que deixou de atuar como permanente em outros programas para atuar no curso.

De acordo com o documento de área da área interdisciplinar, recomenda-se o número mínimo de 12 docentes permanentes (pg. 23). Nesse sentido deve-se destacar a iniciativa do INPI de ter realizado concurso para contratação de doutores experientes (mínimo de 10 anos de doutorado). Conforme informado no relatório de 2009, os novos quatro pesquisadores que atuarão no programa, em tempo integral, combinam senioridade com atuação de destaque no sistema ciência, tecnologia e inovação (incluindo ex-docentes da UFRJ e especialista em propriedade intelectual na FIOCRUZ e na ANVISA).

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Curso/Programa.

No âmbito da formação, a dimensão do total de docentes permanentes caminha na direção adequada. O curso teve sua primeira defesa em 2008 e outras nove (9) em 2009. Percebe-se uma boa distribuição das mesmas entre os orientadores. Do total de 13 docentes permanentes do curso, 7 professores orientaram trabalhos concluídos. Há uma média de 3,15 orientandos por docente permanente, todos com ao menos uma orientação em curso. O curso deve estar atento para seu índice de conclusão. De sua primeira turma, com 30 ingressantes em 2007, apenas 9 (30%) concluíram no tempo de 24 meses. O curso faz referência a esta situação informando que, de fato, a manutenção do vínculo empregatício de seus alunos impacta em um maior tempo de formação dos alunos.

No âmbito da pesquisa, percebe-se um desequilíbrio na distribuição de docentes entre os projetos em andamento no curso. O ano de 2009 não alterou o quadro apresentado no acompanhamento de 2008, segundo o qual percebe-se "um desequilíbrio na constituição das equipes de projetos. Há projetos com dois participantes (um docente e um discente), projetos com dez pessoas, com um docente liderando uma



## Ficha de Avaliação do Programa

equipe de alunos. Em 2008 surgiram projetos com a composição de equipe na outra direção, ou seja, três docentes com apenas um aluno, ou mesmo projeto individual de docente sem colegas ou alunos”

### CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
3.1 Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e sua distribuição em relação ao corpo docente	25.00	Bom
3.2 Qualidade dos Trabalhos de Conclusão e produção científica, técnica ou artística dos discentes e egressos	50.00	Bom
3.3 Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso	25.00	Não Aplicável

### Apreciação

Comissão: Bom

#### Perfil do corpo discente

O curso recebeu seus primeiros ingressantes em 2007. Segundo dados do relatório de visita ao curso, o processo seletivo do primeiro ano contou com 103 candidatos, sendo 29 aprovados. Em 2008 foram 122 candidatos e 24 aprovados. No ano de 2009 o curso admitiu 16 alunos para 53 interessados. Ainda de acordo com as informações fornecidas pelo curso no triênio 2007-2009 verificam-se os seguintes dados:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009.....
Matriculados no início do ano.....	0.....	28.....	14
Ingressantes (novos).....	29.....	24.....	14
Titulados.....	0.....	1.....	9
Abandono.....	1.....	4.....	2
Matriculados no final do ano.....	28.....	47.....	50
Alunos por docente permanente.....	1,75.....	3,90.....	3,85
Tempo médio de titulação.....	NSA.....	22.....	30

3.1 Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e distribuição em relação ao corpo docente  
Tendo iniciado em 2007, o curso apresentou sua primeira defesa em 2008. Em 2009 foram 9 trabalhos concluídos. Este primeiro trabalho foi orientado por um professor colaborador. Em 2009, percebe-se uma boa distribuição de titulações entre o corpo docente. Dos 13 permanentes ao final do triênio, 8 (61,5%) dos docentes orientaram ou co-orientaram dissertações. Não se percebe concentração de orientação (quatro docentes orientaram ou co-orientaram 2 trabalhos e os demais 1 dissertação).

3.2 Qualidade dos trabalhos de conclusão e da produção intelectual discente  
Com relação aos trabalhos de conclusão, segundo o relatório de acompanhamento 2007-2008, as primeiras dissertações apresentaram indícios de heterogeneidade na proposição metodológica: “há trabalhos de cunho conceitual-reflexivo com uma aplicação e há trabalhos mais centrados na aplicação, sem aparentemente contemplarem avanços no âmbito técnico-científico”. Com relação a este aspecto, no relatório de 2009 o curso cobra da CAPES “melhor definição do que seria o trabalho de conclusão dos alunos de mestrado profissional”. A principal finalidade do trabalho de conclusão está associada à geração de conhecimento que venha atender a demandas sociais, organizacionais ou profissionais. O principal fator de avaliação, portanto, é a aplicabilidade dos conhecimentos gerados. Além disso, espera-se que os trabalhos de conclusão do curso gerem produção intelectual qualificada, incluindo-se tanto a produção bibliográfica como a técnica.

Nesse sentido, é correta a percepção de intenção do curso, conforme declarado no relatório de 2009, em que apresenta o contexto teórico-aplicado de suas dissertações, enfatizando que as mesmas “abrange temas sobre monitoramento tecnológico com base em documentos de patentes, sobre a importância das marcas no acesso e domínio de mercados, questões sobre proteção intelectual das variedades vegetais, apropriação do conhecimento por micro, pequenas e médias empresas, as questões jurídicas referentes aos direitos de propriedade intelectual e os desenhos industriais. A riqueza apresentada nestes trabalhos está relacionada à utilização de um banco de dados relacionado a propriedade industrial que foi pouco explorado academicamente para desenvolver conhecimento.”



## Ficha de Avaliação do Programa

Com relação à qualificação da pesquisa associada às dissertações, cabe verificar a participação discente na produção intelectual. Em 2008, das 16 autorias discentes em produção bibliográfica, 1 foi de alunos que defenderam suas dissertações no ano seguinte. Entre os discentes autores de produção bibliográfica de 2009 (23 autorias) não há alunos que defenderam suas dissertações. Na produção técnica, entre os 9 itens de produção técnica de 2009, há apenas 1 apresentação de trabalho de aluno que defendeu em 2009.

Em 2008, nos 23 itens de produção técnica, há 6 apresentações de trabalho de aluno que defendeu em 2009. Portanto, a ampla maioria de alunos autores ainda está em processo de formação, o que pode indicar uma tendência de melhoria qualitativa nos trabalhos vindouros.

Com relação à produção intelectual discente, de acordo com as informações fornecidas pelo curso no triênio 2007 e 2009 verificam-se os seguintes dados:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009.....
Artigos completos em periódicos.....	0.....	2.....	4.....
Trabalhos completos em anais de eventos.....	0.....	0.....	5.....
Livros: Texto integral.....	0.....	0.....	2.....
Capítulos de livro.....	0.....	3.....	7.....
Livro coletâneas.....	0.....	0.....	0.....
Livro Verbetes/outros.....	0.....	0.....	0.....
Demais tipos de produção bibliográfica.....	0.....	0.....	5.....
Serviços técnicos.....	0.....	0.....	0.....
Cursos de curta duração.....	0.....	0.....	2.....
Apresentação de trabalhos.....	0.....	24.....	6.....
Desenvolvimento de produto.....	0.....	0.....	0.....
Desenvolvimento de aplicativo.....	0.....	0.....	0.....
Desenvolvimento de Mat. Didático.....	0.....	0.....	1.....
Desenvolvimento de Técnica.....	0.....	0.....	0.....

(\*) ainda com as informações fornecidas pelo programa de forma textual para 2007, não se tem dados sobre a participação discente, pois não foram caracterizados os autores quanto à sua atuação no curso.

Percebe-se que há participação discente na produção de 40% e de 33% dos artigos publicados em 2008 e 2007, respectivamente. No caso de livros, a tendência é de participação crescente (aumento de 67% na participação de publicação de livros e de 70% em capítulos de livro, no último ano).

### 3.3. Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso

O curso recém-formou sua primeira turma. A produção de egressos é uma informação a ser verificada nos anos vindouros. Ainda assim, já se verificam resultados promissores. No relatório de proposta, apresentam-se relatos dos casos considerados mais expressivos pela coordenação, como a egressa que obteve aprovação no SEBRAE/ES na área de inovação, e na empresa que criou em processo de incubação (resultado típico do que se espera de um mestrado profissional), e com egressos aceitos em cursos de doutorado.

## PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
4.1 Publicações do Curso/Programa por docente permanente	35.00	Fraco
4.2 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	44.00	Bom
4.3 Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	1.00	Não Aplicável
4.4 Vínculo entre Produção técnica e Publicações qualificadas do Curso/Programa.	20.00	Bom
Comissão:		Regular

### Apreciação

Conforme indicado no relatório de acompanhamento de 2007-2008, o relatório de 2007 do curso trouxe

## Ficha de Avaliação do Programa

sua produção intelectual zerada. Foi solicitado ao curso que utilizasse os campos descritivos do Coleta em 2009 para apresentar esta produção. No relatório de 2009 a produção intelectual de 2007 foi registrada nos campos em texto livre. Ao todo foram publicados 10 artigos pelos docentes permanentes do Programa. Foram também indicados 7 trabalhos em eventos. Não houve produção técnica informada pelo programa para 2007. Com isso, o total de produções do Programa no triênio tem a seguinte distribuição:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009
Artigos completos em periódicos.....	10.....	5.....	12
Trabalhos completos em anais de eventos.....	7.....	9.....	24
Livros: Texto integral.....	0.....	0.....	3
Capítulos de livro.....	0.....	1.....	10
Demais tipos de produção bibliográfica (*).....	0.....	3.....	13
(*) artigos em jornais e revistas.			

### 4.1. Publicações do curso por docente permanente

A publicação de artigos em periódicos de docentes permanentes do curso apresenta a seguinte distribuição por estrato Qualis:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009
Total de Artigos Qualis A1.....	01.....	00.....	00
Total de Artigos Qualis A2.....	01.....	01.....	00
Total de Artigos Qualis B1.....	04.....	01.....	02
Total de Artigos Qualis B2.....	00.....	02.....	01
Total de Artigos Qualis B3.....	01.....	02.....	00
Total de Artigos Qualis B4.....	02.....	06.....	03
Total de Artigos Qualis B5.....	01.....	00.....	00
Total de Artigos Qualis C.....	00.....	02.....	00

Considerando-se a dimensão do quadro de docentes permanentes (16, 12 e 13, para 2007, 2008 e 2009, respectivamente), trata-se de uma produção de artigos abaixo do mínimo necessário para cursos de mestrado.

Com relação à produção de livros e capítulos, no relatório Coleta do triênio, em 2009, o curso relata ter produzido 13 capítulos de livro (sendo 3 livros de docentes permanentes e 10 de discentes) e 3 livros de docentes permanentes. Em 2008 relata 11 capítulos de livro publicados, sendo 5 por docentes permanentes e 2 livros em texto integral publicados por um docente permanente. Para 2007, no relatório textual de correção de dados, o curso apresenta 1 capítulo publicado com docente permanente entre os autores. Para este triênio, conforme indicado no documento de área e informado aos programas pela Diretoria de Avaliação da CAPES, foi solicitado aos cursos que encaminhassem suas obras para avaliação da área. O curso não encaminhou suas obras. Com isso, seu índice de produção bibliográfica amplia-se da seguinte forma:

Item Informado.....	2007.....	2008.....	2009
Total de Livros L1.....	00.....	02.....	03
Total de Capítulos C1.....	01.....	05.....	03

### 4.2. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes

Com relação à produção técnica, o programa apresenta os seguintes indicadores quantitativos:

Tipo de Produção.....	2007.....	2008.....	2009
Serviços técnicos.....	0.....	00.....	09
Cursos de curta duração.....	0.....	10.....	38
Desenvolvimento de material didático.....	0.....	00.....	16
Organização de evento.....	0.....	00.....	05
Apresentações de trabalhos.....	0.....	21.....	01
Participação em mesa redonda.....	0.....	4.....	01



## Ficha de Avaliação do Programa

Há uma concentração de esforços do curso em atividades de formação (cursos e material didático). O curso menciona no relatório de 2009 que esta ação o aproxima de grupos de pesquisa do País, que vêm solicitando as atividades de formação do programa.

Nota-se que o curso não registra itens de prestação de serviços, desenvolvimento de produto, desenvolvimento de técnica ou processo ou de elaboração de projetos, itens considerados importantes para mestrados profissionais.

Conforme indicado no relatório de acompanhamento do biênio, a produção técnica no âmbito do mestrado profissional se reveste de maior importância relativa e, no caso específico deste curso, considerando sua proposta ligada às temáticas de propriedade intelectual e inovação, ainda mais. Nesse sentido, percebe-se que os itens de produção técnica colocados na produção intelectual não refletem totalmente o impacto da atuação de seus docentes no sistema nacional de inovação. Conforme observado no item de inserção social, seus docentes têm exercido atividades de relevância no cenário do sistema brasileiro de inovação. Futuramente o curso deve incluir os resultados das mesmas entre os produtos de sua produção técnica.

### 4.3. Produção artística

Não aplicável

### 4.4. Vínculo entre Produção técnica e Publicações qualificadas do Curso/Programa.

Há uma gama de atividades exercidas por seus docentes permanentes no âmbito técnico relatada no quesito de inserção social do programa. Docentes do programa têm participado de uma série de comissões responsáveis pela formulação de políticas e programas de fomento no sistema nacional de CT&I. Observando-se a produção bibliográfica do quadro docente, identificam-se trabalhos que discutem o papel da propriedade intelectual no desenvolvimento do país e de nações em desenvolvimento e, também, reflexões sobre o papel da propriedade intelectual em setores econômicos.

Como ponto de melhoria para o programa, espera-se que esta relação entre o papel exercido pelos docentes no sistema brasileiro de inovação e o produto das mesmas em produção bibliográfica mais qualificada (e em maior quantidade). Além disso, é de se esperar que o curso venha a gerar produtos (técnicas, aplicativos, processos ou produtos) no campo de conhecimento que o curso está consolidando.

## INSERÇÃO SOCIAL

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
5.1 Impacto do Programa	45.00	Muito Bom
5.2 Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação	10.00	Muito Bom
5.3 Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Curso/Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico	15.00	Muito Bom
5.4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Curso/Programa	10.00	Bom
5.5 Percepção dos impactos pelos egressos e/ou organizações/instituições beneficiadas	10.00	Bom
5.6 Articulação do MP com outros Cursos /Programas ministrados pela Instituição na mesma área de atuação.	10.00	Bom
<b>Comissão:</b>		<b>Muito Bom</b>

### Apreciação

#### 5.1. Impacto do Programa

Tanto a proposta como o contexto institucional deste curso são fatores potenciais para geração de impacto no sistema nacional de inovação. No âmbito do impacto social, a formação do curso está voltada tanto a organizações públicas como privadas, visando à melhoria da gestão pública e privada. A



## Ficha de Avaliação do Programa

propriedade intelectual é item estratégico no novo arranjo dos sistemas produtivo e de ciência, tecnologia e inovação do País. O perfil dos egressos propostos pelo curso é uma notória demanda do sistema. Este impacto potencial deve ser verificado futuramente nos resultados concretos que o curso vier a produzir em termos de inserção de seus egressos.

Outro âmbito de potencial contribuição do curso está em sua participação nas ações de estudo, planejamento, fomento e articulação do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. Como já se denota pela participação de seus docentes em comitês e pelas ações de articulação do programa junto a organizações públicas e privadas, há potencial contribuição de impacto tecnológico (pela disseminação da cultura da propriedade intelectual), de impacto econômico (pelos resultados propiciados pela PI) e profissional (na inserção de seus egressos nos setores privado e público).

### 5.2. Integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da PG

Embora recente, o curso mantém ações de articulação com outros cursos, na participação de redes de pesquisa (e.g., RENORBIO), na oferta de cursos de capacitação, na atuação de seus docentes como orientadores e co-orientadores em programas da UFRJ e na cooperação com programas de pós-graduação semelhantes (e.g., INMETRO).

### 5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas ao programa

O curso apresenta uma ampla gama de ações de articulação com organizações ligadas ao sistema nacional de inovação. Além de participar de um dos INCT do MCT, o curso apresenta articulações com o Fórum dos Núcleos de Inovação Tecnológica do País (FORTEC)

Além das instituições, no relatório Coleta de 2009, na seção de “Atividades Complementares” o curso relata a participação de seus docentes em comitês associados à Política de Desenvolvimento Produtivo comitês, incluindo-se o “Sistema Agroindustrial, o do Biodiesel, o de Bioetanol, o de Siderurgia, Mineração, Biotecnologia, Bens de Capital, Couro e Calçado, Indústria Têxtil e vários outros”. O curso relata que seus docentes também atuam no Comitê Nacional de Biotecnologia e no Grupo de Trabalho em Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia. Estas atividades têm relevância na inserção do curso no sistema produtivo brasileiro.

Também merece destaque as ações do curso no sentido de levar a cultura da propriedade intelectual para o setor empresarial (como em sua parceria com a Fundação Biominas).

### 5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do curso/programa

Em seu relatório de 2009, o curso indica sua página ([www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br) – link “Academia de Inovação e Propriedade Intelectual”) como principal veículo de acesso às suas informações. A instituição tem planos de traduzir sua página para o inglês e para o espanhol, para dar mais visibilidade ao curso.

### 5.5. Percepção dos impactos pelos egressos e/ou organizações/instituições beneficiadas

Apesar de ser ainda cedo para uma avaliação definitiva do tema, dado que o curso recém-formou sua primeira turma, já se percebe a inserção de egressos no sistema de inovação. A primeira turma inclui funcionários do próprio INPI e registra egressos que criaram empresa ou que atuam junto aos setores de gestão da propriedade intelectual de empresas e outras organizações do sistema brasileiro de inovação.

### 5.6. Articulação do MP com outros cursos/programas ministrados pela instituição na mesma área

A temática do programa é relativamente inédita a programas de pós-graduação no País. Ela se coloca na forma de áreas de concentração ou de linhas de pesquisa em outros centros. Há uma parcela desses que é mencionada pelo curso em seu grupo de parceiros, incluindo UNICAMP, UFSC e INMETRO. No âmbito das aplicações setoriais, o programa tem mantido articulações com UFSCAR e USP (Agronegócio), com FGV (software e proteção intelectual)

## Ficha de Avaliação do Programa

### Qualidade dos Dados

Quesitos	Qualidade
PROPOSTA DO CURSO	Bom
CORPO DOCENTE	Bom
CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	Bom
PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA	Deficiente
INSERÇÃO SOCIAL	Bom
Comissão:	
Regular	

### Comentário

O principal quesito para o qual o curso deve estar atento em futuros relatórios para a CAPES é a produção intelectual. É provável que o problema de incompatibilidade com a Plataforma Lattes, relatado em 2007, seja fruto da inexperiência do curso e da própria instituição com os sistemas da CAPES. É importante o contato com a agência durante o preenchimento para relatar tais problemas, para evitar maiores prejuízos ao curso. Além disso, o curso deve estar atento às comunicações da Diretoria de Avaliação da CAPES sobre o processo de avaliação, como ocorreu com a recomendação aos cursos para o envio de seus livros e capítulos para avaliação em Recife.

## Ficha de Avaliação do Programa

### Conceito/Nota CA

#### Quesitos

	Peso	Avaliação Comissão
PROPOSTA DO CURSO	0.00	Bom
CORPO DOCENTE	20.00	Bom
CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	30.00	Bom
PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA	30.00	Regular
INSERÇÃO SOCIAL	20.00	Muito Bom

Data Chancela: 02/09/2010

Conceito Comissão: Regular

Nota Comissão: 3

### Apreciação

Conforme observado no relatório de acompanhamento, a proposta do mestrado profissional em propriedade intelectual e inovação do INPI é muito relevante para o sistema de ciência, tecnologia e inovação do País. O curso é resultado de cooperação institucional entre CAPES e INPI e da reestruturação do Instituto, que alterou sua missão para incluir a formação em nível de pós-graduação. Desde a recomendação para o início do curso, em 2006, o programa vem atendendo as recomendações da CAPES.

Uma das recomendações foi a de que o INPI compusesse um quadro docente permanente que combinasse juventude e senioridade nas áreas afetas ao programa. O concurso realizado para aquisição dos três docentes permanentes vem ao encontro destas recomendações.

Com relação à formação, o programa produziu suas primeiras dissertações e já registra impactos para seus egressos no campo de atuação profissional dos mesmos.

A produção intelectual do programa vem em um crescendo e, na média do período atende ao mínimo necessário para manter seu conceito. É importante, no entanto, que o curso fique atento para sua produção técnica e lance no sistema Coleta o que vier a produzir em termos de patentes, registros e desenvolvimento de aplicativos, itens considerados os mais relevantes para a produção técnica em mestrado profissional.

Uma das principais competências do programa está em sua inserção social. A participação de docentes em comissões estratégicas para o País e a formação de redes nacionais e internacionais têm propiciado ao INPI difundir a cultura da propriedade intelectual.





## Ficha de Avaliação do Programa

### Complementos

Apreciações ou sugestões complementares sobre a situação ou desempenho do programa.

### Recomendações da Comissão ao Programa.

O curso deve estar atento para sua produção intelectual em veículos qualificados, para o preenchimento correto dos instrumentos utilizados na avaliação, particularmente no que se refere à avaliação editorial de livros, que não foi atendida pelo programa neste triênio.

Coordenador: ARLINDO PHILIPPI JUNIOR  
Coordenador Adjunto: PEDRO GERALDO PASCUTTI

### Câmara III

Presidente: AUGUSTO CESAR NORONHA RODRIGUES GALEÃO  
Presidente Adjunto: ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA NETO

### Consultores:

AMILCAR BAIARDI  
CARLOS CHESMAN DE ARAUJO FEITOSA  
CÉSAR COSTAPINTO SANTANA  
CLAUDIA ANDRÉA LIMA CARDOSO  
FRANCIS HENRIQUE RAMOS FRANCA  
GEOVANY ARAUJO BORGES  
GERMANO LAMBERT TORRES  
HORÁCIO HIDEKI YANASSE  
LUCIANO MENDES BEZERRA  
LUIZ PEREIRA CALÔBA  
MARCELO ALBANO MORET SIMÕES GONÇALVES  
MARCELO FERREIRA GUIMARÃES  
PAULO AUGUSTO BERQUÔ DE SAMPAIO  
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PACHECO

A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa? Não  
Justificativa da recomendação de visita ao programa.

A Comissão recomenda mudança de área de avaliação? Não

### Área Indicada:

Justificativa da recomendação de mudança de área de avaliação do programa (em caso afirmativo)

## Ficha de Avaliação do Programa

**Nota CTC-ES**
**Data Chancela:** 09/09/2010

**Nota CTC-ES:** 3

**Apreciação**

<b>Comissão Responsável pela Avaliação:</b>	<b>Sigla IES</b>	
ARLINDO PHILIPPI JUNIOR	USP	Coordenador(a) da Área
PEDRO GERALDO PASCUTTI	UFRJ	Coordenador(a) Adjunto(a) da Área
ACÁCIA ZENEIDA KUENZER	UFPR	Consultor(a)
ADA BEATRIZ GALLICCHIO KROEF	CEE-CE	Consultor(a)
ADELAIDE FALJONI-ALARIO	UFABC	Consultor(a)
ADRIANA MARQUES ROSSETTO	UNIVALI	Consultor(a)
AFRÂNIO MENDES CATANI	USP	Consultor(a)
ALBERTO CLÁUDIO HABERT	UFRJ	Consultor(a)
ALCINDO ANTÔNIO FERLA	UFRGS	Consultor(a)
ALEXANDRINA SALDANHA SOBREIRA DE MOURA	FJN	Consultor(a)
AMILCAR BAIARDI	UFRB	Consultor(a)
ANA CRISTINA PASSARELLA BRÊTAS	UNIFESP	Consultor(a)
ANDREA VIEIRA ZANELLA	UFSC	Consultor(a)
ANDRÉ KARAM TRINDADE	IHJ	Consultor(a)
ANDRE LUIS GEMAL	UFRJ	Consultor(a)
ANDRE TOSI FURTADO	UNICAMP	Consultor(a)
ANGELA MARIA MAGOSSO TAKAYANAGUI	USP/RP	Consultor(a)
ANTONIA EDNA BRITO	FUFPI	Consultor(a)
ANTÔNIA JESUÍTA DE LIMA	FUFPI	Consultor(a)
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS	FUFSE	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA SILVA NETO	UERJ	Consultor(a)
ARNAUD SOARES DE LIMA JUNIOR	UNEB	Consultor(a)
AUGUSTO CESAR NORONHA RODRIGUES GALEÃO	LNCC	Consultor(a)
BENEDITO MEDRADO-DANTAS	UFPE	Consultor(a)
ARLOS CHESMAN DE ARAUJO FEITOSA	UFRN	Consultor(a)
CESAR COSTAPINTO SANTANA	UNICAMP	Consultor(a)
CLAUDIA ANDRÉA LIMA CARDOSO	UEMS	Consultor(a)
CLEVERSON VITORIO ANDREOLI	UNIFAE	Consultor(a)
CONSUELO LATORRE FORTES-DIAS	FUNED	Consultor(a)
DINORA MORAES DE FRAGA	UNISINOS	Consultor(a)
EDMILSON LOPES JUNIOR	UFRN	Consultor(a)
EVANDRO ALVES	UFRGS	Consultor(a)
FERNANDO ALVARO OSTUNI GAUTHIER	UFSC	Consultor(a)
FRANCIS HENRIQUE RAMOS FRANCA	UFRGS	Consultor(a)
GEOVANY ARAÚJO BORGES	UNB	Consultor(a)
GERMANO LAMBERT TORRES	UNIFEI	Consultor(a)
HORACIO HIDEKI YANASSE	INPE	Consultor(a)
ISABELLA FERNANDES DELGADO	FIOCRUZ	Consultor(a)
ISILIA APARECIDA SILVA	USP	Consultor(a)
IVAN TARGINO MOREIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
JOANA MARIA PEDRO	UFSC	Consultor(a)
JOÃO EUSTÁQUIO DE LIMA	UFV	Consultor(a)



## Ficha de Avaliação do Programa

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
JOSÉ FERNANDO THOMÉ JUCÁ	UFPE	Consultor(a)
JOSE MAURO GRANJEIRO	UFF	Consultor(a)
LUCIA DA COSTA FERREIRA	UNICAMP	Consultor(a)
LUCIANO MENDES BEZERRA	UNB	Consultor(a)
LUIZ ARMANDO CUNHA DE MARCO	UFMG	Consultor(a)
LUIZ BEVILACQUA	UFRJ	Consultor(a)
LUIZ PEREIRA CALOBA	UFRJ	Consultor(a)
LUIZ RENATO D'AGOSTINI	UFSC	Consultor(a)
MARCELO ALBANO MORET SIMÕES GONÇALVES	CIMATEC	Consultor(a)
MARCELO FERREIRA GUIMARAES	Sapiens	Consultor(a)
MARCELO JOSÉ BRAGA	UFV	Consultor(a)
MARCIO FRANCISCO COLOMBO	UNESP/SJRP	Consultor(a)
MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	UFPR	Consultor(a)
MARGARETE AXT	UFRGS	Consultor(a)
MARIA ANTONIA PEDRINE COLABONE CELLIGOI	UEL	Consultor(a)
MARIA CRISTINA VILLANOVA BIAZUS	UFRGS	Consultor(a)
MARIA DO CARMO MARTINS SOBRAL	UFPE	Consultor(a)
MARIA VICTORIA RAMOS BALLESTER	USP	Consultor(a)
NEMESIO NEVES BATISTA SALVADOR	UFSCAR	Consultor(a)
PAULO AUGUSTO BERQUO DE SAMPAIO	IEN	Consultor(a)
PAULO GILVANE LOPES PENA	UFBA	Consultor(a)
RENATO MARQUES	UFPR	Consultor(a)
RICARDO MARINS DE CARVALHO	USP/FOB	Consultor(a)
RITA DE CASSIA GUIMARAES MESQUITA	INPA	Consultor(a)
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PACHECO	UFSC	Consultor(a)
RODOLFO HERBERTO SCHNEIDER	PUC/RS	Consultor(a)
ROSALINA APARECIDA PARTEZANI RODRIGUES	USP/RP	Consultor(a)
ROSA MARIA VICARI	UFRGS	Consultor(a)
ROSANA APARECIDA RIBEIRO	UFU	Consultor(a)
SANDRA MARIA FELICIANO DE OLIVEIRA E AZEVEDO	UFRJ	Consultor(a)
SELMA SIMÕES DE CASTRO	UFG	Consultor(a)
SERGIO ROBERTO MARTINS	UFSC	Consultor(a)
SEVERINO SOARES AGRA FILHO	UFBA	Consultor(a)
SONIA NAIR BAO	UNB	Consultor(a)
TADEU FABRICIO MALHEIROS	USP	Consultor(a)
VALDIR FERNANDES	UNIFAE	Consultor(a)
VÂNIA GOMES ZUIN	UFSCAR	Consultor(a)
WAGNER COSTA RIBEIRO	USP	Consultor(a)

## Ficha de Avaliação do Programa

### Reconsideração

#### Nota CA

**Data Chancela:** 12/11/2010**Nota:** 3

#### Apreciação

A CAInter recomenda ao CTC a manutenção do conceito 3. A seguir é apresentada a resposta ao pedido de reconsideração segundo os itens abordados pelo Programa.

#### Considerações Gerais

Em seu pedido de reconsideração, o curso lembra que iniciou suas atividades em março de 2007, e, portanto, com 34 meses na avaliação, apenas quatro acima do critério de cursos novos, manifestando preocupação com um eventual prejuízo a sua avaliação.

A CAInter ressalta que não houve qualquer prejuízo ao curso por conta de sua juventude. Em realidade, ao contrário, ela foi favoravelmente considerada nos aspectos subjetivos da avaliação.

#### Proposta do Curso

##### Item 1.1

O curso foi avaliado como "Bom" neste quesito. A estrutura foi considerada adequada pela avaliação. O ponto de sugestão de melhoria refere-se à busca de maior equilíbrio na distribuição de projetos entre as linhas de pesquisa e de uma maior participação discente nos projetos. Outro aspecto alertado ao programa é que busque financiamento para seus projetos, fator esperado especialmente para mestrados profissionais.

O curso alega que evitou mudanças na estrutura original, dado o recém-começo de suas atividades. Informa que "as linhas de pesquisa serão rediscutidas e avaliada a adequação de se estabelecer outra área de concentração para melhor equilibrar a distribuição dos projetos ao mesmo tempo em que se consiga atender à demanda dos setores em que estamos envolvidos, sejam eles acadêmicos e/ou profissionais.". Naturalmente alterar a estrutura é uma decisão do programa, mas não foi essa a intenção dos avaliadores que julgaram a estrutura atual adequada à proposta do programa.

Com relação ao financiamento de projetos o curso lembra que sua inserção requer a mudança de cultura em sua instituição, "que envolve todo um processo de adequação institucional para novas interações com outros atores e interesses, visando o desenvolvimento de estudos e sistemas de capacitação e formação. Depois, estabelecer competências específicas para submeter os projetos a financiamento externo."

Isso também foi considerado na avaliação, inclusive com o reconhecimento sobre os avanços já percebidos.

A mudança de conceito de "BOM" para "MUITO BOM" indicaria que o curso já alcançou os patamares máximos de qualidade para o quesito. Observa-se na própria ponderação do pedido de reconsideração que o curso reconhece o espaço de melhoria e vem buscando adotar as iniciativas que julga adequadas. O conceito BOM atribuído na ficha de avaliação expressa justamente esta condição.

##### Item 1.3

O pedido de reconsideração do curso, o relatório de visita e o parecer da trienal são coincidentes em destacar o apoio institucional recebido pelo curso e na avaliação positiva que fazem da infra-estrutura oferecida pelo curso para seu corpo discente. Porém, a CAInter considera que o conceito BOM reflete adequadamente a infra-estrutura existente. Deve-se envidar esforços junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao qual o INPI está vinculado, para que se tenha acesso ao Portal de Periódicos da CAPES em sua totalidade.

#### Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão

##### Item 3.2

A CAInter na avaliação trienal e no relatório de visitas indicou "heterogeneidade na proposição metodológica", com "trabalhos de cunho conceitual-reflexivo com uma aplicação e trabalhos mais centrados na aplicação, sem aparentemente contemplarem avanços no âmbito técnico-científico". O relatório da avaliação trienal explicita o que se espera de dissertações de mestrado profissional: "geração de conhecimento que venha atender a demandas sociais, organizacionais ou profissionais. O principal fator de avaliação, portanto, é a aplicabilidade dos conhecimentos gerados. Além disso, espera-se que os trabalhos de conclusão do curso gerem produção intelectual qualificada, incluindo-se tanto a produção bibliográfica como a técnica."

O Curso alega que a diversidade deveria ser vista como natural, uma vez que há "trabalhos visando o desenvolvimento de políticas públicas ou estudos empíricos envolvendo a propriedade intelectual e se estendendo ao desenvolvimento tecnológico aplicando ativos de propriedade intelectual, é natural uma diversidade de dissertações, pois cada trabalho atenderá um foco da sociedade, sejam eles acadêmicos, didáticos, jurídicos, econômicos ou tecnológicos, caracterizando a interdisciplinaridade do nosso programa.". O Curso lembra ainda que o "perfil interdisciplinar vem ao encontro das próprias normas da CAPES que estabelecem que, para mestrados



## Ficha de Avaliação do Programa

### Reconsideração

profissionais, o produto final não precisa ser necessariamente uma dissertação, podendo inclusive ser um relatório técnico, patente, software e outros. Exigir uma homogeneidade na elaboração dos trabalhos de conclusão seria, a nosso ver, contraditório."

Parece haver aqui um mal-entendido por parte do Curso sobre o que se denominou "heterogeneidade na proposição metodológica". Não se propõe homogeneização de temas ou mesmo de metodologias técnico-científicas, especialmente em cursos da área interdisciplinar. A interdisciplinaridade admite não somente a diversidade de temáticas, mas o convívio de múltiplas abordagens metodológicas. O que se observou quanto aos trabalhos foi que nem todos parecem cumprir o propósito de avanço de conhecimento técnico-científico, que deve estar presente tanto em dissertações de reflexão como de aplicação.

O curso reconhece que sua identidade está em construção e destaca os avanços já alcançados (com os quais a comissão de avaliação concorda).

Neste item o parecer da CAInter na avaliação trienal foi BOM. O curso solicita alteração para MUITO BOM. O parecer reconheceu avanços e a tendência de melhora. Concorde-se com o curso sobre o fato de que não se deve exigir homogeneidade quanto a temáticas e aspectos metodológicos das dissertações. No entanto, não foi este o ponto destacado no relatório de avaliação. Reconhece-se a subjetividade deste ponto, mas o conceito BOM atribuído indica adequadamente o estágio atual do Curso.

#### Item 3.3

A avaliação trienal considerou este item NÃO APLICÁVEL, em função da juventude do curso, que recém formou sua primeira turma. Ainda assim, explicitou o reconhecimento pelos resultados positivos e promissores, tanto na inserção profissional como acadêmica de seus egressos.

Em seu pedido de reconsideração, o curso reitera seu desejo de ver avaliado este critério, em reconhecimento ao seu processo de acompanhamento de egressos e aos resultados alcançados por sua primeira turma, conforme reconhecido no critério de avaliação. De fato, são resultados promissores para os seis alunos formados em 2007. A documentação do curso descreve o destino de seis dos dez egressos do triênio. Como o próprio relatório de avaliação comenta, são bons resultados.

Em reconhecimento aos resultados iniciais do curso, a CAInter concorda com a alteração do conceito NÃO APLICÁVEL para BOM no item 3.3. Ressalta-se que este fato não altera o conceito global do Quesito 3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão.

#### Produção Intelectual e Profissional Destacada

#### Item 4.2

O curso faz referência à variação de critérios para a avaliação da produção técnica, com menção ao Documento da Área Interdisciplinar de 2009, onde haveria a diretriz de não avaliação da produção técnica. Menciona, também, outro documento disponibilizado pela CAPES com os critérios para avaliação de cursos de mestrado profissional, com a explicitação dos itens de produção técnica ("patente concedida, marca, desenho industrial, registro de direito autoral, produto, software registrado e processo"). O curso alega que estas discrepâncias de diretrizes, a ênfase à produção bibliográfica nos documentos da CAPES e a inexperience, do Curso, com o processo de avaliação levaram a falhas no lançamento da produção técnica e bibliográfica nos relatórios de 2007 e 2008, com prejuízos na sua avaliação.

De fato, o relatório de acompanhamento e o relatório da avaliação trienal alertaram para os problemas de preenchimento, especialmente para o ano de 2007, quando o relatório do curso apresentou produção intelectual zerada. O curso atendeu à solicitação e informou sua produção de 2007 de forma descritiva no relatório de 2009. Todos os itens informados foram considerados e computados nos índices de produção intelectual do curso.

O curso acrescenta ao pedido de reconsideração nas págs. 5 a 131 os itens constantes nos currículos Lattes de seus docentes permanentes, como acréscimo às informações fornecidas à avaliação. Nota-se que são registrados itens de produção intelectual totais e individualizados, sendo apresentados produção bibliográfica (artigos em periódicos, trabalhos em eventos, capítulos de livro, textos em jornais/revistas, resumos em anais), orientações em andamento e concluídas, e produção técnica (participações em eventos, apresentações de trabalho, cursos de curta duração, desenvolvimento de material didático, participação em bancas examinadoras e comissões julgadoras, organização de evento, missão técnica, comissão governamental). O material inclui a produção informada e não acrescenta itens de software, produto ou processo registrados – itens considerados produção técnica qualificada na avaliação.

A CAInter na avaliação trienal atribuiu o conceito BOM à produção técnica, embora não haja produtos, processos ou softwares registrados, por considerar a atividade de capacitação e as participações em comissões especiais de governo atividades técnicas de relevância para o setor no País. Não há elementos novos apresentados pelo curso para alterar esta avaliação, que já leva em conta a relevância das atividades e o posicionamento estratégico do curso do INPI.

#### Considerações Finais

Na parte final de seu pedido de reconsideração, o Curso reitera sua trajetória de esforços e investimentos, bem como sua visão de posicionamento estratégico ao desenvolvimento nacional. Esta visão é compartilhada pelo relatório de avaliação e de visitas ao Curso. A CAPES tem reconhecido os avanços e os esforços do Curso e do INPI no sentido de atender suas recomendações.

## Ficha de Avaliação do Programa

### Reconsideração

O curso solicitou as seguintes revisões de conceitos: (i) item 1.1 - áreas de concentração, linhas e projetos; (ii) 1.3 - infraestrutura; (iii) 3.2 - qualidade dos trabalhos de conclusão e produção discente; (iv) 3.3 - impacto dos trabalhos de conclusão e egressos; e (v) 4.2 - produção técnica.

Após a avaliação do pedido de reconsideração, a CAInter mantém o conceito BOM no item 1.3, e altera o conceito atribuído no item 3.3 de NÃO APLICÁVEL para BOM. Estas alterações não modificam as avaliações globais para os Quesitos "I - Proposta do Curso" e "III - Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão". Quanto aos itens 1.1, 3.2 e 4.2 são mantidos os conceitos atribuídos na avaliação trienal.

Na avaliação global do curso, reiteram-se os reconhecimentos ao empenho e indicadores crescentes de melhoria de infra-estrutura, de corpo docente e os índices promissores do impacto de atuação dos egressos em sua primeira turma. O principal fator para o qual o curso deve estar atento está em sua produção intelectual.

A avaliação trienal levou em conta a capacitação, serviços técnicos e atuação em comissões governamentais na área de propriedade intelectual, ou seja, o curso teve sua produção técnica considerada.

Portanto, A CAInter recomenda ao CTC a manutenção do conceito 3.

#### Nota CTC-ES

Data Chancela: 13/12/2010

Nota: 3

#### Apreciação

A comissão de área acatou o pedido de reconsideração de revisão do item 3.3 mas manteve os conceitos atribuídos aos demais itens de avaliação. Desta forma a comissão indicou a manutenção de conceito 3 atribuído ao programa na avaliação trienal. O CTC acompanha a comissão de área confirmando o conceito 3.

Comissão Responsável pela Reconsideração:	Sigla IES	
ARLINDO PHILIPPI JUNIOR	USP	Coordenador(a) da Área
PEDRO GERALDO PASCUTTI	UFRJ	Coordenador(a) Adjunto(a) da Área
ANA MARIA E SOUZA BRAGA	UFRGS	Consultor(a)
ANDRE TOSI FURTADO	UNICAMP	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA SILVA NETO	UERJ	Consultor(a)
AUGUSTO CESAR NORONHA RODRIGUES GALEÃO	LNCC	Consultor(a)
CAROLINA MADEIRA LUCCHI	UNB	Consultor(a)
EDGAR NOBUO MAMIYA	UNB	Consultor(a)
EDMILSON LOPES JUNIOR	UFRN	Consultor(a)
FERNANDO ALVARO OSTUNI GAUTHIER	UFSC	Consultor(a)
IVAN TARGINO MOREIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
JOÃO EUSTÁQUIO DE LIMA	UFV	Consultor(a)
LILIANE BASSO BARICHELLO	UFRGS	Consultor(a)
MARCIO FRANCISCO COLOMBO	UNESP/SJRP	Consultor(a)
MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	UFPR	Consultor(a)
MARGARETE AXT	UFRGS	Consultor(a)
MARIA DO CARMO MARTINS SOBRAL	UFPE	Consultor(a)
OTHON FERNANDO JAMBEIRO BARBOSA	UFBA	Consultor(a)
RODOLFO HERBERTO SCHNEIDER	PUC/RS	Consultor(a)
SAULO RODRIGUES PEREIRA FILHO	UNB	Consultor(a)
SONIA NAIR BAO	UNB	Consultor(a)
VÂNIA GOMES ZUIN	UFSCAR	Consultor(a)





## ANEXO II - AVALIAÇÃO TRIENAL 2013 REFERENTE AO PERÍODO 2010 A 2012



## Ficha de Avaliação do Programa

**Período de Avaliação:** 2010 a 2012      **Etapa:** Avaliação Trienal 2013  
**Área de Avaliação:** 45 - INTERDISCIPLINAR  
**IES:** 31068014 - INPI - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
**Programa:** 31068014001P0 - PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO  
**Modalidade:** Profissional

Curso	Nível	Ano Início
PROPRIEDADE INTELECTUAL E	Profissional	2007

### Dados Disponíveis na Coleta de Dados

Curso	Nível	Ano	Ano	Ano
PROPRIEDADE INTELECTUAL E	Profissional	2010	2011	2012

## 1 - PROPOSTA DO PROGRAMA

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40.00	Muito Bom
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20.00	Muito Bom
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20.00	Muito Bom
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20.00	Muito Bom
<b>Comissão:</b>		<b>Muito Bom</b>

1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas, projetos  
 O curso de Mestrado Profissional do INPI em Propriedade Intelectual e Inovação possui uma área de concentração denominada "Inovação e desenvolvimento", estruturada em 4 linhas de pesquisa: (i) Sistema de propriedade Intelectual e seu papel no desenvolvimento local e global. (ii) Propriedade intelectual e políticas setoriais; (iii) Propriedade intelectual e desenvolvimento tecnológico; e (iv) Propriedade intelectual, sociedade e empresas brasileiras.

Em 2010 o curso realizou uma reformulação em suas linhas, revendo disciplinas e ementas. A primeira linha estuda a importância da PI para o desenvolvimento, com 6 disciplinas que incluem as temáticas de gestão e comercialização de ativos intangíveis, globalização e Propriedade Intelectual (PI), indicadores de C&T, marcas, políticas de PI e valor econômico. A segunda linha aborda os direitos de PI e políticas setoriais para desenvolvimento em setores específicos. Também possui 6 disciplinas nas temáticas de conhecimentos tradicionais, direitos de autor, indicadores e política de C&T, PI e agronegócio e patrimônio cultural. A terceira linha combina PI e inovação tecnológica, tanto em aplicações setoriais (biotecnologia, indústria farmacêutica, nanotecnologia) como em questões ligadas ao desenvolvimento de tecnologia (ex. prospecção tecnológica). A quarta linha de pesquisa é a mais abrangente de todas e aborda a influência da PI na sociedade como um todo. Possui 6 disciplinas em temáticas como direito da PI, PMEs, interesse público, semiologia, patrimônio imaterial.

Em relação aos projetos, percebe-se a cooperação entre docentes e a participação discente em sua totalidade, ainda com baixo percentual de financiamento por órgãos de fomento. As temáticas são aderentes ao curso, tanto na extensão quanto na pesquisa.



## Ficha de Avaliação do Programa

Percebe-se uma evolução na estrutura acadêmica do curso, que, ao mesmo tempo em que reforça espaços multidisciplinares de sua pesquisa (ex. aplicações de PI em setores econômicos), explicita campos interdisciplinares para os quais deseja posicionar a identidade de seu curso (ex. PI em políticas públicas).

### 1.2 Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação com outras instituições

O curso apresenta diversificada gama de relações com universidades, institutos e fundações visando sensibilizar, disseminar e capacitar em propriedade intelectual. Em 2010, foram 2 redes estaduais, 4 secretarias estaduais de educação, indústria ou CT&I, 8 universidades, 2 instituições federais (CNPq e SecCTM), 8 Institutos e Fundações estaduais de amparo a pesquisa. Em 2011, essa relação se ampliou significativamente com empresas (ex. EMBRAPA e Eletrobras), institutos (ex. IME e IBGE), universidades (ex. UFV, UNIFESP) e agências de governo (ex. ABDI).

Também se destacam as parcerias internacionais buscadas pelo curso, com diversas organizações ligadas a PI, incluindo os institutos responsáveis por avaliação e concessão dos direitos de propriedade intelectual em outros países, interessados na experiência de formação do INPI. Também se inclui a participação em redes de pesquisa.

Como oportunidade de melhoria, indica-se o fato de que, apesar da gama de instituições parceiras, o financiamento de projetos do curso ainda se restringe a poucas organizações de fomento (CNPq, CAPES e FAPERJ). Não obstante, as relações institucionais mantidas são excelentes.

### 1.3 Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração

Além de infraestrutura própria, o programa tem buscado projetos financiados que têm revertido na compra de equipamentos para os laboratórios (ex. FAPERJ, em 2011). Informa-se que houve planejamento de investimentos por parte da direção do INPI para que a biblioteca se ampliasse para atender às necessidades que a pós-graduação demanda ao Instituto.

Entre 2010 e 2012 houve, também, mudança no prédio do INPI, que levou a pós-graduação a ocupar área maior, especificamente projetada para as atividades de formação e pesquisa, ampliando de 2 para 5 salas de aula, incluindo laboratórios de informática para até 30 alunos, compartilhamento de 3 auditórios para até 250 pessoas. Há, também, espaço de convivência para docentes e discentes (a proposta não mencionou, contudo, o espaço reservado aos docentes).

### 1.4 Planejamento do Programa

O planejamento do programa é explicitado ao longo dos três anos de acompanhamento, com elementos de execução e auto-avaliação efetivados. No plano acadêmico, o programa alterou linhas de pesquisa e atualizou disciplinas. Entre os principais resultados de seu planejamento está a aprovação do curso de doutorado e a inserção internacional crescente, junto ao sistema de avaliação e concessão dos direitos de propriedade intelectual mundial.

Em relação aos pontos de melhoria apontados, há menção a uma questão contextual: a atuação de alunos com vínculo profissional e tempo delimitado para pesquisa. Esse desafio será ainda maior no doutoramento. As diretrizes de atuação em tempo integral (ainda que não exclusivo) exigem, tanto do quadro docente como de discentes, a atuação em dedicação condizente com a complexidade que se caracteriza o processo de criação de conhecimentos científicos de comparabilidade e posicionamento internacional.

## 2 - CORPO DOCENTE

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50.00	Muito Bom
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30.00	Bom
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de	20.00	Muito Bom



## Ficha de Avaliação do Programa

desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.

Comissão:

Muito Bom

### Apreciação

#### 2.1 Perfil do corpo docente (experiência como pesquisador)

A totalidade do quadro docente do programa tem doutorado. Sua titulação, experiência com orientação e distribuição das atividades de pesquisa estão descritas a seguir.

##### 2.1.1 Quanto à titulação

O quadro docente permanente apresenta a seguinte configuração de áreas de formação, ao longo do triênio: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (12%); ECONOMIA INDUSTRIAL (12%); CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (12%); ENGENHARIA QUÍMICA (8%); ECONOMIA (6%); BIOFÍSICA (6%); DIREITO (6%); CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA (6%); ENGENHARIAS (6%); QUÍMICA DOS PRODUTOS NATURAIS (6%); LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES (6%); PROCESSOS IND. E ENG. QUÍMICA (4%); SOCIOLOGIA URBANA (4%); ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (2%); SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO (2%).

Trata-se de um perfil de titulação adequado à proposta do programa, porque combina formações nas áreas de ciências sociais aplicadas, engenharias, incluindo-se disciplinas específicas às aplicações setoriais das pesquisas do curso (ex. ciências biológicas).

O tempo médio de titulação é de 11 anos (considerando-se corpo docente em 2012), com uma combinação de experientes e jovens doutores. Há 25% dos docentes titulados há mais de 16 anos, 56% titulados entre 5 e 10 anos, e 1 docente (6%) há menos de 5 anos.

##### 2.1.2 Experiência e distribuição de orientações

Nos três anos da avaliação, o quadro docente orientou e titulou tanto no mestrado profissional como em outros programas (incluindo doutorado). Ao todo foram 45 defesas no programa, sendo que, na média, 8 dos 16 permanentes não tiveram defesas no período. Isso representa 50% do quadro docente, número que deve ser significativamente ampliado pelo curso.

#### 2.2 Adequação da dimensão dos docentes permanentes

##### 2.2.1 Composição e distribuição das categorias de docentes

Ao longo dos três anos da avaliação, o curso manteve a seguinte distribuição de docentes por categoria:

Em 2010: total de 20 docentes, sendo 15 permanentes e 5 colaboradores.

Em 2011: total de 24 docentes, sendo 18 permanentes e 6 colaboradores.

Em 2012: total de 22 docentes, sendo 16 permanentes e 6 colaboradores.

Portanto, no triênio o programa manteve o quadro permanente entre 73% e 75% do total de docentes e de colaboradores entre 25% e 27%. São distribuições que respeitam as diretrizes da CAPES.

##### 2.2.2 Carga horária dedicada ao curso

Ao longo dos três anos da avaliação, o quadro docente permanente teve as seguintes médias de carga horária:

Em 2010: 570hs para a pós-graduação, com média de 38hs por permanente.

Em 2011: 614hs para a pós-graduação, com média de 34hs por permanente.

Em 2012: 730hs para a pós-graduação, com média de 46hs por permanente.

Trata-se, portanto, de uma carga horária média de 39hs semanais por docente permanente, significando dedicação exclusiva ao programa.

##### 2.2.3 Distribuição de orientandos por docente permanente

Durante o triênio, ocorreu a seguinte distribuição de orientações no curso:

2010: 40 orientandos (2,7/perm.); máx. 8 orientandos (1 prof.); 16 defesas; 6 profs. s/ defesa

2011: 43 orientandos (2,4/perm.); máx. 5 orientandos (2 profs.); 18 defesas; 9 profs. s/ defesa

2012: 32 orientandos (2,0/perm.); máx. 4 orientandos (2 profs.); 11 defesas; 9 profs. s/ defesa

A média de defesas é adequada, mas há um desequilíbrio entre a distribuição de orientações conclusivas no período, pois, na média, 8 docentes permanentes por ano não têm defesas (cerca de 50% do quadro permanente).

##### 2.2.4 Atuação em outros programas de pós-graduação

Em relação à atuação em outros programas, observa-se que o quadro docente do curso teve as seguintes participações:

(i) Docentes permanentes em outro programa: 2 em 2010, 1 em 2011 e 2 em 2012.



## Ficha de Avaliação do Programa

(ii) Docentes permanentes em outros 2 programas: 1 em 2010, 1 em 2011 e 1 em 2012.

(iii) Docentes permanentes em outros 3 programas: 1 em 2011

Para mestrados profissionais, a terceira condição é proibida pela CAPES, conforme Portaria CAPES nº 01/2012. Nota-se que é uma situação que o curso corrigiu em 2012 (dado que o docente deixou de atuar em 2 dos programas em que era permanente). Além das participações como permanentes, docentes do curso têm atuado como colaboradores em outro programa (3, em 2010, 6 em 2011 e 2 em 2012) e como participantes externos (9 docentes em 2010 e em 2011, e 10 em 2012). Em síntese, na média, 60% do quadro permanente é colaborador ou participa de bancas em outros programas, o que mostra mobilidade docente do quadro.

### 2.3 Distribuição das atividades de pesquisa, projetos entre docentes

#### 2.3.1 Distribuição das atividades de ensino entre docentes

Em relação às disciplinas, em 2010 foram ministradas 26 disciplinas, em 2011 foram 26 disciplinas e, em 2012, 28 disciplinas, pela totalidade do quadro permanente (apenas em 2010, houve um único permanente sem ministrar aula).

#### 2.3.2 Distribuição das atividades de pesquisa entre os docentes

Em relação aos projetos, o triênio indica os seguintes dados:

2010: 20 projetos – com 14 dos 15 permanentes atuando e 13 coordenando.

2011: 15 projetos – com 17 dos 18 permanentes atuando e 11 coordenando.

2012: 15 projetos – com 14 dos 16 permanentes atuando e 11 coordenando.

Quase a totalidade do quadro de permanentes (90%) esteve envolvido em projetos no programa.

#### 2.3.3 Envolvimento na graduação

O INPI não possui cursos de graduação. No entanto, o curso tem, em seu plano estratégico, ações de inserção de conhecimentos da propriedade intelectual na formação de educação superior. Para tal, registra-se o acordo de cooperação assinado com o MEC e com os IFETs em que efetiva a capacitação todos os alunos da rede por meio de educação a distância, fornecendo um curso de aproximadamente 120 horas relacionado a propriedade intelectual.

## 3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30.00	Bom
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	50.00	Regular
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20.00	Muito Bom
Comissão:		Bom

### Apreciação

#### 3.1 Trabalhos de conclusão e distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente

##### 3.1.1 Fluxo discente-titulados

No triênio 2010-2012, o curso apresentou uma média anual de 24 novos ingressantes, 16 titulados. Na média, o curso explicita a vinculação com linhas de pesquisa para 12 dos trabalhos defendidos. Em fluxo contínuo, a média da relação titulados/ingressantes é de 67%, com 1,7 orientandos por permanente, 0,7 titulados por discente e 1,0 titulados por docente. Tratam-se de índices adequados ao mestrado profissional.

##### 3.1.2 Índice de orientação

O programa apresenta índice de orientação de 0,98 no triênio, com tempo médio de titulação de 35 meses. Embora o tempo médio de defesa seja alto, há um bom índice de orientação concluída por quadro permanente (embora deva haver cuidados com a distribuição das titulações entre os docentes atuantes).

#### 3.2 Qualidade dos trabalhos de conclusão de discentes e egressos

##### 3.2.1 Autoria discente

Ao todo, no triênio, a produção intelectual discente foi de 5 artigos, 2 trabalhos em eventos, 2 capítulos



## Ficha de Avaliação do Programa

de livro e 13 itens de produção técnica (informações no relatório Coleta-CAPES). Essa produção é de 4 alunos no período (para um quadro de alunos médio de 38 ao ano no triênio). Na produção tecnológica encaminhada, há participação de 10% de discentes no total de itens encaminhados.

### 3.2.2 Produção intelectual de egressos

Em relação ao quadro de egressos, verifica-se que 3 titulados publicaram 3 trabalhos em eventos e 3 capítulos de livro, além de um 1 item de produção técnica.

Portanto, a participação discente na produção qualificada do programa levou aos indicadores IndAut = 0,07 e IndDis = 0,22, sendo, nesta contagem, incluída a participação dos egressos.

Em atendimento aos critérios estabelecidos no documento de área, também foi observada a qualidade das dissertações em relação ao vínculo com as linhas e projetos de pesquisa do programa, a qualificação das bancas examinadoras e o potencial de impacto técnico-científico dos trabalhos de conclusão. Tendo em vista esses critérios, o conceito atribuído neste item é REGULAR.

### 3.3 Aplicabilidade dos trabalhos produzidos

Os trabalhos de conclusão produzidos tratam de temas como a análise de patentes brasileiras no exterior, contratos de transferência de tecnologia nas relações universidade-empresa, cooperação internacional, análise de estratégia empresarial por pedidos de patentes, análise de impacto da lei de genéricos na política de patenteamento da indústria nacional, marca e semiologia, indicações geográficas, estratégias de proteção de software, propriedade intelectual e ensino de graduação, decisões judiciais em propriedade intelectual, harmonização jurídica entre diferentes sistemas de PI, marcas e indicadores de inovação e atividade econômica, marca e preferência de consumidor, ativos intangíveis, denominações, licenciamento compulsório, propriedade intelectual em incubadoras, sistemas regionais de inovação, produtos naturais, entre outros.

Embora em parte dos resumos das dissertações haja dificuldade de se identificar o problema abordado e sua aplicabilidade, a maioria estabelece temas de impacto e efetividade em questões práticas e de interesse do mercado, sendo Muito Bom.

## 4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40.00	Muito Bom
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20.00	Muito Bom
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20.00	Regular
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20.00	Muito Bom

### Apreciação

Comissão: Bom

#### 4.1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente

##### 4.1.1 Artigos em periódicos científicos

Ao todo, o quadro docente permanente publicou 70 artigos em periódicos, com uma média de 16 permanentes ao ano (15 em 2010, 18 em 2011 e 16 em 2012). Em relação aos estratos qualis, essa publicação teve a seguinte distribuição:

Em 2010: 00 A1; 05 A2; 07 B1; 01 B2; 02 B3; 03 B4; 00 B5; 00 C

Em 2011: 01 A1; 09 A2; 08 B1; 01 B2; 01 B3; 04 B4; 01 B5; 03 C

Em 2012: 01 A1; 02 A2; 10 B1; 02 B2; 01 B3; 05 B4; 01 B5; 02 C

Total tri.: 02 A1; 16 A2; 25 B1; 04 B2; 04 B3; 12 B4; 02 B5; 05 C

Essa produção chega a um indicador de 0,83 para o IndArtProg (i.e., considerando-se a produção do programa, excluindo-se as duplas contagens por coautoria).



## Ficha de Avaliação do Programa

Quando se consideram todos os artigos publicados por docentes permanentes, sem retirada de dupla contagem por coautoria, o total de artigos no triênio chega a 78. Com isso, produção média em periódicos por docente permanente, contabilizada a partir dos autores (IndArtDP) é de 0,27. Percebe-se a necessidade tanto do aumento da publicação como das coautorias entre permanentes do curso.

### 4.1.2 Livros e capítulos

Segundo os relatórios anuais encaminhados pelo curso, a produção em livros e capítulos de livro de parte do corpo docente permanente tem a seguinte distribuição:

Em 2010: 00 Livros publicados e 00 Capítulos de livro publicados

Em 2011: 00 Livros publicados e 04 Capítulos de livro publicados

Em 2012: 01 Livros publicados e 06 Capítulos de livro publicados

-----  
Total tri.: 02 Livros publicados e 10 Capítulos de livro publicados

Para avaliação de livros e capítulos, o curso encaminhou à CAPES um total de 23 obras. Dessas, percebe-se a seguinte distribuição por qualificador de obra: 00 C1, 01 C2, 10 C3, 07 L3 e 01 L4. Com isso, o índice IndLiv médio no período é de 0,33 e o IndCap de 0,08.

### 4.1.3 Trabalhos em eventos

Segundo os relatórios anuais encaminhados pelo curso, houve 18 trabalhos em eventos publicados pelo quadro, com a seguinte distribuição anual: 5 trabalhos em 2010, 9 trabalhos em 2011 e 4 trabalhos em 2012.

Portanto, considerando-se os índices de produção de artigos, livros e capítulos, a produção bibliográfica do curso do curso no período da avaliação chega ao índice agregado de 1,24. Porém, quando se desconsidera a produção intelectual do docente permanente em mais de 2 programas (2011 – 4 A2 e 2 B1), o índice de artigos se torna 0,75 (ao invés de 0,83), com índice agregado com livros e capítulos de 1,16.

### 4.2 Produção técnica e tecnológica

O curso encaminhou à CAPES 592 itens de produção tecnológica, para os três anos da avaliação (sendo 241 em 2010, 193 em 2011 e 158 em 2012). Esses itens têm a seguinte distribuição por tipo:

- 77,5% - PT para disseminação de conhecimento
- 9,1% - PT de material bibliográfico ou documental
- 5,8% - PT como serviços técnicos especializados
- 0,3% - PT passível de propriedade intelectual (2 itens)
- 7,2% - PT não classificada nos tipos esperados

No caso da produção tecnológica para disseminação de conhecimentos, destacam-se as atividades de docência em atividade de capacitação (102), preparação de material para atividade de capacitação (137) e de pareceres de trabalho (71). A produção de material bibliográfico ou documental consistiu de materiais didáticos instrucionais (26) e de pareceres de artigos de revistas (13). Os serviços técnicos especializados incluem a participação em comissões científicas (18). Os únicos dois itens de produção tecnológica passível de proteção intelectual são 2 patentes concedidas no escritório americano. No entanto, não há informação sobre docentes permanentes relativos a esses itens.

Em síntese, o curso realiza intensa capacitação no sistema de produção intelectual do País.

### 4.3 Distribuição da produção intelectual

No triênio da avaliação, percebe-se a seguinte distribuição de produção intelectual por docente permanente: em 2010 - 4 dos permanentes não publicaram artigos, livros ou capítulos (27%), 9 permanentes publicaram 1 artigo, 1 publicou 3 e 1 publicou 7 artigos. Em 2011: 7 dos permanentes não publicaram artigos, livros ou capítulos (39%), 4 publicaram 2 artigos, 1 publicou 3 artigos, 1 publicou 4 artigos, 1 publicou 7 e outro docente publicou 12 artigos. Houve, ainda, 3 docentes que publicaram livros/capítulos, embora não tivessem publicado artigo. Em 2012: 5 dos permanentes não publicaram artigos, livros ou capítulos (31%), 3 permanentes publicaram 1 artigo, 2 docentes publicaram 2 artigos, 1 docente publicou 4 artigos e 1 publicou 6 artigos e 1 docente publicou 8 artigos.

Como ocorreu no ano anterior, 3 docentes publicaram livros/capítulos, embora não tivessem publicado artigo.

Nota-se que o programa realizou gestão sobre o quadro docente, tornando professores sem produção colaboradores ou excluindo-os do quadro docente. Ainda assim, há espaço para melhoria, especialmente no credenciamento inicial do docente. Há, também, o fato de que a produção intelectual é variável por



## Ficha de Avaliação do Programa

docente a cada ano, sendo desejada a produção continuada do corpo docente.

Portanto, na média do triênio, 32% do quadro docente permanente não contribuiu com regularidade anual, considerando artigos, livros e capítulos. Portanto, a distribuição de produção intelectual qualificada por docente deve melhorar.

4.4 Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa

Os conteúdos referentes à produção bibliográfica e técnica guardam perfeita aderência aos objetivos do programa. Tratam de temas afetos à propriedade intelectual e à gestão da inovação, nas temáticas previstas em suas linhas de pesquisa.

### 5 - INSERÇÃO SOCIAL

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
5.1. Impacto do Programa.	40.00	Muito Bom
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20.00	Muito Bom
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20.00	Muito Bom
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20.00	Bom

Comissão:

Muito Bom

#### Apreciação

##### 5.1 Impacto do programa

A produção intelectual, projetos, dissertações defendidas e, principalmente, a atuação docente junto às mais variadas instâncias do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação atestam o impacto que o programa vem tendo na formação em propriedade intelectual e gestão da inovação. No curto prazo, verificam-se ações de impacto direto na gestão pública (como a participação docente em comissões públicas e as redes de cooperação institucional) e, no médio prazo, ações de impacto econômico (a julgar pelos temas tratados nas dissertações e consequente atuação esperada dos egressos tanto na esfera pública como privada).

##### 5.2 Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação

A integração entre docentes e do próprio programa com diversos cursos de pós-graduação do país atestam sua integração e cooperação em nível de pós-graduação. Um exemplo é o projeto em rede com programas de pós-graduação, que envolve pesquisa em gestão da inovação em organizações inovadoras.

##### 5.3 Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa

A interação institucional, tanto no país, como no exterior, é um dos pontos de destaque a observar na evolução do curso. O curso tem sido profícuo na compreensão de oportunidade que seu objeto de pesquisa e formação lhe traz, tanto no setor público como privado. No plano internacional, observa-se que a estratégia de formação em pós-graduação adotada pelo INPI tem interessado às organizações congêneres internacionais, criando espaço para o programa protagonizar eventos e cooperações.

##### 5.4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa

O INPI criou, desde 2011, espaço em seu site para colocar as informações sobre o curso, com calendário acadêmico, corpo docente, disciplinas, Linhas de Pesquisa, processo seletivo, eventos e projetos de pesquisa. Não estão disponíveis, contudo, os trabalhos produzidos e, especialmente, as dissertações defendidas no curso, o que lhe dá espaço para melhoria futura.

## Ficha de Avaliação do Programa

### Qualidade dos Dados

Quesitos	Qualidade
1 - PROPOSTA DO PROGRAMA	Bom
2 - CORPO DOCENTE	Bom
3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	Bom
4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL	Bom
5 - INSERÇÃO SOCIAL	Bom
Comissão: Bom	

### Comentário

O Relatório Coleta foi adequadamente preenchido pelo programa. Comparando-se a produção técnica e tecnológica encaminhada com os itens existentes no coleta, nota-se que o programa deve informar, também no Coleta, a produção discente técnica. O programa deve atentar para o cumprimento dos prazos sobre o encaminhamento dos livros e capítulos, conforme solicitado pela CAPES.

### Conceito/Nota CA

Quesitos	Peso	Avaliação Comissão
1 - PROPOSTA DO PROGRAMA	0.00	Muito Bom
2 - CORPO DOCENTE	15.00	Muito Bom
3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	30.00	Bom
4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL	30.00	Bom
5 - INSERÇÃO SOCIAL	25.00	Muito Bom
Data Chancela: 21/11/2013		Conceito Comissão: Muito Bom
		Nota Comissão: 4

### Apreciação

O Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI apresenta proposta de caráter interdisciplinar, ainda mais acentuada a partir das ações que o curso promoveu para implantar seu doutorado. Sua infraestrutura é adequada e possui uma gama de relações institucionais no país e no exterior. Tem mantido planejamento institucional para sua evolução, podendo, ainda, intensificar as atividades docentes conjuntas, especialmente em projetos. O corpo docente tem perfil e experiência adequados para a execução da proposta do curso, com distribuição de categorias docentes adequada. O corpo discente possui fluxo de ingressos-titulações adequado, podendo melhorar o tempo médio de titulação (35 meses). A autoria discente ainda é insuficiente para o esperado em mestrados profissionais, mas tem apresentado crescimento desse índice no período. As dissertações produzidas são relevantes e de alto impacto de aplicabilidade ao setor de propriedade intelectual e inovação. A produção bibliográfica no período chegou a 1,16. Com a produção tecnológica, esse índice se amplia para 1,79, havendo necessidade de melhor distribuição no quadro docente. A inserção social do programa é acentuada. Recomenda-se a elevação de sua nota para 4.

### Complementos

Apreciações ou sugestões complementares sobre a situação ou desempenho do programa.

Recomendações da Comissão ao Programa.

A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa? Não

Justificativa da recomendação de visita ao programa.

A Comissão recomenda mudança de área de avaliação? Não

Área Indicada:

Justificativa da recomendação de mudança de área de avaliação do programa (em caso afirmativo)

### Nota CTC-ES

Data Chancela:	Nota CTC-ES: 4
----------------	----------------

### Apreciação

O CTC-ES, na 150a reunião, ratificou a análise e a nota atribuída pela Comissão de Área ao presente programa.

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES
ABRAHAM BENZAQUEN SICSU	UFPE Consultor(a)
ACACIA ZENEIDA KUENZER	UFPR Consultor(a)



## Ficha de Avaliação do Programa

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ADELAIDE FALJONI ALARIO	UFABC	Coordenador(a) Adjunto(a)
ALFREDO MAURICIO BATISTA DE PAULA	UNIMONTES	Consultor(a)
AMANDO SIUITI ITO	USP/RP	Consultor(a)
ANA MARIA ALFONSO-GOLDFARB	PUC/SP	Consultor(a)
ANA PAULA CANEDO VALENTE	UFRJ	Consultor(a)
ANDREA VIEIRA ZANELLA	UFSC	Consultor(a)
ANDRE KARAM TRINDADE	IMED	Consultor(a)
ANDRE TOSI FURTADO	UNICAMP	Consultor(a)
ANGELA CARRANCHO DA SILVA	UERJ	Consultor(a)
ANGELA MARIA MAGOSSO TAKAYANAGUI	USP	Consultor(a)
ANGELA MARIA RIBEIRO	UFMG	Consultor(a)
ANSELMO EDUARDO DINIZ	UNICAMP	Consultor(a)
ANTONIO ALONSO	UFG	Consultor(a)
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	UFS	Consultor(a)
ANTONIO-CARLOS GUIMARAES DE ALMEIDA	UFSJ	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA COSTA FILHO	USP	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA SILVA NETO	UERJ	Consultor(a)
ANTONIO WILSON FERREIRA MENEZES	UFBA	Consultor(a)
AUGUSTO CESAR NORONHA RODRIGUES GALEAO	LNCC	Consultor(a)
BENEDITO MEDRADO DANTAS	UFPE	Consultor(a)
BENEDITO SERGIO DENADAI	UNESP/RC	Consultor(a)
BRUNO PINHEIRO WANDERLEY REIS	UFMG	Consultor(a)
CAMILA COELHO GRECO	UNESP/RC	Consultor(a)
CARLOS CHESMAN DE ARAUJO FEITOSA	UFRN	Consultor(a)
CARLOS ROBERTO DE MELLO RIEDER	UFRGS	Consultor(a)
CARMEN SILVIA RIAL	UFSC	Consultor(a)
CAROLINA CAVALIERI GOMES	UFMG	Consultor(a)
CLAUDIA ANDREA LIMA CARDOSO	UEMS	Consultor(a)
CLÉONICE FATIMA BRACCIALI	UNESP/SJRP	Consultor(a)
CONSUELO LATORRE FORTES DIAS	FUNED	Consultor(a)
CRISTINA MARIA ASSIS LOPES TAVARES DA MATA HERMIDA QUINTELLA	UFBA	Consultor(a)
DAVIDSON MARTINS MOREIRA	UFFS	Consultor(a)
DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO	UFAM	Consultor(a)
EDUARDO WINTER	INPI	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
ELISEO BERNI REATEGUI	UFRGS	Consultor(a)
EVERTON RODRIGO SANTOS	FEEVALE	Consultor(a)
FATIMA GONCALVES CAVALCANTE	UVA	Consultor(a)

## Ficha de Avaliação do Programa

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
FERNANDO MARCOS DOS REIS	UFMG	Consultor(a)
FRANCIS HENRIQUE RAMOS FRANCA	UFRGS	Consultor(a)
FRANCIS LEE RIBEIRO	UFG	Consultor(a)
GERALDO ROBERTO CARVALHO CERNICCHIARO	CBPF	Consultor(a)
GERMANO LAMBERT TORRES	UNIFEI	Consultor(a)
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	UNIFAP	Consultor(a)
HELIO DOS SANTOS MIGON	UFRJ	Consultor(a)
ISABELLA FERNANDES DELGADO	FIOCRUZ	Consultor(a)
JOAO EUSTAQUIO DE LIMA	UFV	Consultor(a)
JORGE LUIZ MARIANO DA SILVA	UFRN	Consultor(a)
JOSE ALDEMIR DE OLIVEIRA	UFAM	Consultor(a)
JOSE MARCUS DE OLIVEIRA GODOY	PUC-RIO	Consultor(a)
JOSE ROBERTO GOLDIM	UFRGS	Consultor(a)
JULIO ROBERTO GROPPA AQUINO	USP	Consultor(a)
LILIANA MARIA PASSERINO	UFRGS	Consultor(a)
LUCIA CATABRIGA	UFES	Consultor(a)
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO	UFAC	Consultor(a)
LUCIANO MENDES BEZERRA	UNB	Consultor(a)
LUCIENE LEHMKUHL	UFU	Consultor(a)
LUDMILA DE LIMA BRANDAO	UFMT	Consultor(a)
LUIZ ARMANDO CUNHA DE MARCO	UFMG	Consultor(a)
MARCELO ALBANO MORET SIMOES GONCALVES	CIMATEC	Consultor(a)
MARCELO DOMINGOS SAMPAIO CARNEIRO	UFMA	Consultor(a)
MARCELO JOSE BRAGA	UFV	Consultor(a)
MARCIO FRANCISCO COLOMBO	UNESP	Consultor(a)
MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI	UFPR	Consultor(a)
MARIA DAS GRACAS DE SOUZA	USP	Consultor(a)
MARIA DE FATIMA MORETHY COUTO	UNICAMP	Consultor(a)
MARIA LUZENIRA DE SOUZA	UFAC	Consultor(a)
MARILDA APARECIDA DE MENEZES	UFABC	Consultor(a)
MARISE NOGUEIRA RAMOS	FIOCRUZ	Consultor(a)
MATILDE DE SOUZA	PUC/MG	Consultor(a)
MONICA WALLNER-KERSANACH	FURG	Consultor(a)
NAIR FERREIRA GURGEL DO AMARAL	UNIR	Consultor(a)
PAOLA ZUCCHI	UNIFESP	Consultor(a)
PAULO AUGUSTO BERQUO DE SAMPAIO	IEN	Consultor(a)
PAULO CESAR GONCALVES EGLER	UNB	Consultor(a)

**Ficha de Avaliação do Programa**

<b>Comissão Responsável pela Avaliação:</b>	<b>Sigla IES</b>	
PAULO DABDAB WAQUIL	UFRGS	Consultor(a)
PEDRO GERALDO PASCUTTI	UFRJ	Coordenador(a)
RAFAEL MEDEIROS SPERB	UNIVALI	Consultor(a)
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PACHECO	UFSC	Consultor(a)
ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ROSA INES DE NOVAIS CORDEIRO	UFF	Consultor(a)
SANDRO MARCIO LIMA	UEMS	Consultor(a)
SUZANA LEITAO RUSSO	FUFSE	Consultor(a)
VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO	UFPR	Consultor(a)



**ANEXO III - DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS ENTRE DEZ/2008 A DEZ/2014**



Nº	DISCENTE	Turma	TEMA DA DISSERTAÇÃO
1	Renato Dolabella Melo	2007	Instrumentos legais de repressão ao abuso praticado por meio de patentes e desenhos industriais.
2	Marcos Malagrici	2007	O desenvolvimento do sistema contemporâneo de patentes brasileiro e a evolução do patenteamento no país no período de 1970 a 2004.
3	Cecilia Anita Häsner Domjan	2007	Monitoramento Tecnológico sobre a produção de biodiesel a partir de óleo residual de fritura.
4	Marissol Gómez Rodrigues	2007	A ação de adjudicação de patente como ferramenta reivindicatória do usurpado.
5	Larissa do Amaral Clarindo	2007	Marca, Inovação e Pioneirismo: O desafio das marcas de empresas brasileiras no mercado internacional de etanol.
6	Raul Suster	2007	A Lei nº. 9.279/96 - Lei da Propriedade Industrial, sua influência no cenário nacional de patenteamento de fármacos.
7	Heloísa Cortiani de Oliveira	2007	Apropriabilidade dos ativos intangíveis como vantagem competitiva - estudo de caso: empresa de pequeno porte no setor químico - HPPC do Estado do Paraná no período de 1990 a 2008.
8	Renata Gontijo Sant'Anna Silva Martins	2007	Proteção legal ao design: o caso do centro E-data da Universidade Estadual de Minas Gerais.
9	Livia de Almeida Carvalho	2007	Sistema Tradicional ou Protocolo de Madrid: informações e método para tomada de decisão
10	Natália Bonora Vidrih Ferreira	2007	Proteção a cultivares: reflexões sobre a possível alteração de nosso arcabouço legal tendo como base as diretrizes da Convenção de 1991 da UPOV.
11	Susana Maria Serrão Guimarães	2007	Proteção legal do desenho industrial: entendimentos, conflitos e implicações dos requisitos de novidade e originalidade.
12	Elaine Vianna Saraiva	2007	Marca ou Produto? Um estudo semiológico sobre o fenômeno da degenerescência das marcas.
13	Silvia de Castro Pereira Nunes	2007	Formas de proteção da propriedade intelectual utilizada pelas empresas desenvolvedoras de software no Brasil
14	Viviane Barbosa Beyruth	2007	Secondary Meaning - quando o fraco se torna forte - análise do instituto sob a ótica do direito comparado.
15	Maria Alice Camargo Calliari	2007	A questão da genericidade no âmbito das indicações geográficas.

16	Ana Paula Affonso Brito Woldaynsky	2007	O papel dos contratos de transferência de tecnologia nas parcerias entre universidades e empresas: estudo de caso INOVA UNICAMP.
17	Anna Paula Barbosa Ferraz	2007	Uma avaliação da propriedade industrial no setor farmacêutico nacional mediante o sistema de patentes vigente considerando os esforços para o setor.
18	Ana Cristina Novaes Eichin	2007	Análise do portfólio das patentes da Petrobrás concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO).
19	André Carneiro da Cunha Moutinho de Carvalho	2007	Desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e cooperação internacional: o caso da rede de promoção do desenvolvimento de agroindústrias não tradicionais dedicadas a recursos ibero-americanos do Programa CYTED.
20	Ricardo Frederico Nicol	2007	Correlação entre os tipos de inovação de Schumpeter e os tipos de inovação do Manual de Oslo - 3ª edição
21	Liliana Machado Mendes	2008	Academias de Propriedade Intelectual: Fundamentos e elementos para um diagnóstico.
22	Tenille Souza Rodrigues	2008	A gestão de PI na FAPEMIG e o incentivo à inovação tecnológica.
23	Elaine Ribeiro do Prado	2008	A apropriação do trabalho criativo no Direito Brasileiro.
24	José Cristóvam Sauáia Kubrusly	2008	O contexto histórico da aprovação da Lei da Propriedade Industrial, e suas consequências: os estudos dos critérios de análise, avaliação da constitucionalidade e da possibilidade de nulidade das patentes pipelines.
25	Andréa dos Santos Granthon	2008	Análise do processo de inovação do setor farmacêutico brasileiro: estudo de caso de três empresas nacionais.
26	Sibelle de Andrade Silva	2009	Uso de buscas de patentes na área de processamento mineral: um estudo de caso direcionado para a construção de panoramas tecnológicos sobre processos de produção de cobre.
27	Evanildo Vieira dos Santos	2008	Estudo do uso de literatura científica no exame de patente da área de biotecnologia no INPI do Brasil.
28	Sandra Barioni Toma	2008	Características de inovação tecnológica e esforço inovativo do setor farmacêutico veterinário brasileiro: levantamento de indicadores através da tabulação especial da Pesquisa PINTEC 2005 e de um estudo de caso.
29	Patricia Maria da Silva Barbosa	2009	A importância do uso de sinais distintivos coletivos
30	Patricia Carvalho da Rocha Porto	2008	A função de qualidade nos signos distintivos substanciais: marcas

31	Rachel de Paiva Bucasio	2008	Análise da registrabilidade de sinais como marcas de produto farmacêutico no Brasil observando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS)
32	Esther Lins Lima	2008	Aspectos jurídicos relativos à titularidade de patentes resultantes de alianças estratégicas para inovação entre universidade e empresa à luz da Lei de Inovação brasileira
33	Marianna Gomes Furtado de Mendonça	2008	Marcas e Serviços de links patrocinados: investigação da ocorrência de violação marcária pelo sítio de busca
34	Cristiane Santos Manzueto	2008	Proposta de proteção ao Trade Dress além da concorrência desleal
35	Alexandre Moura Cabral	2008	Proposta de estrutura analítica para suporte a projetos de preparação e consolidação de indicações geográficas
36	Elton Ferreira Barbosa	2008	O uso da marca como indicador de atividade econômica
37	Rafael dos Santos Viveiros de Faria	2008	Marcas Coletivas como ferramenta de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: o caso do pólo de moda íntima de Nova Friburgo
38	Priscila Ballousier de Castro	2008	A relação entre o setor de higiene pessoal, perfumaria e cosmético (HPPC) e a proteção marcária: uma pesquisa exploratória. Estudos de casos: O Boticário e Natura.
39	Renato Cirne Oliveira Nascimento	2008	Execução Pública de música e a TV por assinatura.
40	Sônia Iracy Lima Tapajós	2008	Contribuições para a melhoria de indicadores de propriedade intelectual no sistema local de inovação: uma avaliação das informações dos NIT do Amazonas.
41	Elisangela Santos da Silva	2009	O processo de integração do Mercosul: possibilidades de harmonização jurídica em matéria de marcas e de criação de uma marca regional.
42	Adriana Xavier de Faria	2009	O ensino da Propriedade Intelectual nos cursos superiores do Brasil: razões e proposições.
43	Fernando Cassibi de Souza	2008	O posicionamento do Brasil nas negociações para o tratado substantivo em matéria de patentes e o futuro do regime internacional de patentes.
44	Taís Nasser Villela	2009	A gestão da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação de empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ.
45	Érica da Silva Souza Lopes	2009	Monitoramento científico e tecnológico no setor saúde: testes para triagem laboratorial do vírus da hepatite 'B' em hemoterapia.



46	Leila Valle de Albuquerque Lima	2009	Tradição que passa de pele em pele. Estudo multicase sobre a gestão de marcas de cosméticos tradicionais no mercado brasileiro.
47	Sonia Cristina Sequeira Gama	2009	Estudo sobre o impacto das ocorrências relacionadas com o licenciamento compulsório de patentes farmacêuticas - análise dos casos ocorridos no Brasil.
48	Rodrigo José Ávila Cartaxo	2010	Metodologia de priorização para produção nacional dos medicamentos pertencentes à lista do Sistema Único de Saúde.
49	Ana Paula Gomes Pinto	2010	As patentes de revalidação (Pipelines): um estudo sobre a prorrogação dos prazos de proteção nos produtos e processos farmacêuticos.
50	Neila Cristina dos Santos Barbosa	2010	Plantas aromáticas do herbário João Murça Pires do Museu Paraense Emílio Goeldi: uma análise da utilização por meio de documentos de patente.
51	Marcelle Salles de Oliveira	2009	A análise do elemento cor no <i>Trade Dress</i> .
52	Daniela Fortunato Barbosa de Lima	2009	O avanço e os desafios do Sistema Regional de Inovação de Fitoterápicos no estado do Amapá e o uso da propriedade intelectual.
53	Manuel Dias de Azevedo	2010	O registro de sinais nominativos sugestivos como marca de produto no Direito Brasileiro.
54	William Augusto Rodrigues de Souza	2011	Mecanismo inteligente semi automático para identificação e monitoramento de informações sobre fármacos e medicamentos.
55	Juliana Morcelli Brandão	2010	Sistema Regional de inovação do Vale do Submédio São Francisco: o caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.
56	Eduardo Tibau de Vasconcellos Dias	2010	Autoria e titularidade nas obras colaborativas.
57	Lidia Maria da Silva Schrago Mendes	2009	A reestruturação dos serviços de informação tecnológica do Instituto Nacional de Tecnologia - INT: subsídios para a inovação.
58	Jorge Roberto de Castro Rosa	2009	A geração de produtos culturais e a dinâmica das relações na indústria fonográfica.
59	Luciene Gregorio Aragon	2010	As instituições e a difusão dos sinais distintivos coletivos - Marcas Coletivas e Indicações Geográficas.
60	Viviane Freitas de Castro	2010	Análise do cenário técnico-científico mundial: um estudo de caso em leishmaniose.
61	Catia Zanei Borsatto	2010	Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e sua relação com a constituição da República e leis infraconstitucionais.
62	Elisa Farias Sauwen de Almeida	2011	Indicação Geográfica para cacau brasileiro: potencialidades e desafios.

63	Ana Maria Ferreira	2011	A inovação e a apropriação do conhecimento na aqüicultura brasileira.
64	Rodrigo Arruda Sanchez	2010	(In)adequação dos incentivos fiscais da Lei do Bem para gerar inovação nas empresas.
65	Adriana Castello Guimarães	2011	O papel do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no processo de capacitação em Propriedade Intelectual no Brasil de 2004 a 2011.
66	Luisa Rezende Castro	2011	Os ativos de propriedade industrial na formação de <i>joint ventures</i> na indústria farmacêutica.
67	Anna Karina Mendes da Silva	2011	Estratégias competitivas no setor de confecção de vestuário, amparadas por direitos de propriedade intelectual: um estudo de caso de uma microempresa.
68	Thais Talita Ferreira Soares	2011	Do protecionismo ao novo desenvolvimentismo: a indústria farmoquímica brasileira.
69	Maria Regina Capdeville Laforet	2011	A transferência de tecnologia de processos de produção de fertilizantes organominerais: uma pesquisa-ação sobre a parceria público-privada.
70	André Luiz de Souza Britto	2011	Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP): a contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor petrolífero atuante no Brasil.
71	Luiz Rodolfo de Aragão Ortiz	2010	Busca de patentes em óleos essenciais como defensivos agrícolas alternativos em contexto agroecológico orgânico familiar e segurança alimentar.
72	Paulo de Oliveira Reis Filho	2011	O baile charme de Madureira na perspectiva da Economia Criativa
73	Marcos Quintanilha Santos	2010	A proteção do conhecimento gerado nas instituições de Ciência e Tecnologia brasileiras: o caso dos aerogeradores.
74	Patricia Silva Ferreira	2011	Propriedade Intelectual na formação de recursos humanos para inovação: um estudo de caso no Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.
75	Sonia de Oliveira	2011	Gestão da Propriedade Industrial no modelo de inovação aberta: O caso da Petrobrás.
76	Marcus Vinícius Barcellos de Abreu	2010	A importância da produção científica da EMBRAPA como fonte de informação tecnológica.
77	Renata Cavalcante Carneiro da Cunha	2011	Demanda das expressões de propaganda e suas proteções.
78	Ingrid Jensen Schmidt	2012	Mediação em marcas na esfera administrativa.
79	Alexandre Pinhel Soares	2012	Nanotecnologia no setor elétrico: um estudo prospectivo.
80	David Oliveira Pinheiro Júnior	2011	Transferência de Tecnologia entre ICT e empresas do setor farmacêutico: ênfase na valoração de

			ativos intangíveis.
81	Silvia Moreira Taketsuma Costa	2011	A indústria de biossimilares no Brasil: oportunidades e desafios.
82	Vanise Baptista da Costa	2011	A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca no Estado do Rio de Janeiro.
83	Talita Duarte Filipino	2012	A influência da marca na prescrição médica do Sistema Público de Saúde Federal do Rio de Janeiro.
84	Luiz Claudio Teixeira de Souza	2012	Micro e pequenas empresas de software no âmbito das atuais políticas nacionais de fomento à Inovação e de Propriedade Intelectual. Estudo de caso: Rede Rio TI Serviços.
85	João Jackson Batista Braga	2012	A contribuição da propriedade industrial para inovação no processo de standardização da Fiat Automóveis Brasil.
86	Marcos Augusto do Valle Freitas	2012	O uso estratégico de portfólios de patentes e seu impacto na inovação: uma análise da indústria de smartphones.
87	Bruna Rego Lins	2012	Qual o impacto para a política pública de acesso a medicamentos das decisões judiciais sobre a proteção do Data Package?
88	Ariane Cedraz de Cerqueira	2012	O papel dos instrumentos de proteção nas pequenas e médias empresas de petróleo e gás de Sergipe nos anos 2000.
89	Marcelo Nascimento Viana	2012	Estudo de caso do desenvolvimento de medicamento fitoterápico inovador e dos instrumentos adotados para a sua proteção intelectual.
90	Isabel Felicidade Aires Campos	2012	Estudo comparativo entre os mecanismos de criação dos Núcleos de Informação Tecnológica Industrial, dos Núcleos de Apoio ao Patenteamento/Escritórios de Transferência de Tecnologia e dos Núcleos de Inovação Tecnológica.
91	Everaldo de França	2012	Utilização de instrumentos de propriedade intelectual para fitoprodutos: um caminho para a proteção de direitos e para a valorização de conhecimentos locais associados à biodiversidade.

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE EGRESSOS

# Questionário para Egressos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação

Prezado Ex-aluno(a) do Programa de Mestrado Profissional em PI e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Na condição de mestranda deste curso, solicito, por gentileza, que participe deste levantamento de informações sobre o egresso do programa de Mestrado em PI e Inovação promovido pelo INPI desde o ano de 2007, que irá subsidiar meu estudo sobre o perfil do público-alvo alcançado pelo programa de acordo com o proposto em sua APCN - Aplicativo para Proposta de Cursos Novos - encaminhada à CAPES, quando da criação do programa. Com esse estudo será possível realizar uma avaliação dos alunos que defenderam suas dissertações até o ano de 2014. Sua análise permitirá um acompanhamento histórico do perfil tanto acadêmico quanto profissional dos egressos do programa e de sua inserção no mercado de trabalho.

A análise e interpretação dos dados apresentados e sua associação com os indicadores do programa poderão subsidiar políticas institucionais cada vez melhores e mais eficazes para a formação de recursos humanos altamente capacitados para o país em matéria de propriedade intelectual.

O questionário está estruturado em 3 seções: A - Identificação Sócio-Econômica do EGRESSO; B - Perfil Acadêmico do EGRESSO; C - Perfil Profissional do EGRESSO.

Essas informações serão sistematizadas em forma de tabelas, gráficos, mapas e/ou indicadores e posteriormente disponibilizadas em minha dissertação.

Sua opinião é de extrema relevância para a realização deste trabalho e as opiniões emitidas nas questões abertas não serão identificadas nominalmente.

O prazo medio estipulado para recebimento das respostas é até o dia 05/12/2014 e desde já agradeço por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Patricia Eleonora Trotte Caloiero

\*Obrigatório

## INFORMAÇÕES SOBRE O EGRESSO

---

1. Nome Completo \*

.....

2. Confirmar endereço de e-mail utilizado atualmente. \*

.....

3. Sexo: \*

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

**4. Atualmente a que faixa etária você pertence? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ entre 21 e 25 anos  
☐ entre 26 e 30 anos  
☐ entre 31 e 35 anos  
☐ entre 36 e 40 anos  
☐ entre 41 e 45 anos  
☐ entre 46 e 50 anos  
☐ mais de 50 anos

**5. Você já possuía outro(s) título(s) de pós-graduação ao ingressar no programa? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim  
☐ Não

**6. Em caso afirmativo, favor especificar em qual(is) nível(is): \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ pós-graduação Lato Sensu  
☐ mestrado  
☐ doutorado  
☐ pós-doutorado  
☐ Não se aplica

**7. Com que frequência você atualiza seu currículo na plataforma Lattes? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sempre que realiza alguma atividade que possa ser incluída no currículo  
☐ semestralmente  
☐ anualmente  
☐ somente quando solicitado  
☐ não possuo currículo na Plataforma Lattes

**8. Como obteve seu primeiro contato/conhecimento com a área de Propriedade Intelectual? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ no curso do ensino medio
- ☐ no curso de graduação
- ☐ através de cursos extracurriculares
- ☐ em meu ambiente de trabalho
- ☐ através de palestras em eventos
- ☐ através da mídia
- ☐ durante o processo de seleção do mestrado
- ☐ ao cursar disciplina(s) como aluno ouvinte/especial
- ☐ em cursos e seminários promovidos pelo INPI
- ☐ Outro: .....

**9. Durante seu curso de ensino medio, houve alguma disciplina que abordasse o tema 'propriedade intelectual'? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

**10. Em caso afirmativo, cite qual(is) disciplina(s) abordou(aram) o tema 'propriedade intelectual' durante o seu curso de ensino medio.**

.....

**11. Durante seu curso de graduação, houve alguma disciplina que abordasse o tema 'propriedade intelectual'? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

**12. Em caso afirmativo, cite qual(is) disciplina(s) abordou(aram) o tema 'propriedade intelectual' durante seu curso de graduação.**

.....

**13. Qual a relevância de se inserir o tema da 'Propriedade Intelectual' nos cursos de graduação? \****Marcar apenas uma oval.*

- |                 |                       |                       |                       |                       |                       |                   |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|
|                 | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |                   |
| não é relevante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | é muito relevante |



**14. Você costuma participar de eventos e/ou cursos relacionados à área de Propriedade Intelectual?***Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não**15. Com que frequência você participa de eventos e/ou cursos relacionados à área de Propriedade Intelectual? \****Marcar apenas uma oval.*☐ sempre que há alguma programação disponível☐ Sempre desde que tenha disponibilidade financeira☐ às vezes, independentemente do tema☐ às vezes, dependendo da temática☐ raramente☐ nunca**16. O que o(a) motivou a realizar um mestrado na área de Propriedade Intelectual? \****Marque todas que se aplicam.*☐ Ingressar no mercado de trabalho na área de PI☐ Atuar como docente☐ Aprimorar meus conhecimentos por já atuar profissionalmente na área☐ Melhorar a remuneração com adicional de titulação☐ Melhorar meu currículo☐ Ser promovido☐ Desenvolver projeto de interesse da empresa em que trabalho☐ Outro: .....**17. No que se refere a disseminação de conhecimento na área de propriedade intelectual, como você classificaria seu grau de interesse? \****Marque todas que se aplicam.*☐ Sim, tenho interesse pois já atuo na área acadêmica☐ Sim, tenho interesse em ingressar na área acadêmica☐ Sim, tenho interesse em dar palestras e participar de eventos na área☐ Sim, tenho interesse em publicar artigos na área de propriedade intelectual☐ Não tenho interesse em lecionar nem em dar palestras☐ Não tenho interesse, pois atuo em outro ramo de atividade☐ Não tenho mais interesse nessa área☐ Não se aplica☐ Outro: .....**INFORMAÇÕES ACADÊMICAS**

**18. Ano de ingresso no programa de pós-graduação \***

(ano de início das aulas)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 2007
- ☐ 2008
- ☐ 2009
- ☐ 2010
- ☐ 2011
- ☐ 2012

**19. Antes de ingressar no mestrado você já havia participado de alguma disciplina como aluno ouvinte/especial do próprio programa de mestrado? \***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim
- ☐ não

**20. Que valor você atribui a essa participação para sua posterior aprovação no processo seletivo do mestrado?**

Marcar apenas uma oval.

- |                 |                       |                       |                       |                       |                       |                 |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|
|                 | 1                     | 2                     | 3                     | 4                     | 5                     |                 |
| não é relevante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | muito relevante |

**21. Por quantas pessoas você foi orientado durante o curso? \***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 01 orientador formalizado no programa
- ☐ 02 orientadores formalizados no programa
- ☐ 01 orientador formalizado no programa e outro(s) informais

**22. A qual linha de pesquisa do programa de mestrado sua dissertação está relacionada? \***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ LP 01 - Sistema de PI e seu papel no desenvolvimento local e global
- ☐ LP 02 - Propriedade Intelectual e Políticas Setoriais
- ☐ LP 03 - Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Tecnológico
- ☐ LP 04 - Propriedade Intelectual, Sociedade e Empresas Brasileiras
- ☐ Não está relacionada com as linhas de pesquisa elencadas
- ☐ Não sei

**23. Sua dissertação está diretamente relacionada à qual(is) direito(s) de propriedade intelectual e/ou atrelado a qual tema? \***

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Marcas
- ☐ Patentes
- ☐ Desenho Industrial
- ☐ Indicações Geográficas
- ☐ Programas de Computador
- ☐ Contratos de Tecnologia
- ☐ Concorrência Desleal
- ☐ Direitos de Autor
- ☐ Direitos de Propriedade Intelectual
- ☐ Conhecimentos Tradicionais
- ☐ Patrimônio Imaterial
- ☐ Inovação / Sistemas de Inovação
- ☐ Ensino da Propriedade Intelectual
- ☐ Políticas Públicas
- ☐ Outro: .....

**24. Com relação aos resultados de sua dissertação, marque uma ou mais opções relacionadas a mesma: \***

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Gerou a publicação de um livro
- ☐ Gerou a submissão de um ou mais artigos científicos
- ☐ Gerou a publicação de um ou mais artigos científicos
- ☐ teve citações de algum membro do corpo docente do programa
- ☐ estão sendo úteis nas suas atividades profissionais
- ☐ Outro: .....

**25. Em termos de incentivo à pesquisa, como você caracteriza sua participação no programa durante o curso? \***

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Fui aluno bolsista do CNPQ
- ☐ Fui aluno bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do meu estado de origem
- ☐ Fui aluno bolsista de outro órgão de fomento
- ☐ Exerci atividade profissional remunerada na área do curso
- ☐ Exerci atividade profissional remunerada fora da área do curso
- ☐ Não recebi incentivos financeiros
- ☐ Outro: .....



**26. Como você classifica sua atuação como discente? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Péssimo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Ótimo

**27. Você tem interesse em cursar um programa de Doutorado? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Sim, já estou cursando no INPI
- ☐ Sim, já estou cursando em outra instituição
- ☐ Sim, no INPI
- ☐ Sim, mas em outra instituição
- ☐ Sim, mas em outra área do conhecimento
- ☐ Não, pois não tenho interesse em cursar Doutorado
- ☐ Não, pois já tenho Doutorado
- ☐ Outro: .....

## **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO**

---

**28. Qual(is) fator(es) influenciou(aram) sua escolha pelo programa de pós-graduação do INPI? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ instituição
- ☐ corpo docente
- ☐ ser um mestrado profissional
- ☐ por recomendação de terceiros
- ☐ por ser único na área
- ☐ pela nota de avaliação do programa na CAPES
- ☐ Outro: .....

**29. Considerando o caráter profissionalizante deste curso, qual(is) melhoria(s) e/ou incentivo(s) você poderia destacar como decorrente do aprendizado obtido? \***

.....

.....

.....

.....

.....

30. **Você recomendaria o curso de mestrado para outras pessoas? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Sim, devido ao nome da instituição
- ☐ Sim, devido a matriz curricular
- ☐ Sim, devido ao corpo docente
- ☐ Sim, devido ao mercado de trabalho
- ☐ Não, devido ao nome da instituição
- ☐ Não, devido a matriz curricular
- ☐ Não, devido ao corpo docente
- ☐ Outro: \_\_\_\_\_

31. **Como você classifica as atividades de orientação durante o curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

32. **Como você classifica a carga horária total necessária para integralização dos créditos do curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

33. **Como você classifica a relação entre linhas de pesquisa e as disciplinas do curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

34. **Como você classifica a qualidade do corpo docente vinculado ao programa de pós-graduação? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**35. Como você classifica o acesso ao material bibliográfico utilizado durante o curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**36. Como você classifica os recursos didáticos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**37. Como você classifica a atividades de extensão promovidas durante o curso? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**38. Como você classifica o apoio técnico-administrativo do programa de pós-graduação? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**39. Como você classifica o acesso às informações do programa de pós-graduação por meio virtual? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

**40. Como você classifica o espaço físico para atividades de estudo e pesquisa? \****Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
não atende às expectativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	atende plenamente às expectativas

41. Na sua percepção, qual fator deve ser considerado como ponto forte/positivo para a realização de atividades de disseminação e ensino em propriedade intelectual em nível de pós-graduação stricto sensu pelo INPI?

.....

.....

.....

.....

.....

42. Na sua percepção, qual fator deve ser considerado como ponto fraco/negativo para a realização de atividades de disseminação e ensino em propriedade intelectual em nível de pós-graduação stricto sensu pelo INPI?

.....

.....

.....

.....

.....

43. Na sua percepção, como o INPI se destaca na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação-graduação stricto sensu? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ É uma boa instituição
- ☐ Está se constituindo em uma boa instituição
- ☐ Não está evoluindo em termos de qualidade de sua atuação
- ☐ Não deveria atuar na área de disseminação de conhecimento
- ☐ Poderia ampliar suas ações na área de disseminação
- ☐ Outro: .....

## **PERFIL PROFISSIONAL APÓS O CURSO**

---

44. Atualmente sua atividade profissional está relacionada à sua área de formação na Graduação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro: .....



**45. Atualmente sua atividade profissional está relacionada à sua área de formação na Pós-Graduação? \****Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não☐ Outro: \_\_\_\_\_**46. Atualmente sua atividade profissional está relacionada com a área de Propriedade Intelectual? \****Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não☐ Não, continuo somente estudando☐ Outro: \_\_\_\_\_**47. Qual o vínculo empregatício que possui atualmente? \****Marcar apenas uma oval.*☐ Servidor Público☐ Empregador☐ Empregado☐ Profissional Liberal☐ Bolsista de NIT☐ Sem vínculo empregatício☐ Outro: \_\_\_\_\_**48. Qual a faixa de renda mensal você se encontra atualmente? \****Marcar apenas uma oval.*☐ até 3 salários mínimos☐ de 3 a 7 salários mínimos☐ de 7 a 10 salários mínimos☐ mais de 10 salários mínimos**49. Qual o nome da empresa onde trabalha?**

\_\_\_\_\_

**50. Personalidade jurídica da instituição onde trabalha? \****Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Pública
- ☐ empresa mista
- ☐ micro, pequena ou media empresa
- ☐ grande empresa
- ☐ Empresas do Sistema 'S'
- ☐ Outro: .....

**51. Setor de atuação da empresa em que trabalha? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Público
- ☐ Indústria
- ☐ Comércio
- ☐ Serviços
- ☐ Agrícola
- ☐ Escritório de Advocacia
- ☐ Informática
- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Núcleo de Inovação Tecnológica ou similares
- ☐ Terceiro Setor
- ☐ Outro: .....

**52. Dentre as funções abaixo elencadas, qual se assemelha as suas atividades em seu emprego atual? \****Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Gestor de Tecnologia (NIT's, empresas, etc.)
- ☐ Docente e/ou Multiplicador
- ☐ Agente de Propriedade Intelectual
- ☐ Consultor Técnico em PI
- ☐ Servidor do INPI - área fim
- ☐ Servidor do INPI - área meio
- ☐ Bolsista / Pesquisador
- ☐ Atividades administrativas
- ☐ Outro: .....

53. Quantas pessoas em seu ambiente de trabalho conhecem/lidam com propriedade intelectual além de você? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Somente eu  
☐ Eu e mais uma pessoa  
☐ Entre 2 e 5 pessoas  
☐ Mais de 5 pessoas  
☐ Não se aplica

54. Qual a relevância do conhecimento adquirido durante o curso de Mestrado para o desenvolvimento de suas atividades profissionais? \*

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5  
não é relevante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ é muito relevante

55. A conclusão do curso de mestrado o favoreceu a obter alguma melhoria salarial? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, como adicional de titulação  
☐ Sim, como ascensão funcional  
☐ Sim, por mudança de emprego  
☐ Não, continuo apenas estudando  
☐ Não, continuo atuando na mesma função  
☐ Não, estou a procura de novo emprego

56. Seu projeto de pesquisa de dissertação foi proposto para atender a alguma demanda específica da empresa em que trabalha/trabalhava? \*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim  
☐ Não

57. Se sua resposta anterior foi afirmativa, poderia descrever qual foi o projeto(s) ou proposta(s) desenvolvido(s) a partir do seu envolvimento e/ou conhecimento com a área de propriedade intelectual e qual o status atual desta(s) atividade(s)?

.....

.....

.....

.....

.....

**58. Qual das áreas temáticas relacionadas à propriedade intelectual e inovação está(ão) diretamente vinculada(s) à sua atividade profissional? \***

*Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Marcas
- ☐ Patentes
- ☐ Desenho Industrial
- ☐ Indicações Geográficas
- ☐ Programas de Computador
- ☐ Contratos de Tecnologia
- ☐ Concorrência Desleal
- ☐ Direitos de Autor
- ☐ Direitos de Propriedade Intelectual
- ☐ Conhecimentos Tradicionais
- ☐ Patrimônio Imaterial
- ☐ Inovação / Sistemas de Inovação
- ☐ Ensino da Propriedade Intelectual
- ☐ Políticas Públicas
- ☐ Outro: .....

**59. As opiniões emitidas nesta pesquisa estão autorizadas a servir de base para levantamentos estatísticos e serem divulgadas em minha dissertação? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

**60. Esse espaço está reservado para expor qualquer opinião ou assunto que não tenha sido abordado anteriormente e que seja relevante para esta pesquisa.**

---

---

---

---

---

Powered by

